



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO "CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA – PPGECM
UNEMAT – CAMPUS DE BARRA DO BUGRES/MT



HOSANA AUXILIADORA TEIXEIRA CAETANO

**EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:
ESTRATÉGIAS DE MONITORAMENTO DA APRENDIZAGEM**

Barra do Bugres/MT
Março de 2024

HOSANA AUXILIADORA TEIXEIRA CAETANO

**EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:
ESTRATÉGIAS DE MONITORAMENTO DA APRENDIZAGEM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *campus* Universitário Dep. Est. Renê Barbour, Barra do Bugres, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências e Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Jair Lopes Junior.

Linha de pesquisa: Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores em Ciências e Matemática.

Barra do Bugres/MT
Março de 2024

HOSANA AUXILIADORA TEIXEIRA CAETANO

**EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:
ESTRATÉGIAS DE MONITORAMENTO DA APRENDIZAGEM**

BANCA EXAMINADORA

Dr. Jair Lopes Junior
(Orientador) – UNEMAT/BBG

Dr. Marcio Urel Rodrigues
UNEMAT/BBG (Membro Interno)

Dr. Moacir Juliani
IFMS (Membro Externo)

FICHA CATÁLOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Processamento Técnico da Divisão de Biblioteca da UNEMAT Catalogação de Publicação na Fonte. UNEMAT - Unidade padrão

Caetano, Hosana Auxiliadora Teixeira.

Educação matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental: estratégia de monitoramento da aprendizagem / Hosana Auxiliadora Teixeira Caetano. - Cáceres, 2024.
150f.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado", Ensino de Ciências e Matemática/BBG-PPGECM - Barra do Bugres - Mestrado Acadêmico, Campus Universitário De Barra Do Bugres "Deputado Renê Barbour".
Orientador: Prof. Dr. Jair Lopes Junior.

1. Formação de professores. 2. Monitoramento da aprendizagem.
3. Anos iniciais. 4. Educação matemática. I. Junior, Prof. Dr. Jair Lopes. II. Título.

UNEMAT / MTSCB

CDU 37.02

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família: meu esposo, Claudinei, e minha mãe, Izilda. Ao meu orientador, Dr. Jair, ao professor Dr. Marcio e à professora Cleusa. Aos meus amigos que conquistei durante minha jornada no mestrado. Agradeço imensamente pelo apoio que me fez alcançar este sonho.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa, que nasce da exigência para obtenção do título de mestrado, não poderia ter ocorrido sem o apoio e incentivo de muitas pessoas importantes que já faziam ou passaram a fazer parte de minha vida.

Primeiramente não posso deixar de agradecer a Deus, pelo dom da vida, por me possibilitar percorrer e desbravar este caminho de sabedoria, por me manter firme e com saúde necessária para permanecer até o fim dessa caminhada. A Deus, toda a minha devoção.

Desejo agradecer a minha mãe, Izilda Teixeira Caetano, que, com muita luta, esforço, perseverança e exemplo, me fez uma mulher forte, dedicada, comprometida e perseverante.

Ao meu querido esposo, Claudinei Rodrigues de Lima, pelo seu amor incondicional e por compreender minha dedicação em busca da minha profissionalidade, em especial pelo tempo destinado ao meu mestrado, desde as aulas até a publicação desta pesquisa. Seu apoio foi além de recursos financeiros, foi base para me sustentar até aqui.

Ao Prof. Dr. Jair Lopes Junior, por ter sido meu orientador e ter desempenhado tal função com muita competência e amizade. Suas correções e ensinamentos me permitiram apresentar o melhor desempenho. Também agradeço ao Prof. Dr. Marcio Urel Rodrigues, por acreditar em meu potencial e me oportunizar esta experiência. À professora Cleuza Terezinha Marchezan De Marco, por me incentivar a superar minhas limitações e me desafiar a alcançar o melhor de mim.

A gratidão se estende a todos os professores do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino de Ciências e Matemática – PPGECM, Nível Mestrado Acadêmico, da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, *Campus* Universitário Dep. Renê Barbour, no município de Barra do Bugres (MT). A gratidão se estende ao profissional Emerson de Souza Mendonça, Técnico do Ensino Superior, Secretário do Programa de Mestrado PPGECM, que nunca mediu esforços para apoiar todos os mestrandos, inclusive em seus momentos de folga, não deixando de indicar caminhos para soluções legais e regimentais das necessidades que emergiram durante este percurso de formação.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio no desenvolvimento de pesquisas, e especialmente à minha pesquisa.

Por fim, agradeço aos meus colegas de profissão que participaram desta pesquisa, compartilhando comigo um pouco de suas experiências e reflexões. Também aos meus colegas de curso, com quem convivi intensamente durante os últimos anos, minha imensa gratidão.

RESUMO

A presente pesquisa, de natureza qualitativa, objetivou investigar em que extensão o desenvolvimento e a implantação do monitoramento da aprendizagem na recomposição e nos avanços da proficiência matemática no Ensino Fundamental – anos iniciais, em escolas públicas da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT, constituiu-se em condição favorecedora para a melhoria dos índices de desempenho escolar dos estudantes, bem como para processos de formação profissional docente em serviço. Esta pesquisa encontra-se dividida em dois momentos. No momento 1 foi efetuada a análise documental sobre a avaliação e o monitoramento da aprendizagem dos estudantes, com prioridade para a produção de evidências textuais sobre: (a) o que deve ser executado, (b) quais são as condições necessárias para a execução, (c) como avaliar a eficiência da execução e (d) quais são as funções do professor, do coordenador e do diretor diante do processo de avaliação e de monitoramento da aprendizagem. Como contextualização do ambiente da pesquisa, utilizou-se o Documento de Referência Curricular da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT. Foram igualmente considerados dados do Sistema de Avaliação Educacional Brasileira – SAEB/5º Ano, na área de Matemática e dados de monitoramento da aprendizagem matemática produzidos pela Rede Municipal, referentes ao desempenho dos estudantes de 4º e 5º anos, no espaço temporal de 2019 a 2022. No momento 2 foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com professores e coordenadores pedagógicos em efetivo exercício de suas funções nas escolas selecionadas. Todos os documentos e os resultados da aprendizagem obtidos foram analisados sob a ótica do professor participante da pesquisa. Após a coleta de dados, aplicou-se a metodologia de Análise de Conteúdo para sistematizar e refletir sobre as percepções dos professores participantes e assim responder às seguintes questões de pesquisa: (i) quais seriam os impactos das orientações didáticas dos documentos oficiais referentes às ações de monitoramento da aprendizagem na proficiência matemática no Ensino Fundamental – anos iniciais?; (ii) as aprendizagens matemáticas estariam relacionadas com a execução de ações de monitoramento da aprendizagem? Admite-se que as respostas para tais questionamentos sustentam convergência com o fomento de conhecimentos comprometidos com a documentação de impactos de políticas públicas educacionais com ênfase na extensão de tais impactos para processos formativos de docentes que ensinam Matemática nos anos iniciais. A pesquisa constatou que políticas públicas de monitoramento da aprendizagem proporcionam um processo de ensino e aprendizagem baseado em evidências. Ou seja, as aprendizagens matemáticas estão relacionadas com a execução de ações de monitoramento da aprendizagem quando subsidiam as tomadas de decisões: para que as intervenções pedagógicas sejam profundamente relacionadas com a realidade dos envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem; para redirecionar investimentos de recursos financeiros para a melhoria da qualidade do ensino.

Palavras-chave: Formação de professores. Monitoramento da aprendizagem. Anos iniciais. Educação matemática.

ABSTRACT

This research, of qualitative nature, aimed to investigate to what extent the development and implementation of learning monitoring in the recomposition and advances of mathematical proficiency in Elementary School – initial years, in public schools in the Municipal Network of Lucas do Rio Verde – MT, it constituted a favorable condition for improving students' academic performance rates, as well as for in-service teacher professional training processes. This research is divided into two moments. The research is divided into two moments. At moment 1, documentary analysis was carried out on the evaluation and monitoring of student learning, with priority given to the production of textual evidence on: (a) what should be executed, (b) what conditions are necessary for execution, (c) how to evaluate the efficiency of execution and (d) what are the roles of the teacher, coordinator and director in the process of evaluating and monitoring learning. As a contextualization of the research environment, the Curricular Reference Document of the Municipal Network of Lucas do Rio Verde – MT was used. Data from the Brazilian Educational Assessment System – SAEB/5th Year, in the area of Mathematics, and mathematical learning monitoring data produced by the Municipal Network, referring to the performance of 4th and 5th year students, in the time span from 2019 to 2022. At moment 2, semi-structured interviews were carried out with teachers and pedagogical coordinators effectively carrying out their duties in the selected schools. All documents and learning results obtained were analyzed from the perspective of the teacher participating in the research. After data collection, the Content Analysis methodology was applied to systematize and reflect on the perceptions of participating teachers and thus answer the following research questions: (i) what would be the impacts of the didactic guidelines in official documents referring to learning monitoring activities on mathematical proficiency in Elementary School in the early years?; (ii) would mathematical learning be related to the execution of learning monitoring actions? It is accepted that the answers to such questions support convergence with the promotion of knowledge committed to documenting the impacts of public educational policies with an emphasis on the extension of such impacts to the training processes of teachers who teach Mathematics in the initial years. The research founded that public learning monitoring policies provide an evidence-based teaching and learning process. In other words, mathematical learning is related to the execution of learning monitoring actions when it supports decision-making: so that pedagogical interventions are deeply related to the reality of those involved in the teaching and learning processes; to redirect investments of financial resources to improve the quality of education.

Keywords: Teacher training. Learning monitoring. Early years. Mathematics education.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1: Mapa com a localização das escolas municipais de Lucas do Rio Verde – MT..... | 21 |
| Figura 2: Investimento na educação, limite constitucional, de 2016 a 2020..... | 24 |
| Figura 3: Inter-relação entre análise documental e entrevista semiestruturada..... | 33 |
| Figura 4: Categorias de Análise. | 118 |
| Figura 5: Correlação entre as perguntas-problema, objetivos e Categorias de Análise | 119 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1: Documentos para análise documental | 32 |
| Quadro 2: Perfil do participante | 35 |
| Quadro 3: Dos documentos que norteiam os processos de monitoramento da aprendizagem. 36 | |
| Quadro 4: Da participação dos professores no processo de monitoramento da aprendizagem implementado na Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT | 37 |
| Quadro 5: Da relação dos dados produzidos com o desempenho matemático dos estudantes, com a prática do professor e a interpretação dos dados | 37 |
| Quadro 6: Da formação continuada..... | 40 |
| Quadro 7: Participantes da pesquisa e local | 42 |
| Quadro 8: Características dos participantes | 42 |
| Quadro 9: Critério de escolha do local | 43 |
| Quadro 10: ANÁLISE DO DOCUMENTO: Lei de Diretrizes e Bases da educação – LDB.. | 49 |
| Quadro 11: Relação entre a LDB (Lei nº 9394/96), a prática docente e o desempenho dos estudantes | 51 |
| Quadro 12: ANÁLISE DO DOCUMENTO: Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs | 53 |
| Quadro 13: Relação entre os PCNs, a prática docente e o desempenho dos estudantes | 54 |
| Quadro 14: ANÁLISE DO DOCUMENTO: Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação básica – DCNs | 61 |
| Quadro 15: Relação entre as DCNs, a prática docente e o desempenho dos estudantes..... | 63 |
| Quadro 16: ANÁLISE DO DOCUMENTO: Plano Nacional de Educação – PNE | 66 |
| Quadro 17: Relação entre o PNE, a prática docente e o desempenho dos estudantes..... | 67 |
| Quadro 18: ANÁLISE DOS DOCUMENTOS: PME, PDE e DRC/LRV | 77 |
| Quadro 19: Relação entre os DOCUMENTOS: PME, PDE e DRC/LRV, a prática docente e o desempenho dos estudantes | 80 |
| Quadro 20: Constituição das Unidades de Registro – Tópico II | 95 |
| Quadro 21: Unidades de Registro – Tópico II..... | 101 |
| Quadro 22: Constituição das Unidades de Registro – Tópico III..... | 101 |
| Quadro 23: Unidades de Registro – Tópico III | 106 |
| Quadro 24: Constituição das Unidades de Registro – Tópico IV..... | 107 |
| Quadro 25: Unidades de Registro – Tópico IV | 113 |
| Quadro 26: Recorrência das Unidades de Registro dos três tópicos | 114 |
| Quadro 27: Alinhamento Semântico | 116 |

| | |
|---|-----|
| Quadro 28: Unidades de Registro da pesquisa | 117 |
| Quadro 29: Articulação entre Unidades de Registro e Categorias de Análise | 117 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1: Número de estudantes matriculados na Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde – MT | 22 |
| Gráfico 2: Evolução do IDEB X investimento em educação por aluno na Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde – MT | 26 |
| Gráfico 3: Comparativo de crescimento no IDEB nas escolas públicas do Brasil, estado de Mato Grosso, município de Lucas do Rio Verde e Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde – MT | 84 |
| Gráfico 4: Proficiência matemática dos Anos Iniciais da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT (dados do INEP) | 85 |
| Gráfico 5: Proficiência matemática dos Anos Iniciais da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT (dados das Avaliações Educacionais)..... | 86 |
| Gráfico 6: IDEB dos Anos Iniciais da escola que registrou incremento de variação positiva no IDEB 2021 (dados do INEP)..... | 87 |
| Gráfico 7: Proficiência matemática dos Anos Iniciais da escola que registrou incremento de variação positiva no IDEB 2021 (dados do INEP)..... | 87 |
| Gráfico 8: SAEB 2019 e 2021 e Avaliação Educacional 2022 – Proficiência matemática dos Anos Iniciais da escola que registrou incremento de variação positiva no IDEB 2021 | 88 |
| Gráfico 9: Avaliação Educacional 2022 – Proficiência matemática dos Anos Iniciais da escola que registrou incremento de variação positiva no IDEB 2021 | 88 |
| Gráfico 10: IDEB dos Anos Iniciais da escola que registrou incremento de variação nula/mínima no IDEB 2021 (dados do INEP)..... | 89 |
| Gráfico 11: Proficiência matemática dos Anos Iniciais da escola que registrou incremento de variação nula/mínima no IDEB 2021 (dados do INEP) | 89 |
| Gráfico 12: SAEB 2019 e 2021 e Avaliação Educacional 2022 – Proficiência matemática dos Anos Iniciais da escola que registrou incremento de variação nula/mínima no IDEB 2021 ... | 90 |
| Gráfico 13: Avaliação Educacional 2022 – Proficiência matemática dos Anos Iniciais da escola que registrou incremento de variação nula/mínima no IDEB 2021 | 90 |
| Gráfico 14: IDEB dos Anos Iniciais da escola que registrou incremento de variação negativa no IDEB 2021 (dados do INEP)..... | 91 |
| Gráfico 15: Proficiência matemática dos Anos Iniciais da escola que registrou incremento de variação negativa no IDEB 2021 (dados do INEP)..... | 91 |
| Gráfico 16: SAEB 2019 e 2021 e Avaliação Educacional 2022 – Proficiência matemática dos | |

| | |
|---|----|
| Anos Iniciais da escola que registrou incremento de variação negativa no IDEB 2021 | 92 |
| Gráfico 17: Avaliação Educacional 2022 – Proficiência matemática dos Anos Iniciais da escola que registrou incremento de variação negativa no IDEB 2021 | 92 |

LISTA DE SIGLAS

BNCC: Base Nacional Comum Curricular.
CME: Conselho Municipal de Educação.
CNE: Conselho Nacional de Educação.
CNS: Conselho Nacional de Saúde.
DCNs: Diretrizes Curriculares Nacionais.
DRC/LRV: Documento de Referência Curricular de Lucas do Rio Verde – MT.
FME: Fórum Municipal de Educação.
GPEME: Grupo de Estudo e Pesquisas em Educação Matemática nas Escolas.
IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.
IES: Instituição do Ensino Superior.
LDB: Lei de Diretrizes e Bases.
LRV: Lucas do Rio Verde.
IFOP: Instituto de Formação e Orientação Profissional.
INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
MEC: Ministério da Educação.
PCNs: Parâmetros Curriculares Nacionais.
PISA: Programa Internacional de Avaliação de Estudantes.
PMCITE: Política Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional.
PME: Plano Municipal de Educação.
PNE: Plano Nacional de Educação.
PPP: Projeto Político-Pedagógico
SAEB: Sistema de Avaliação Educacional Brasileira.
SME: Secretaria Municipal de Educação.
UNEMAT: Universidade do Estado de Mato Grosso.
UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 15 |
| 1.1 | Minha trajetória..... | 18 |
| 1.2 | Panorama da educação municipal em Lucas do Rio Verde – MT | 20 |
| 2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 28 |
| 2.1 | Procedimentos éticos..... | 28 |
| 2.2 | Método | 28 |
| 2.3 | Coleta de dados | 30 |
| 2.4 | Pesquisa documental..... | 30 |
| 2.5 | Entrevista semiestruturada..... | 34 |
| 2.6 | Do participante e local da pesquisa | 40 |
| 2.7 | Análise de dados – Análise de Conteúdo | 44 |
| 3 | MONITORAMENTO DA APRENDIZAGEM NOS DISPOSITIVOS LEGAIS E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO BÁSICA | 46 |
| 3.1 | A Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o monitoramento da aprendizagem | 46 |
| 3.2 | Os Parâmetros Curriculares Nacionais e o monitoramento da aprendizagem.. | 51 |
| 3.3 | As Diretrizes Curriculares Nacionais da educação básica e o monitoramento da aprendizagem | 55 |
| 3.4 | O Plano Nacional de Educação e o monitoramento da aprendizagem | 63 |
| 3.5 | A Base Nacional Comum Curricular e o monitoramento da aprendizagem | 67 |
| 3.6 | O monitoramento da aprendizagem na Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde - MT | 68 |
| | 3.6.1 O Documento de Referência Curricular de Lucas do Rio Verde e a construção de uma política pública de monitoramento da aprendizagem..... | 73 |
| 4 | A POLÍTICA PÚBLICA DE MONITORAMENTO DA APRENDIZAGEM E OS ÍNDICES DE DESEMPENHO MATEMÁTICO DOS ESTUDANTES EM SISTEMAS DE AVALIAÇÃO | 82 |
| 5 | A POLÍTICA PÚBLICA DE MONITORAMENTO DA APRENDIZAGEM: ESTIMATIVAS E IMPACTOS NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE | 93 |
| 5.1 | O monitoramento da aprendizagem na perspectiva dos profissionais docentes: uma Análise de Conteúdo..... | 93 |
| 5.2 | Evidências da implementação da política pública de monitoramento da aprendizagem disposta no DRC/LRV e a sua relação com os índices de desempenho matemático dos estudantes e atuação profissional docente: da análise interpretativa | 118 |
| | 5.2.1 Categoria de Análise: Política Pública de Monitoramento da Aprendizagem . | 119 |

| | |
|--|------------|
| 5.2.1.1 Relevância dos referenciais norteadores na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem | 119 |
| 5.2.1.2 Evidências da implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem | 122 |
| 5.2.1.3 Desafios na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem | 126 |
| 5.2.1.4 Propósito do monitoramento da aprendizagem | 129 |
| 5.2.2 Categoria de Análise: Ensino Baseado em Evidências | 132 |
| 5.2.2.1 Participação do professor no processo de monitoramento da aprendizagem | 132 |
| 5.2.2.2 Dados do monitoramento condizentes com a realidade de aprendizagem dos estudantes | 134 |
| 5.2.2.3 Intervenção pedagógica baseada em dados de monitoramento da aprendizagem | 135 |
| 5.2.2.4 Evolução do desempenho matemático dos estudantes | 137 |
| 5.2.2.5 Impacto da pandemia de Covid-19 no desempenho dos estudantes | 138 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 141 |
| 6.1 Da análise documental à produção de inferências | 141 |
| REFERÊNCIAS | 146 |

1 INTRODUÇÃO

Considerando como referência o documento curricular do município, esta pesquisa objetiva investigar em que extensão o desenvolvimento e a implantação do monitoramento da aprendizagem na recomposição e nos avanços da proficiência matemática no Ensino Fundamental – anos iniciais, em escolas públicas da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT, constituíram-se em condição favorecedora para a melhoria dos índices de desempenho escolar dos estudantes, bem como para processos de formação profissional docente em serviço.

Os objetivos específicos foram três, sendo: (1) pesquisar, nos documentos oficiais que regem/norteiam a educação nacional e municipal, as abordagens referentes ao monitoramento da aprendizagem; (2) analisar os níveis de desempenho matemático dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de ensino de Lucas do Rio Verde – MT; e (3) analisar os impactos do monitoramento das aprendizagens na recomposição e avanços da proficiência matemática na etapa final do Ensino Fundamental – anos iniciais, em escolas públicas da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT.

Pautado nos referidos objetivos, buscou-se responder aos seguintes problemas de pesquisa: (i) quais seriam os impactos das orientações didáticas dos documentos oficiais referentes às ações de monitoramento da aprendizagem da proficiência matemática no Ensino Fundamental – anos iniciais? (ii); as aprendizagens matemáticas estariam relacionadas com a execução de ações de monitoramento da aprendizagem?

Fizeram parte das produções analisadas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica – Lei nº 9394/96, os Parâmetros Nacionais de Educação – PCNs, as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs, o Plano Nacional de Educação – PNE, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, o Plano Municipal de Educação – PME, o Plano de Desenvolvimento Estratégico – PDE e o Documento de Referência Curricular da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – DRC/LRV, documentos que contêm determinações e diretrizes pedagógicas pertinentes à pesquisa.

Tal estudo oportunizou a análise da relação entre o que determinam os referidos documentos e a prática docente, assim como compreender se o que temos instituído sobre avaliação e monitoramento da aprendizagem colabora para o alcance do desempenho dos estudantes.

Para contextualização da política pública de monitoramento da aprendizagem na Rede Municipal (DRC), utilizou-se como referencial principal o Documento de Referência Curricular da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT. Também foram considerados os dados do

Sistema de Avaliação Educacional Brasileira – SAEB/5º Ano, na área de Matemática, e os dados de monitoramento da aprendizagem matemática produzidos pela Rede Municipal, referentes ao desempenho dos estudantes de 4º e 5º anos, num espaço temporal de 2019 a 2022.

Estas relações também foram investigadas na fase subsequente da pesquisa, a saber, no Momento 2. Assim, na segunda fase da pesquisa, etapa da entrevista semiestruturada, a investigação esteve concentrada nas interações com professores das escolas da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT que atuaram por ocasião da implantação desta política pública educacional.

Estima-se que a consecução dos objetivos da pesquisa exigiu a adoção de estratégias metodológicas que viabilizassem a compreensão das percepções dos profissionais docentes sobre os documentos que abordam a temática monitoramento da aprendizagem. Para além das reflexões sobre os documentos oficiais, também foram tratados na entrevista os seguintes tópicos: a participação do professor no processo de monitoramento da aprendizagem implementado na Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT; a relação dos dados produzidos no monitoramento da aprendizagem com o desempenho matemático dos estudantes; a relação dos dados produzidos no monitoramento da aprendizagem com a prática do professor; a interpretação dos dados do monitoramento da aprendizagem pelo professor; e a relação da formação continuada nas escola com o monitoramento da aprendizagem.

Para a definição do local da pesquisa, foram estabelecidos critérios de seleção. O primeiro critério para seleção das escolas diz respeito ao atendimento de estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental (4º e 5º anos) e ao pertencimento ao Sistema Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde – MT.

Mediante análise dos resultados de aprendizagem registrados pelo SAEB em 2019 e 2021 (marco temporal que possibilita analisar os diferentes impactos da pandemia nos indicadores de aprendizagem dos estudantes), foram considerados os seguintes critérios, com base no comparativo entre os resultados alcançados no IDEB de 2019 e os de 2021: 01 escola que registrou incremento de variação positiva, 01 escola que registrou incremento de variação nula ou mínima, 01 escola que registrou incremento de variação negativa, após o período de aulas não presenciais causado pela pandemia de Covid-19.

Dessas escolas, foi solicitada a participação de dois profissionais docentes que estiveram atuando dentro do marco temporal de 2019 a 2022, junto às turmas de 4º e/ou 5º anos, sendo um(a) professor(a) em efetivo exercício da regência em sala de aula e um(a) professor(a) na função de coordenador(a) pedagógico(a) na escola. Assim, participaram da pesquisa dois profissionais docentes por escola, registrando-se o total de seis participantes.

Justamente nesta etapa a pesquisa buscou evidências sobre as percepções dos professores e coordenadores referentes ao monitoramento da aprendizagem: como está instituído o processo de monitoramento da aprendizagem; a participação dos professores; a relação do monitoramento da aprendizagem com o fazer pedagógico; há impacto nos índices de desempenho dos estudantes?

Para contextualização dos resultados de desempenho matemático dos estudantes dos anos iniciais da rede municipal de Lucas do Rio Verde, a pesquisa considerou os dados de fonte do SAEB e do INEP no período de 2013 a 2021, período compreendido pela pesquisadora como essencial para a finalidade do estudo, considerando que, neste tempo, foi registrada a aplicação de cinco avaliações, dando margem para a verificação de desempenho da aprendizagem matemática ao longo dos anos.

A coleta de dados foi analisada criteriosamente com a finalidade de fornecer subsídios para o embasamento da pesquisa, assim como buscou-se por referenciais bibliográficos para o estudo e o aprofundamento do tema em questão e responder ao problema de pesquisa.

Assim, definimos uma estrutura com seis capítulos, para apresentar os processos e resultados deste estudo, conforme sintetizaremos nos parágrafos que seguem.

No capítulo I, INTRODUÇÃO, apresentamos uma síntese do que encontraremos neste estudo, partindo da apresentação dos objetivos e das perguntas de pesquisa que justificaram a realização do estudo. Também expõe aspectos estimados relevantes da trajetória profissional da pesquisadora em diferentes espaços da educação básica e que convergiram para a proposição desta investigação. E, por fim, apresenta um panorama da educação na Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT.

No capítulo II, PROCEDIMENTO METODOLÓGICO, descrevemos o passo a passo de como se desenvolve a pesquisa. Registrou-se, neste capítulo, a abordagem metodológica, discorrendo sobre os procedimentos para coleta e análise de dados.

No capítulo III, MONITORAMENTO DA APRENDIZAGEM NOS DISPOSITIVOS LEGAIS E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO, fazemos uma análise documental para verificar as abordagens sobre avaliação e monitoramento da aprendizagem nos documentos que norteiam a educação básica. Neste capítulo, discutimos estas abordagens na LDB, PCNs, DCNs, PNE, BNCC e concluímos a análise verificando os documentos específicos da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT.

No capítulo IV, IMPACTOS DA POLÍTICA PÚBLICA DE MONITORAMENTO DA APRENDIZAGEM NOS ÍNDICES DE DESEMPENHO MATEMÁTICO DOS ESTUDANTES, apresentamos os principais dados quantitativos acerca dos desempenhos dos

alunos regularmente matriculados nos anos iniciais na Rede Municipal de Lucas do Rio Verde. Retrospectivamente, os dados compartilhados e discutidos objetivam garantir visibilidade para os resultados nos desempenhos dos alunos do amplo conjunto de diretrizes e de orientações expostas no capítulo anterior. Em termos prospectivos, a apresentação dos resultados no capítulo IV objetiva ampliar o contexto a ser considerado para a análise dos relatos das professoras e das coordenadoras pedagógicas, foco do próximo capítulo.

Assim, no capítulo V, A POLÍTICA PÚBLICA DE MONITORAMENTO DA APRENDIZAGEM: ESTIMATIVAS E IMPACTOS NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE, apresentamos uma Análise de Conteúdo com base no relato de professores e coordenadoras pedagógicas, com ênfase no componente curricular de Matemática sobre a implementação da avaliação e monitoramento da aprendizagem na Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT. Buscamos compreender quais as percepções desses professores sobre os documentos que norteiam este processo em âmbito nacional e da Rede Municipal e qual o impacto nos índices de desempenho matemático observado por tais profissionais.

No capítulo VI, CONSIDERAÇÕES FINAIS, buscamos correlacionar todos os dados observados, para responder às perguntas-problema, atendendo aos objetivos desta pesquisa. Na sequência, registramos os referenciais utilizados neste estudo.

1.1 Minha trajetória

Estudante de escola pública na educação básica, realizei a graduação no ano de 2004, curso de Pedagogia, nas Faculdades Integradas de Diamantino – FID. Paralelamente a este percurso, lecionava em projetos específicos nas escolas, permitindo-me vivenciar teoria e prática concomitantemente.

Em 2007, passei a compor o quadro efetivo da escola municipal Érico Veríssimo, em Lucas do Rio Verde – MT. Em 2009, a Secretaria Municipal de Educação – SME me solicitou para desenvolver a proposta de filosofia para crianças na Rede Municipal de Ensino. Assim, conheci diferentes realidades educacionais que compunham a referida rede municipal, que também contribuíram para a minha profissionalidade. Em 2009 concluí minha primeira especialização, Psicopedagogia Educacional Infantil e Séries Iniciais, pela Faculdade Católica Dom Aquino de Cuiabá (presencial).

No período que corresponde aos anos de 2010 e 2011, eleita, desenvolvi a função de coordenadora pedagógica da escola Érico Veríssimo. Com os docentes, implantamos alguns processos de monitoramento da aprendizagem, que resultaram em elevações nos índices de

aprendizagem dos estudantes, sendo a maior evidência o resultado do IDEB, que antes apresentava, em 2009, a menor nota (5,6) da rede municipal, para a referência pedagógica, com nota 6,7 logo no IDEB seguinte (2011). É importante registrar que estes avanços ocorreram na proficiência dos estudantes. A exemplo, a proficiência matemática dos estudantes da escola em 2007 apresentava-se em 189,2 e em 2009; a diferença registrada foi maior que 35 pontos em aprendizado matemático, alcançando 224,27 de proficiência matemática.

No final de 2011, fui eleita para a função de gestora escolar (gestão 2012–2013). Ao final desse mandato, a comunidade escolar decidiu, em eleição, pela minha reeleição, totalizando uma experiência de quatro anos na gestão da referida escola. Neste período, a escola continuou elevando os índices de aprendizagem em todas as dimensões do desenvolvimento humano e o IDEB da escola já registrava 6,9. Dentro desse marco temporal (2013 a 2015), cursei a segunda especialização, Orientação Educacional, pela Faculdade La Salle de LRV.

Em novos desafios profissionais, tive a oportunidade de coordenar a equipe da assessoria pedagógica e formação continuada da SME na gestão 2017–2020. Nesta função, coordenei o processo de implementação da BNCC através da construção do Documento de Referência Curricular da rede e a construção da Proposta Pedagógica do Instituto de Formação e Orientação Profissional. Além das diretrizes mencionadas, também estive à frente da construção dos seguintes documentos: Programa Especial de Aulas não Presenciais e Trilhas de Aprendizagens para o período de aulas não presenciais. Ainda, estive participando das discussões sobre políticas públicas para educação do município, como membro do Fórum Municipal de Educação de Lucas do Rio Verde – FME/LRV.

Em janeiro de 2021 reassumi a regência de sala de aula, com uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental. E, no ano de 2022, conquistei uma vaga no Programa de Pós- Graduação *Stricto Sensu* em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *campus* Barra do Bugres, tendo o Professor Doutor Jair Lopes Junior, da Universidade Estadual Paulista – UNESP/*campus* Bauru, docente colaborador junto ao PPGECM, como meu orientador.

Em 2023, atuei no segmento do 4º ano do Ensino Fundamental, representei os professores ocupando uma cadeira como membro do Conselho Municipal de Educação, fui membro integrante do FME/LRV e desenvolvi habilidades de pesquisadora por intermédio da produção de minha pesquisa e, principalmente, das orientações advindas dos professores doutores que, desde 2022, fazem parte de minha trajetória para a construção de saberes.

Durante todos os percursos mencionados, apresentei-me com inquietude, reflexiva e com olhar para uma educação que transforma. Como âncora de minhas contribuições para a

sociedade na educação, tenho Paulo Freire, ao nos ensinar que “não pode existir uma prática educativa neutra, descomprometida, apolítica. A diretividade da prática educativa que a faz transbordar sempre de si mesma e perseguir um certo fim, um sonho, uma utopia, não permite sua neutralidade.”

1.2 Panorama da educação municipal em Lucas do Rio Verde – MT

Para tratar de uma política pública educacional, é preciso considerar características que refletem a realidade do lugar aonde direcionamos o olhar, para minimizar lacunas que possam interferir nas conclusões provenientes do estudo. Assim, nesta seção, partimos de onde se localiza o município de Lucas do Rio Verde – MT, sua população e as características predominantes de naturalidade, cor/raça e escolaridade.

Após a compreensão sobre de onde estamos falando e as características do povo que compõe este lugar, tratamos de contextualizar como está estruturada e organizada a educação pública municipal, partindo do número de estudantes atendidos, sua estrutura de sistemas, a gestão dos recursos financeiros, a estrutura física das escolas e quais os resultados pedagógicos alcançados mediante a realidade apresentada. É importante salientar que, para a construção desse panorama da educação municipal, foi necessário considerar diferentes fontes, com períodos de publicações que variaram entre 2020 a 2022.

Para dar início à apresentação territorial do município de Lucas do Rio Verde – MT, expomos uma imagem do mapa que indica a distribuição das escolas em todo o território municipal.

Figura 1: Mapa com a localização das escolas municipais de Lucas do Rio Verde – MT.



Fonte: Google Maps (2023).

* Não foram localizadas pelo Google Maps uma escola inaugurada em 2023, no bairro Parque das Emas, e duas escolas situadas na zona rural do município.

Com sua emancipação registrada em julho de 1988, o município de Lucas do Rio Verde, localizado na região norte de Mato Grosso, Centro-Oeste do Brasil, com área territorial de 3.674,59 km², a 350 km da capital, Cuiabá, registra uma população de 83.798 pessoas, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2022.

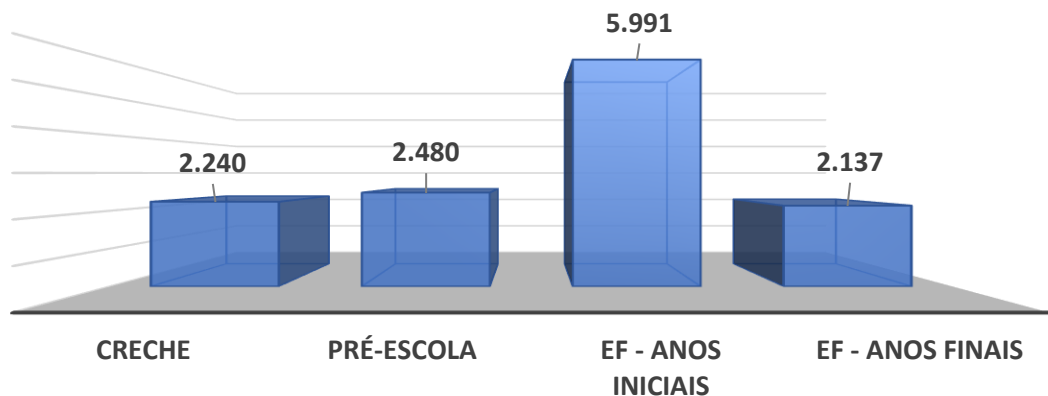
De acordo com o relatório de gestão 2017–2020, publicado pela Secretaria Municipal de Educação, 42,86% da população luverdense é natural do próprio estado, Mato Grosso – MT. Ou seja, a maior parte dessa população migrou de outros estados para o município de Lucas do Rio Verde, sendo registrado o maior número de pessoas advindas dos estados do Maranhão – MA (10,91%), Paraná – PR (10,71%), Pará – PA (8,54%), Rio Grande do Sul – RS (5,06%), Santa Catarina – SC (2,97%), Mato Grosso do Sul – MS (2,87%), São Paulo – SP (2,53%) e Pernambuco – PE (2,05%). A população advinda dos demais estados do país representa menos de 2% por estado.

Com relação a cor/raça, 68,20% da população se declara parda, 26,67% branca, 4,44% negra, 0,61% amarela e 0,07% indígena. O maior número de luverdenses é do sexo masculino, representando 52,05% da população. Com relação à escolaridade, apenas 0,54% possui pós-graduação, 4,78% nível superior/tecnólogo, 16,44% Ensino Médio completo, 38,82% da população têm Ensino Médio incompleto, 2,17% Fundamental completo, 19,37% Fundamental incompleto e ainda registram-se 2,37% da população analfabeta.

O município possui como base econômica a agroindústria. Apresenta-se em constante expansão, com reflexos num desenvolvimento econômico acelerado que atrai pessoas de diversas regiões do país a morarem no município, em busca de melhores condições de vida. Essa migração impacta também a educação municipal, que precisa garantir a oferta de um ensino público de qualidade para todas as crianças em idade escolar no município.

Assim, de acordo com o Censo Escolar referente ao ano de 2022, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, Lucas do Rio Verde – MT, no ano de 2022, atendeu 12.848 estudantes matriculados nas etapas da educação infantil (creche e pré-escola), Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º ano) e finais (6º ao 9º ano), conforme representado na sequência:

Gráfico 1: Número de estudantes matriculados na Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde – MT.



Fonte: Censo INEP (2022).

Para atender a esta demanda, a educação de Lucas do Rio Verde – MT conta com sistema de ensino próprio, instituído por intermédio da Lei Municipal nº 1629, de 26 de novembro de 2008. É composto pela Secretaria Municipal de Educação – SME, responsável pela programação, coordenação, manutenção e execução da política referente às ações educacionais, pelo Conselho Municipal de Educação – CME, órgão normativo, consultivo, deliberativo, mobilizador e fiscalizador, com a finalidade de acompanhar a política municipal de educação, e 23 escolas municipais responsáveis pela execução do processo de ensino e aprendizagem.

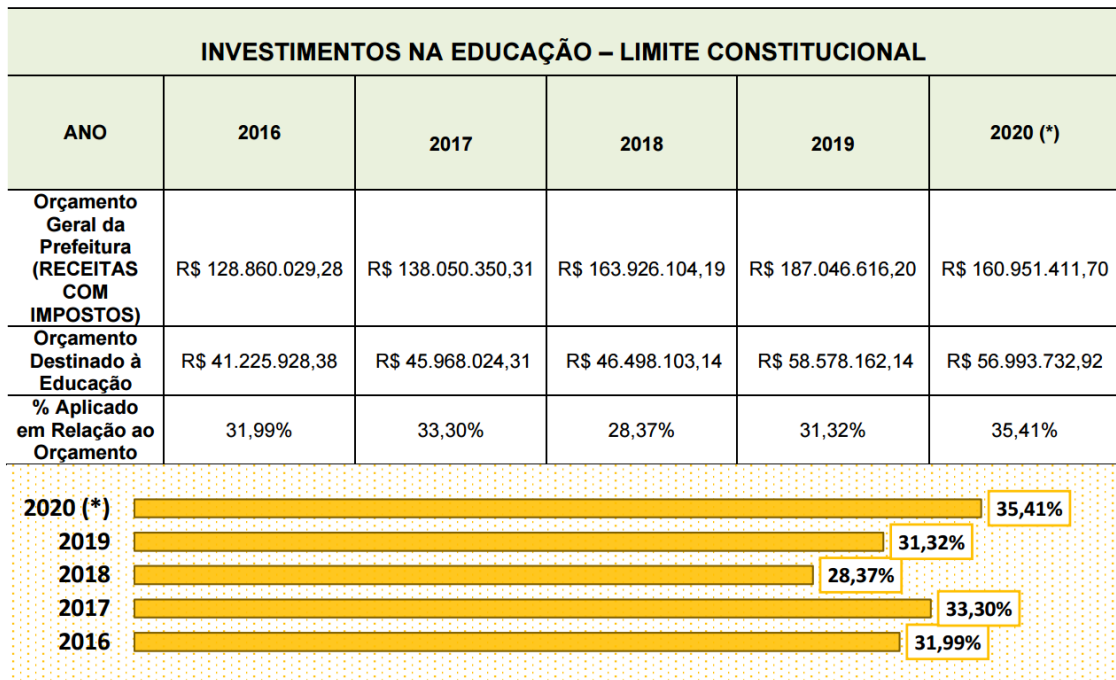
Além do tripé que constitui o Sistema Municipal de Educação, o ensino de Lucas do Rio Verde – MT também conta com o Fórum Municipal de Educação – FME, órgão atuante, responsável por acompanhar a execução das políticas públicas instituídas por intermédio do

Plano de Educação do município. E, ainda, a Política Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional – PMCITE, instituída por intermédio da Lei nº 2859, de 29 de outubro de 2018, que tem como objetivo principal a formação dos profissionais da educação, bem como o de promover o uso de novas tecnologias e implantação de novas metodologias e técnicas inovadoras no contexto escolar, para proporcionar melhoria, ampliação e democratização do acesso às informações e a produção do conhecimento para professores e estudantes.

Ligado à PMCITE, o município implantou o Instituto de Formação e Orientação Profissional – IFOP, uma instituição vinculada e administrada pela SME, que iniciou suas atividades em janeiro de 2020, com o objetivo de construir ações comprometidas com o aperfeiçoamento dos educadores da Rede Municipal de Ensino, que permite, através de processos de ensino, investigação e aplicação/extensão, o aprofundamento conceitual e metodológico da formação continuada no município, e vincula o desenvolvimento profissional ao da escola e da sociedade.

Para sustentar o que desenha a estrutura e organização da educação, visando a oferta de uma educação de qualidade, o município vem investindo, em média, R\$ 7.595,61 por aluno, nos últimos cinco anos, de acordo com dados publicados no Portal Meu Município (ano referência: 2021). Neste mesmo ano de referência, investiu R\$ 88.947.566,11 na educação municipal, envolvendo recursos próprios e advindos do governo federal.

Com relação ao que determina a Constituição Federal de 1988, art. 212, o qual estabelece que os municípios aplicarão anualmente “vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”, Lucas do Rio Verde – MT vem respeitando esta determinação constitucional, conforme demonstra o Relatório de Gestão (2017–2020):

Figura 2: Investimento na educação, limite constitucional, de 2016 a 2020.

Fonte: Relatório de Gestão (2017–2020).

Tais investimentos se refletem nas estruturas físicas das escolas municipais de Lucas do Rio Verde – MT. As escolas possuem prédios próprios, com padrões mínimos de qualidade, como acessibilidade, climatização, salubridade, ambientes específicos para atividades de leituras, esportivas, de recreação e laboratórios. A oferta da educação básica ocorre de acordo com as determinações legais, assegurando no mínimo 200 dias letivos e 800 horas, chegando a desenvolver até 1.600 horas, em instituições de ensino que ofertam educação em tempo integral.

Com relação à estrutura pedagógica, o município conta com proposta curricular própria, denominada Documento de Referência Curricular de Lucas do Rio Verde – DRC/LRV. Originada dos processos de implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Secretaria Municipal de Educação de Lucas do Rio Verde foi a pioneira dentre os municípios do território mato-grossense a homologar o próprio DRC/LRV, por meio do Ato Normativo 01/2019, publicado em 23 de janeiro de 2019.

Para a efetiva orientação do fazer pedagógico, o DRC/LRV é composto por quatro cadernos que se complementam, a saber: Concepções para a Educação Básica; Educação Infantil; Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais: Área da Linguagem; e Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais: Áreas da Matemática, Ciências Humanas e Ciência da Natureza.

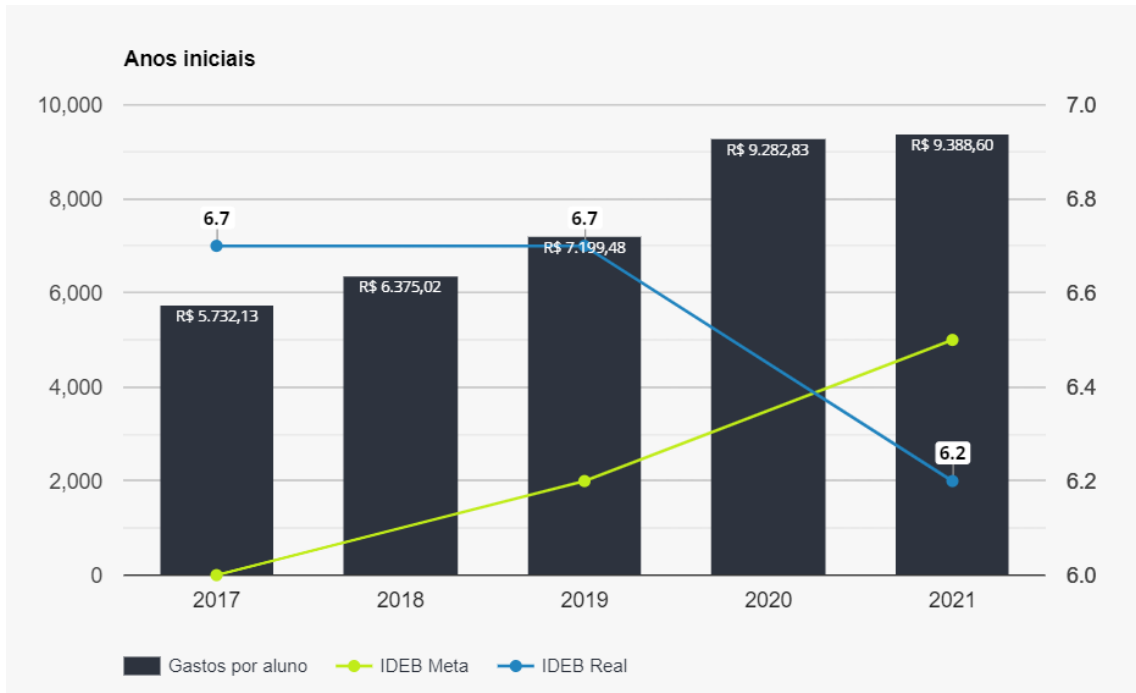
O caderno das Concepções para a Educação Básica estabelece a estrutura pedagógica da Rede Municipal e, conseqüentemente, subsidia a construção dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas. No caderno da Educação Infantil, são apresentadas as concepções que orientam a prática pedagógica do professor e a organização curricular em campos de experiências e as interações e brincadeiras como eixos norteadores.

Os documentos do Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais foram subdivididos em áreas. O primeiro compõe a Área de Linguagem e o segundo se constitui pelas Áreas da Matemática, Ciências Humanas e Ciência da Natureza. Esta organização tem por intencionalidade a não fragmentação do que se ensina nos anos iniciais e finais, sendo que os profissionais docentes terão acesso aos objetos de conhecimentos e habilidades que o estudante percorrerá do 1º ao 9º ano, por área do conhecimento, independentemente da etapa de ensino em que leciona, assegurando, assim, a compreensão do trabalho realizado no ano anterior e no subsequente, para então dar continuidade ao processo de aprendizagem do estudante, preparando-o para os desafios vindouros.

Porém, é preciso considerar que todas as ações e investimentos em educação devem se refletir na qualidade da aprendizagem demonstrada pelos estudantes. Neste sentido, buscamos demonstrar os dados pedagógicos alcançados nos últimos anos, apresentando uma relação entre os investimentos aplicados, parametrizados por custo aluno, e o resultado de aprendizagem obtido pelos estudantes, conforme demonstra o gráfico:

Gráfico 2: Evolução do IDEB X investimento em educação por aluno na Rede Municipal de Ensino

de Lucas do Rio Verde – MT.



Fonte: <https://meumunicipio.org.br/eficiencia-gastos/5105259-Lucas-do-Rio-Verde-MT?exercicio=2021>.

Como o foco desta pesquisa permeia os anos iniciais, apresentamos apenas os resultados referentes a esta fase do Ensino Fundamental. Sobre o que o gráfico pode nos mostrar, evidencio os resultados alcançados nos anos de 2017 e 2019, que demonstram que a Rede Municipal conseguiu manter os resultados alcançados nos índices do IDEB, sendo acima das metas projetadas para os referidos anos. O mesmo não ocorre em 2021, mesmo observando um investimento mais elevado com relação ao custo aluno.

Como os dados pedagógicos serão discutidos de forma mais aprofundada no capítulo quatro, reservamos as nossas análises e dos participantes da pesquisa, sobre estas e as demais evidências de aprendizagem, para o referido espaço.

Assim, elucidamos um panorama geral da educação de Lucas do Rio Verde que nos possibilitou compreender como se constitui o processo de ensino e aprendizagem na Rede Municipal. Optamos por conhecer as características da população, para entender os aspectos culturais predominantes na constituição dessa sociedade, assim como foi possível compreender se há uma cultura de valorização da educação pública, por meio da análise dos investimentos financeiros e da estrutura física das escolas ofertada para a sociedade, por exemplo.

Outro fator importante observado, e que reflete o compromisso com a oferta de educação de qualidade, está relacionado com a implementação de um sistema de ensino que vai além dos três pilares (SME, CME e escolas), que avança para a construção de políticas de estado que

garantam diretrizes sólidas para a formação continuada, investimentos contínuos em ciências, inovação e tecnologias, refletindo processos democráticos por meio da descentralização da governança, da participação da sociedade e da distribuição de responsabilidades.

Cabe ressaltar ainda a importância de uma proposta curricular capaz de referenciar a gestão e organização do conhecimento escolar, ao dispor sobre as competências e habilidades a serem desenvolvidas, assim como diretrizes metodológicas e estratégias de ensino a serem consideradas no processo de ensino.

Neste sentido, apresentamos a realidade da Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde – MT, para evidenciar que, ao tratar de monitoramento da aprendizagem, não estamos concentrando nesta política pública a responsabilidade por uma educação de qualidade ou não. Demonstramos, por meio da realidade instituída nesta Rede, que podemos, sim, tratar de monitoramento da aprendizagem quando não se perdem de vista os demais aspectos que asseguram a qualidade da educação de fato.

É neste ponto que se sustentam as indagações desta pesquisadora ao se propor a buscar respostas por intermédio do referido estudo. Pois se considera que há espaço para a inquietação sobre quais fatores podem corroborar ou interferir para o alcance de melhores resultados em uma rede de ensino que apresenta uma organização e investimentos financeiros relevantes, quando consideramos a realidade de muitos municípios no Brasil. Seria o monitoramento da aprendizagem capaz de impactar esta realidade? Assim, constrói-se a necessidade de uma pesquisa sobre a política de avaliação e monitoramento da aprendizagem instituída nesta rede de ensino, para aclarar sobre tais aspectos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Procedimentos éticos

Esta pesquisa, vinculada ao projeto intitulado “Educação Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: estratégias de monitoramento da aprendizagem”, foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade do Estado de Mato Grosso, respeitando as determinações dispostas na Resolução nº 466/2012, que trata das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, e Resolução nº 510/2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes, ambos os documentos normativos publicados pelo Conselho Nacional de Saúde – CNS.

Nesta linha, Creswell (2014) sustenta que:

A pesquisa qualitativa envolve o estudo de um local(is) de pesquisa e a obtenção da permissão para estudar o local, de forma a possibilitar a fácil coleta dos dados. Isso significa obter a aprovação da universidade ou do comitê institucional responsável pela avaliação, bem como dos indivíduos no local da pesquisa. Também significa encontrar indivíduos que possibilitem o acesso ao local da pesquisa, facilitando a coleta de dados (Creswell, 2014, p. 121)..

Em consonância com o que estabelecem os documentos normativos e o que defende o teórico em evidência, esta pesquisa somente coletará as informações dos indivíduos após autorização do órgão competente, permissões dos setores envolvidos e assinatura do termo de aceite pelos participantes da pesquisa.

A referida pesquisa consta como aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade, através do parecer consubstanciado nº 6.507.170, CAAE 75240023.8.0000.5166.

2.2 Método

Considerando como objeto de pesquisa o impacto das políticas de monitoramento da aprendizagem matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental em escolas da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT, temos como objetivo: investigar em que extensão o desenvolvimento e a implantação do monitoramento da aprendizagem na recomposição e nos avanços da proficiência matemática no Ensino Fundamental – anos iniciais, em escolas públicas da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT, constituiu-se em condição favorecedora para a melhoria dos índices de desempenho escolar dos estudantes, bem como para processos de formação profissional docente em serviço.

A referida pesquisa se delinea com abordagem qualitativa, de natureza básica e exploratória, com base em procedimentos de análise documental e entrevistas semiestruturadas, com formatação embasada na pesquisa de campo, utilizando-se de Análise de Conteúdo para realizar a análise dos dados resultantes das entrevistas. Procedemos em tais enfoques por sustentar um ambiente dinâmico para a reflexividade sobre o fenômeno a ser explorado nesta pesquisa.

Os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada (Godoy, 1995, p 62).

Optamos, então, pela abordagem qualitativa por oportunizar profundidade aos dados, riqueza interpretativa, aproximação entre pesquisador e entrevistado, permitindo que o processo de indagações seja flexível, permeando os eventos e suas interpretações, assim como respostas e teoria (Sampieri; Collado; Lucio, 2013). Portanto, assevera o enfoque qualitativo, por se tratar do estudo do impacto de uma política pública educacional sob a ótica de atores envolvidos no processo de desenvolvimento das ações relacionadas a esta política pública.

A pesquisa procura destacar informações que são relevantes para a prática educacional dos professores e para o aprimoramento do sistema de monitoramento da aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT. A análise é orientada pela necessidade de fornecer referenciais concretos e recomendações práticas para uma efetiva implementação de um sistema de avaliação e monitoramento da aprendizagem capaz de direcionar as tomadas de decisões e intervenções pedagógicas na escola e na prática docente.

Os resultados da pesquisa têm o potencial de impactar diretamente as políticas públicas e práticas de avaliação e monitoramento da aprendizagem, principalmente em escala municipal. Com base nas percepções dos professores, podem ser propostas mudanças no processo de avaliação, como ajustes nos instrumentos de avaliação, métodos de análise e devolutivas dos resultados ou formas de utilização dos resultados da avaliação para implementação de ações que fortaleçam o ensino e a aprendizagem.

Neste sentido, com o intuito de buscar respostas à pergunta-problema foco deste estudo, empregou-se uma **pesquisa documental** com a finalidade de coletar dados sobre o processo de monitoramento da aprendizagem em documentos oficiais que sustentam a oferta da educação básica para o território nacional, estadual e municipal.

Após esta reflexão sobre o panorama das diretrizes educacionais que a pesquisa documental proporcionou, procedeu-se a uma proposta de análise crítica e conceitual com base

no que professores da Rede Pública Municipal de Lucas do Rio Verde discursam sobre as políticas públicas de avaliação e monitoramento da aprendizagem e o que relatam sobre suas práticas diante dos dados produzidos e, antes disso, suas observações em relação às ações de avaliação e monitoramento da aprendizagem.

Para tanto, foram realizadas **entrevistas semiestruturadas** e, para a análise dos excertos, procurou-se fundamentar na **Análise de Conteúdo**, conforme, na sequência, evidenciam as explanações mais aprofundadas sobre os procedimentos de coleta de dados considerados na pesquisa.

2.3 Coleta de dados

Recorrendo aos preceitos de Creswell (2014), que visualiza “a coleta de dados como uma série de atividades inter-relacionadas que objetivam a reunião de boas informações para responder às perguntas da pesquisa”, foram colocados em prática diferentes movimentos para assegurar um processo de coleta de dados que fosse capaz de apresentar subsídios para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa.

Consta que a coleta de dados foi determinada para ocorrer por intermédio da pesquisa documental e entrevista com professores da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde. Cabe salientar que, dentre as atividades de planejamento e deliberações, consta a definição dos documentos pertinentes para análise, assim como o local e os participantes da pesquisa.

Depois que o investigador escolhe os locais ou pessoas, decisões precisam ser tomadas quanto às abordagens mais apropriadas para a coleta de dados. Cada vez mais o pesquisador qualitativo tem mais opções quanto à coleta de dados, tais como mensagens de e-mail e coleta de dados on-line, e o pesquisador irá coletar dados de mais de uma fonte. Para coletar essas informações, ele desenvolve protocolos ou formulários escritos para o registro das informações e precisa desenvolver também o registro dos dados, como protocolos observacionais e de entrevistas (Creswell, 2014, p. 123).

Fundamentados por Creswell (2014) para a escolha da estrutura do planejamento para a organização do processo de coleta de dados, trataremos das definições dos documentos que fizeram parte da pesquisa documental e, na sequência, as deliberações para a escolha das abordagens mais apropriadas para a coleta de dados.

2.4 Pesquisa documental

Em ciência são considerados documentos objetos como livros, jornais, estátuas, monumentos, fotos, filmes, vídeos etc. Tudo aquilo que se torna suporte material de uma

informação oral, escrita, gestual, visual, sonora (Severino, 2017). Quando se trata de pesquisa documental, tais documentos são fontes para tratamento analítico, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, como as legislações, por exemplo.

Os vestígios, indícios e evidências registradas documentalmente são fontes que tornam possível uma análise histórica, crítica e reflexiva daquilo que se propôs a fazer ao longo de um determinado tempo. No caso das legislações e diretrizes educacionais, este processo não é diferente. A análise documental torna-se, para o pesquisador, o objeto fundamental para a compreensão das relações entre o que se pretendia e o que de fato se evidencia, buscando, nos próprios acervos, identificar elementos que se constituem em condições favorecedoras ou limitadoras para a efetivação daquilo que se esperava.

Para o estudo em questão, a pesquisa documental se justifica pela relevância que detêm as diretrizes e legislações educacionais para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais. Reforça a compreensão do objeto foco da pesquisa, viabilizando a análise crítica da realidade evidenciada.

Neste sentido, Gil (2021, p. 128) reforça que:

[...] nas pesquisas qualitativas, sobretudo nas realizadas no âmbito das chamadas ciências sociais aplicadas, como educação e administração, a documentação é normalmente utilizada com a finalidade de corroborar e valorizar as evidências oriundas de outras fontes.

É neste ponto que acreditamos que se institua a pertinência da pesquisa documental, sendo o efeito dessa ação fator basilar para as reflexões advindas dos excertos coletados nas entrevistas.

Neste sentido, a prioridade consistiu em analisar se estes documentos fornecem orientações aos profissionais da educação sobre como atuar mediante o monitoramento da aprendizagem e os dados produzidos.

Os documentos analisados integram a lista do Quadro I.

Quadro 1: Documentos para análise documental.

| | |
|-----------------------------|--|
| ESFERA NACIONAL | Constituição Federal. |
| | Lei de Diretrizes e Bases da educação – LDB. |
| | Parâmetros Nacionais de Educação – PCNs. |
| | Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica - DCNs. |
| | Base Nacional Comum Curricular – BNCC. |
| ESFERA MUNICIPAL | Plano Municipal de Educação – PME. |
| | Plano de Desenvolvimento Estratégico – PDE |
| | Documento de Referência Curricular da Rede municipal de Lucas do Rio Verde – DRC/LRV. (Ato Normativo nº 01, de 23/01/2019) |

Fonte: A autora (2024).

Prioriza-se, assim, analisar dentro do tema central desta pesquisa:

- ✓ As relações entre o que determinam os referidos documentos e a prática docente.
- ✓ Clareza e objetividade para nortear aquilo que se espera alcançar.
- ✓ Possíveis pontos positivos e negativos nestes documentos.

Ao se proceder às análises, objetivou-se, de forma intencional, a convergência entre os dados da pesquisa documental e as entrevistas semiestruturadas, estas buscando compreender, logo no primeiro tópico de perguntas, a visão do professor referente aos documentos que norteiam os processos e o monitoramento da aprendizagem.

Nesse tópico de questões do roteiro de entrevista, a ênfase residiu em conhecer as percepções dos professores sobre a clareza desses documentos, ou seja, se tais documentos seriam suficientes para evidenciar, de forma eficaz, o que deve ser executado quando se trata da avaliação e do monitoramento da aprendizagem, qual o papel do professor neste processo, além de verificar o conhecimento do profissional docente a respeito da existência, exigências e objetivos dessas diretrizes e atos legais.

Ou seja, a intenção da pesquisa constituiu-se, segundo a ótica da pesquisadora e dos participantes da pesquisa, em oportunizar o seguinte movimento relacional e reflexivo para análise dos documentos:

Figura 3: Inter-relação entre análise documental e entrevista semiestruturada.



Fonte: A autora (2024).

Mediante este movimento reflexivo, contemplaremos o previsto no primeiro objetivo específico delineado na atual pesquisa. Sendo, por conseguinte, parte do objetivo geral também contemplado nesta fase da pesquisa, considerando a reflexão que envolveu o Documento de Referência Curricular da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT.

Neste processo de análise de documentos, também foram verificados os níveis de desempenho matemático na etapa final dos anos iniciais do Ensino Fundamental registrados historicamente na Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde. Foram objeto de análise os dados divulgados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB referentes aos resultados da aprendizagem matemática de estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT, além dos dados específicos das escolas selecionadas para participar da pesquisa.

Também constituíram o acervo da análise dos resultados de desempenho dos estudantes das escolas selecionadas os dados das turmas de 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, produzidos pela própria Rede Municipal de Ensino, por intermédio das avaliações educacionais¹.

¹ Avaliação educacional refere-se às provas elaboradas e dados produzidos pela Secretaria Municipal de Educação de Lucas do Rio Verde – SME/LRV, trimestralmente para todas as etapas do Ensino Fundamental da Rede Municipal. Para a pesquisa, trataremos apenas dos dados das turmas de 4º e 5º anos que participaram da pesquisa.

Estas relações também foram investigadas na fase seguinte da pesquisa de campo. Assim, na segunda fase da pesquisa, a saber, da entrevista semiestruturada, foram realizadas entrevistas com professoras das escolas da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT, selecionadas através de critério de desempenho nas últimas avaliações nacionais, conforme as explicações a seguir.

2.5 Entrevista semiestruturada

A entrevista é legitimada como uma das técnicas mais relevantes para o processo de coleta de dados em pesquisa qualitativa. De acordo com Gil (2021), a entrevista é “também uma das mais curiosas, pois caracteriza-se por uma relação social muito atípica: duas pessoas, que provavelmente não se conhecem, falam por um tempo relativamente longo e depois se separam para não mais se reverem”. Reforça ainda que “o fato de o pesquisador estar fora da vida social do pesquisado é que o torna uma pessoa preparada para ouvir o que ele tem a dizer, até mesmo algumas de suas confidências” (Gil, 2021, p. 95).

Evidencia-se a relevância dessa técnica, quando observada a proporção de pesquisas em diferentes campos das ciências que optam por adotar a entrevista como técnica de coleta de dados.

Por sua flexibilidade, tem sido adotada como técnica fundamental de investigação em muitos campos das ciências sociais, podendo-se afirmar que parte importante do desenvolvimento dessas ciências nas últimas décadas foi obtida graças à sua aplicação. De fato, a entrevista é uma técnica adequada para verificar como são as pessoas, o que fazem, o que fizeram, o que pretendem fazer, o que sabem, o que valorizam, o que almejam, o que temem, no que creem e muito mais (Gil, 2021, p. 95).

É esta linha de possibilidades de verificação que Gil (2021) apresenta, sendo a entrevista o meio facilitador para compreender diferentes questões de como as pessoas são, o que fazem, o que sabem, o que valorizam, etc., que justifica, no presente trabalho, a escolha dessa técnica como fundamental para a pesquisa.

Sendo a entrevista uma técnica considerada flexível, é possível identificar diferentes tipos de entrevistas. Na sequência, traremos a definição da modalidade de entrevista a ser desenvolvida nesta pesquisa.

Com base na conceituação de entrevista semiestruturada apresentada por Gil (2021), entendemos que:

[...] caracteriza-se pelo estabelecimento prévio de uma relação de questões ou tópicos que são apresentados aos entrevistados. Em seu formato mais estruturado, envolve

uma série de perguntas que são apresentadas da mesma forma aos entrevistados, mas sem o oferecimento de alternativas de resposta (Gil, 2021, p. 99).

Neste sentido, além da busca das percepções dos profissionais docentes referentes aos documentos que abordam a temática avaliação e monitoramento da aprendizagem, que será retomada a seguir, também foram abordados, por intermédio do roteiro para a entrevista semiestruturada, os seguintes tópicos:

- I. Perfil do participante;
- II. Dos documentos que norteiam os processos de monitoramento da aprendizagem;
- III. A participação do professor no processo de monitoramento da aprendizagem implementado na Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT;
- IV. A relação dos dados produzidos no monitoramento da aprendizagem com o desempenho matemático dos estudantes;
- V. A relação dos dados produzidos no monitoramento da aprendizagem com a prática do professor;
- VI. A interpretação dos dados do monitoramento da aprendizagem pelo professor;
- VII. A relação da formação continuada nas escolas com o monitoramento da aprendizagem.

Seguindo o que Gil (2021) aponta como um formato mais estruturado dessa estratégia de coleta de dados, o roteiro de entrevista foi elaborado contendo sete tópicos e um total de 24 questões, conforme apresentados a seguir:

Quadro 2: Perfil do participante.

| | |
|---|---|
| I Perfil do participante | * Idade. |
| | * Formação. |
| | * Vínculo (efetivo ou contratado). |
| | * Tempo de atuação na Rede Municipal de Lucas do Rio Verde. |
| | * Função. |
| | * Etapa de ensino em que lecionou no ano letivo de 2022 e atualmente, em 2023. |
| | * Instituição de ensino a que está vinculado(a). |
| | * Tempo de serviço nesta instituição. |
| | * Ocupou outras funções na Rede Municipal de Ensino de LRV: Não. Sim, qual (quais)? |

Fonte: A autora (2024).

No primeiro tópico, buscou-se evidenciar as características do sujeito participante da pesquisa, considerando apenas aspectos que não permitam o entrevistado ser identificado. A intenção foi a de coletar dados sobre o perfil profissional, faixa etária, tempo de serviço e experiências profissionais dos participantes da pesquisa, para fornecer informações sobre quem são os sujeitos envolvidos no estudo.

Conforme tratado anteriormente, o Tópico II versa sobre os conhecimentos e a relação do professor com os documentos que norteiam os processos de monitoramento da aprendizagem.

Quadro 3: Dos documentos que norteiam os processos de monitoramento da aprendizagem.

| | |
|---|--|
| <p>II Dos documentos que norteiam os processos de monitoramento da aprendizagem</p> | <p>1 Você tem conhecimento sobre legislações orientativas, diretrizes e outros documentos que norteiam o processo de avaliação e monitoramento da aprendizagem? Caso não conheça, a que associa este fato? Conhecendo, o que você destacaria nestes documentos, ou seja, quais seriam, independentemente se positivos ou negativos, os pontos principais destes documentos? A qual ou quais documentos e/ou legislações você se refere?</p> |
| | <p>PERGUNTAS ADICIONAIS:</p> <p>1.1 São apresentados em redação objetiva, de forma que pela leitura dos mesmos ficam esclarecidos aspectos como: (A) o que deve ser executado, (B) quais são as condições necessárias para a execução, (C) como avaliar a eficiência da execução e (D) qual é o seu papel (professor, coordenador, diretor) neste processo?</p> <p>1.2 Quais seriam os principais pontos positivos que você destacaria destes documentos? Justifique sua escolha.</p> <p>1.3 Quais seriam os principais pontos negativos que você destacaria destes documentos? Justifique sua escolha.</p> |

Fonte: A autora (2024).

No ato da condução das entrevistas, considerou-se a necessidade de tomadas de decisões, nas quais, dependendo da resposta do participante, a entrevista seguiria para um fluxo que perpassasse por todas as perguntas adicionais. No caso, quando o entrevistado relatava não possuir conhecimento a respeito do solicitado, seguia-se para a questão número dois, sem passar pelas perguntas adicionais.

O Tópico III objetivou compreender a participação dos professores na política de avaliação e monitoramento da aprendizagem instituída por intermédio do Documento de Referência Curricular da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT. Partia de questões que

envolviam o conhecimento do professor sobre esta política e as ações que possam evidenciar sua implementação, e seguia solicitando relato do professor sobre como ocorre o processo de monitoramento da aprendizagem na escola em que atua e na Rede Municipal.

Quadro 4: Da participação dos professores no processo de monitoramento da aprendizagem implementado na Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT.

| | |
|--|---|
| III Da participação do professor no processo de monitoramento da aprendizagem implementado na Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT | 3 O município tem instituído, em seu DRC, proposta para implementar um sistema de avaliação e monitoramento da aprendizagem desde 2019. O que você pode dizer sobre este assunto? |
| | 4 A partir desse período (2019), você consegue identificar ações que evidenciam a implementação dessa política de avaliação e monitoramento da aprendizagem? Caso não consiga identificar ações, a que você atribui este fato? Sendo possível identificar, mencione quais ações são evidentes para você e qual a sua participação nesse processo. |
| | 5 Você pode descrever como ocorre o processo de monitoramento da aprendizagem na escola? Na Rede Municipal? |

Fonte: A autora (2024).

Também foi objeto de análise, na entrevista semiestruturada, o desempenho dos estudantes nos testes de avaliação nacional e municipal. Estes dados consistiram em fundamentos para as reflexões nos Tópicos IV, V e VI.

Quadro 5: Da relação dos dados produzidos com o desempenho matemático dos estudantes, com a prática do professor e a interpretação dos dados.

| | |
|---|---|
| IV Da relação dos dados produzidos no monitoramento da aprendizagem com o desempenho matemático dos estudantes | 6 Considerando como avaliações internas as efetuadas no cotidiano da escola, e avaliações externas as avaliações educacionais (efetuadas pela SME) e as provas de larga escala (efetuadas pelo SAEB), quais seus principais comentários sobre os resultados das avaliações ocorridas em 2022? 6.1 Resultados das avaliações internas (desempenhos dos alunos nos instrumentos elaborados pelos próprios professores da escola): 6.2 Resultados das avaliações externas (desempenhos dos alunos nos instrumentos elaborados por órgãos externos à escola): |
| | 7 Na sua opinião, o monitoramento da aprendizagem, desenvolvido pela SME, tem relação com estes resultados alcançados? Aponte e discuta quais seriam estas relações. Como e em que você evidencia esse fato? |
| | 8 Analisando os dados produzidos pela Secretaria Municipal de Educação de Lucas do Rio Verde e SAEB, períodos de 2019, |

| | |
|--|--|
| | <p>2021 e 2022, com foco na etapa de ensino correspondente ao que se destinou sua regência/coordenação pedagógica, especificamente no componente curricular de matemática, qual é a sua avaliação sobre estes resultados?</p> |
| | <p>9 Mediante este fato, é possível observar relação ou relações entre estes resultados (aprendizagem dos estudantes) e o processo de monitoramento da aprendizagem? Quais evidências ou fatos poderiam embasar sua afirmação?</p> |
| | <p>10 Fazendo uma análise da proficiência alcançada pela escola nas avaliações de larga escala, realizadas pelo SAEB (resultados de 2019 e 2021 em matemática), é possível fazer relações dos resultados que se apresentam com o processo de monitoramento da aprendizagem? A que você atribui sua afirmação?</p> |
| | <p>SOBRE O IMPACTO DA PANDEMIA</p> |
| | <p>11 Sob a ótica dos resultados registrados no mesmo período, etapa de ensino e componente curricular a que se referem as duas perguntas anteriores, comente sobre o período de aula não presencial. Houve impactos na aprendizagem dos estudantes? Que evidência, que métrica você utiliza para embasar sua afirmação?</p> |
| | <p>12 O monitoramento da aprendizagem foi aplicado e utilizado na retomada das aulas presenciais? Qual a sua avaliação sobre esta tomada de decisão?</p> |
| V | <p>13 Quando você recebe os dados produzidos pelo monitoramento da aprendizagem, quais pontos lhe chamam atenção?</p> |
| Da relação dos dados produzidos no monitoramento da aprendizagem com a prática do professor | <p>14 Sobre os dados observados, o que você destacaria como de fácil compreensão e, por outro lado, o que, na sua avaliação, é de difícil compreensão?</p> |
| | <p>15 Existe momento de discussão no qual é oportunizada a sua participação com a finalidade de discutir os dados de monitoramento da aprendizagem nos momentos de planejamento? Como você avalia este fato?</p> |
| | <p>16 Este momento de discussão (ou a falta deste) impacta de alguma maneira a sua prática docente (coordenação pedagógica ou regência de sala de aula)? De que forma?</p> |
| | <p>17 Na sua opinião, existe relação entre o monitoramento da aprendizagem e sua prática docente? Justifique.</p> |
| VI | <p>18 Você tem acesso a todos os dados de monitoramento da aprendizagem que impactam o seu trabalho docente?</p> |
| Da interpretação dos dados do monitoramento da aprendizagem | <p>18.1 () SIM</p> <p>18.1.1 São dados quantitativos, qualitativos ou ambos?</p> <p>18.1.2 Você pode citar quais são estes dados?</p> <p>18.2 () Não tenho acesso.</p> |

19 Você acredita que os dados refletem os reais níveis de aprendizagem de sua turma, quando regente de sala de aula, ou turmas que coordena, quando na coordenação pedagógica? Como e de que forma você pode evidenciar este fato?

20 Considere os resultados do primeiro e do segundo trimestres (dados produzidos pela SME). Há relações entre os resultados do primeiro e segundo trimestres? De que forma você chega a esta conclusão?

Fonte: A autora (2024).

Os tópicos mencionados foram elaborados com a finalidade de coletar informações para responder aos objetivos segundo e terceiro deste estudo. Refletiremos sobre os níveis de aprendizagem historicamente alcançados na Rede Municipal de Ensino, verificando, mediante as observações dos professores participantes da pesquisa, se existem relações entre estes resultados e o monitoramento da aprendizagem.

Após coletar os depoimentos dos professores, em análise dos dados, a investigação priorizou verificar se há evidências de que o cumprimento do desenvolvimento e a implantação do monitoramento da aprendizagem na recomposição e nos avanços da proficiência matemática no Ensino Fundamental – anos iniciais, em escolas públicas da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT, constituiu-se em condição favorecedora para a melhoria dos índices de desempenho escolar dos estudantes, bem como para processos de formação profissional docente em serviço.

Para além da análise de dados históricos, mostrou-se necessário refletir a respeito do período de aulas não presenciais e a relevância do monitoramento da aprendizagem no planejamento da retomada das aulas presenciais. Entendemos que os impactos provocados pela pandemia de Covid-19, momento histórico vivenciado na educação, devem ser observados por diferentes perspectivas. Sendo assim, são necessários levantamentos de evidências que nos permitam compreender até que ponto uma política de monitoramento da aprendizagem sustenta ou apoia as tomadas de decisões para a recomposição e avanços da proficiência matemática após períodos de grandes desafios que podem interferir e exigir um profundo (re)planejamento educacional.

No tópico final do roteiro de entrevista, foi priorizada a relação entre o monitoramento da aprendizagem e a formação profissional docente em serviço, a formação continuada na escola e na Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT.

Quadro 6: Da formação continuada.

| | |
|---|--|
| VII Da formação continuada | 21 O que a sua escola orienta com relação aos resultados advindos das avaliações e monitoramento da aprendizagem (formação na escola)? |
| | 22 A formação ofertada a você trata de monitoramento da aprendizagem (formação na Rede)? Quais suas percepções sobre esta ação? Atende às suas expectativas? |
| | 23 As temáticas/conteúdos de formação continuada na Rede e/ou na escola têm relação com os dados produzidos através das avaliações e monitoramento da aprendizagem? Justifique. |
| | 24 Por gentileza, complete a frase do modo que você considerar que expressa a sua posição sobre o assunto... Vamos lá... Você acredita que o monitoramento da aprendizagem deve ser capaz de: |

Fonte: A autora (2024).

Pelo lugar de destaque que os resultados de monitoramentos da aprendizagem devem ocupar para assegurar uma proposta de formação continuada de qualidade, defendemos a relevância de entender se existem evidências da relação entre o monitoramento da aprendizagem e a formação continuada em serviço, de acordo com as percepções dos professores participantes da pesquisa.

Por fim, é relevante salientar que todas as entrevistas foram gravadas em áudio, com o prévio e explícito consentimento das entrevistadas. Posteriormente, todas as respostas das entrevistadas foram transcritas para, na sequência, subsidiarem a análise dos dados através da Análise de Conteúdo.

2.6 Do participante e local da pesquisa

Com relação aos participantes e local da pesquisa, Creswell (2014) afirma que “um passo importante no processo é encontrar pessoas ou locais para estudar e obter acesso e estabelecer um *rapport* com os participantes de modo que eles forneçam bons dados”. O autor afirma ainda que:

Um passo intimamente relacionado ao processo envolve a determinação de uma estratégia para a amostragem intencional dos indivíduos ou locais. Essa não é uma amostragem probabilística que possibilitará ao pesquisador fazer inferências estatísticas para uma população; ao contrário, é uma amostra intencional que exemplificará propositadamente um grupo de pessoas que pode melhor informar o pesquisador sobre o problema de pesquisa que está em exame. Assim, o pesquisador precisa determinar qual tipo de amostragem intencional será usado melhor (Creswell, 2014, p. 117).

Com esta compreensão, este estudo teve como participantes coordenadoras pedagógicas e professoras regentes com experiências recentes (2022 ou 2023) em turmas de 4º e/ou 5º ano do Ensino Fundamental das escolas da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT.

Para cada escola selecionada, participaram da pesquisa uma coordenadora pedagógica e uma professora em efetivo exercício da docência no momento da implantação do monitoramento. A amostragem total foi de seis professoras, sendo três na função de coordenadora pedagógica e três em regência de sala de aula. Os critérios de seleção desses profissionais foram:

PROFESSORES

- Ter trabalhado no ano de 2022 ou estar atuando no ano letivo de 2023 em efetivo exercício da docência em regência de uma turma de 4º ou 5º ano do Ensino Fundamental.
- Ser efetivo na Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde – MT.
- Tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde – MT em efetivo exercício da docência em período que antecede a homologação do Documento de Referência Curricular do Município (2019).

COORDENADOR PEDAGÓGICO

- Ter acompanhado no ano de 2022 e/ou 2023, na função de coordenação pedagógica, as turmas de 4º ou 5º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde.
- Ser efetivo na Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde – MT.
- Tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde – MT em efetivo exercício da docência em período que antecede a homologação do Documento de Referência Curricular do Município (2019).

Conforme mencionado anteriormente, é nesta etapa que a pesquisa busca evidências das percepções das professoras e coordenadoras pedagógicas sobre o monitoramento da aprendizagem nos seguintes aspectos: como está instituído o processo de monitoramento da aprendizagem? Como se dá a participação dos professores na relação do monitoramento da aprendizagem com o fazer pedagógico? Há impacto nos índices de desempenho dos estudantes?

Para seleção das escolas, foram considerados os seguintes critérios de elegibilidade: mediante análise dos resultados de aprendizagem alcançados pelos estudantes e publicados pelo SAEB em 2019 e 2021 (marco temporal que possibilita fazer um comparativo entre os resultados alcançados antes e após as aulas não presenciais), foram adotados os seguintes critérios: 01 escola que registrou incremento de variação positiva, 01 escola que registrou

incremento de variação nula ou mínima, 01 escola que registrou incremento de variação negativa na nota do IDEB, após o período de aulas não presenciais causado pela pandemia de Covid-19. Segue quadro explicativo contendo a identificação das escolas, os respectivos perfis e o número de participantes para cada unidade escolar:

Quadro 7: Participantes da pesquisa e local.

| ESCOLAS | CARACTERÍSTICA | Nº DE PARTICIPANTES | |
|---------------|---|---------------------|--------------------|
| Escola 1 - E1 | Escola que registrou incremento de variação negativa no IDEB 2021, após a pandemia | 1 professor - P1 | 1 coordenador - C1 |
| Escola 2 - E2 | Escola que registrou incremento de variação nula ou mínima no IDEB em 2021, após a pandemia | 1 professor - P2 | 1 coordenador - C2 |
| Escola 3 - E3 | Escola que registrou incremento de variação positiva no IDEB 2021, após a pandemia | 1 professor - P3 | 1 coordenador - C3 |

Fonte: A autora (2024).

Do grupo de participantes, seguem algumas características desses profissionais, levando em consideração a formação profissional, o tempo de experiência docente, o tempo de exercício na Rede Municipal de Lucas do Rio Verde e na escola de onde participa da pesquisa.

Quadro 8: Características dos participantes.

| PERFIL DO PARTICIPANTE | RESULTADO | |
|---|-----------|---|
| | % | Quantitativo |
| Sexo | 83% | 5 participantes do sexo feminino. |
| | 17% | 1 participante do sexo masculino. |
| Formação | 100% | 6 participantes licenciatura e pós-graduação. |
| Vínculo | 100% | 6 participantes efetivos. |
| Tempo de exercício da docência na rede municipal | 33% | 2 participantes com 8 anos. |
| | 67% | 4 participantes com 20 anos ou mais. |
| Tempo de exercício da docência na escola | 50% | 3 participantes com 8 a 10 anos. |
| | 50% | 3 participantes com 17 a 24 anos. |
| Experiências profissionais | 33% | 2 participantes apenas regência de sala de aula. |
| | 17% | 1 participante na regência de sala de aula e de secretária escolar. |
| | 50% | 3 participantes com experiência em regência de sala de aula e coordenação pedagógica. |

Fonte: Dados da pesquisa (2023).


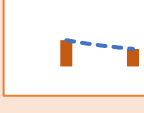
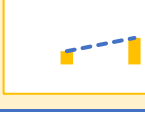
No Quadro 8, registra-se a evidência de que 100% dos participantes da pesquisa foram de profissionais docentes com licenciatura e pós-graduação. Todos os profissionais que participaram da pesquisa são efetivos na Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde, sendo 02 participantes com oito anos de experiência na docência no município em questão e 04 professores com experiência igual ou superior a 20 anos.

Além da experiência na gestão de sala de aula, 50% dos participantes também acumulam experiências na coordenação pedagógica. Um profissional docente também possui experiência como secretária escolar e 33% concentram experiências especificamente na regência de sala de aula.

Sobre a formação profissional, a pesquisa registra ainda os seguintes dados sobre as licenciaturas dos participantes: 04 graduadas em Pedagogia, 01 graduada em Letras e Pedagogia e 01 graduado em Matemática. Dos cursos de pós-graduação, evidenciou-se que todos os profissionais participantes da pesquisa possuem pelo menos uma especialização, dentre estes cursos estão: Interdisciplinaridade na Educação Básica, Educação Infantil, Educação Especial, Psicopedagogia, Libras, Alfabetização e Letramento, Coordenação e Supervisão Escolar e Informática da Educação.

Para a análise e seleção das escolas participantes, foram observados os dados publicados pelo INEP, referentes ao IDEB de 2019 e 2021, conforme mencionado anteriormente e demonstrado a seguir:

Quadro 9: Critério de escolha do local.

| ESCOLAS | IDEB (5º Ano EF) | | | |
|---------------|------------------|------|---------|---|
| | 2019 | 2021 | IMPACTO | |
| Escola 1 - E1 | 6,8 | 5,8 | -1,0 |  |
| Escola 2 - E2 | 6,6 | 6,4 | -0,2 |  |
| Escola 3 - E3 | 7,3 | 7,6 | 0,3 |  |

Fonte: A autora (2024).

A escolha por estas características se consolidou para possibilitar a verificação da relação entre os resultados do desempenho escolar, os relatos dos professores e a política de avaliação e monitoramento da aprendizagem da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT em três realidades que apresentaram resultados diferentes quanto ao impacto da pandemia no desempenho dos estudantes.

2.7 Análise de dados – Análise de Conteúdo

Na busca pela compreensão sobre o objeto investigado, com base nos procedimentos metodológicos de análise de dados – Análise de Conteúdo na perspectiva de Bardin (1977) e Rodrigues (2019), foram analisadas as percepções dos professores registradas nas entrevistas semiestruturadas.

Assim, as contribuições dos professores e coordenadores pedagógicos foram analisadas mediante a aplicação de técnicas de Análise de Conteúdo. Bardin (1977) caracteriza a Análise de Conteúdo como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações.” O autor esclarece que não é apenas um instrumento, “tratar-se-ia, portanto, de um tratamento da informação contida nas mensagens” (Bardin, 1977, p. 34).

Apelar para estes instrumentos de investigação laboriosa de documentos, é situar-se ao lado daqueles que, de Durkheim a P. Bourdieu passando por Bachelard, querem dizer não «à ilusão da transparência» dos factos sociais, recusando ou tentando afastar os perigos da compreensão espontânea. É igualmente «tornar-se desconfiado» relativamente aos pressupostos, lutar contra a evidência do saber subjectivo, destruir a intuição em proveito do «construído», rejeitar a tentação da sociologia ingênua, que acredita poder apreender intuitivamente as significações dos protagonistas sociais, mas que somente atinge a projecção da sua própria subjectividade. Esta atitude de «Vigilância crítica», exige o rodeio metodológico e o emprego de «técnicas de ruptura» e afigura-se tanto mais útil para o especialista das ciências humanas, quanto mais ele tenha sempre uma impressão de familiaridade face ao seu objecto de análise. É ainda dizer não «à leitura simples do real», sempre sedutora, forjar conceitos operatórios, aceitar o carácter provisório de hipóteses, definir planos experimentais ou de investigação [...] (Bardin, 1977, p. 28).

Com foco nestas perspectivas apontadas por Bardin, a pesquisa amparou-se em Rodrigues (2019), que aborda, de forma detalhada, a Análise de Conteúdo em pesquisas qualitativas na área da educação matemática, abordagem esta que ampara de maneira basilar a metodologia a ser considerada neste estudo.

Segundo Rodrigues (2019), a Análise de Conteúdo “não é um método rígido, no sentido de uma receita com etapas bem delineadas até chegar à constituição das categorias, mas sim um tipo de análise que pode ser utilizado para inferirmos sobre dados qualitativos.” O autor,

amparando-se em Bardin, elenca três etapas da Análise de Conteúdo, as quais aplicaremos nesta pesquisa, conforme descrevemos na sequência.

I – PRÉ-ANÁLISE

Consiste em proceder com a organização efetiva do material a ser submetido ao crivo da análise. Rodrigues (2019) afirma que o objetivo é “torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais.”

Nesta etapa, seguindo as orientações de Rodrigues (2019), optamos pelo uso de planilhas para a organização dos relatos dos professores, que serão dispostos em tópicos, seguindo a organização preestabelecida desde o roteiro de entrevista.

II – EXPLORAÇÃO DO MATERIAL

Explorar o material “consiste na descrição analítica, a qual diz respeito ao corpus (qualquer material textual coletado) submetido a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos” (Bardin, 1977, p. 101).

Seguindo o aporte teórico da metodologia em questão, construiremos, nesta etapa, as unidades de contexto, unidades de registro, eixo temático, até as categorias de análise.

III – TRATAMENTO DOS RESULTADOS

A etapa de tratamento dos resultados, etapa final da Análise de Conteúdo, envolve o movimento dialógico das categorias de análise, interpretação e inferências do pesquisador. Para Rodrigues (2019, p. 31):

Em relação ao movimento dialógico das Categorias de Análise constituídas na pesquisa, o pesquisador deve realizar a interlocução dos dados com os conceitos balizados pelos aportes teóricos da pesquisa, para proporcionar compreensões do objeto investigado.

Com relação à interpretação e inferências do pesquisador, seguiremos o que defende Rodrigues (2019), ao trazer em evidência a importância de produzir uma síntese interpretativa que explicita a compreensão de cada categoria de análise, “pois as sínteses interpretativas são caracterizadas como sendo um texto, no qual expressamos com clareza as nossas compreensões provenientes do movimento dialógico realizado na descrição e análise dos dados” (Rodrigues, 2019, p. 32).

Portanto, direcionados pelo resultado da Análise de Conteúdo (Momento 2) e da análise documental (Momento 1), tentaremos responder às perguntas-problema foco deste estudo.

3 MONITORAMENTO DA APRENDIZAGEM NOS DISPOSITIVOS LEGAIS E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Propondo uma discussão sobre os dispositivos legais e documentos que têm por finalidade orientar as ações na educação básica, neste capítulo registramos um panorama das legislações e diretrizes dispostas para o monitoramento da aprendizagem em âmbito nacional e no município de Lucas do Rio Verde – MT. Sendo tal movimento de análise e reflexão, considerado neste estudo como ponto de partida para a compreensão da relevância de tais documentos para o direcionamento de ações e estratégias de monitoramento dos índices de desempenho matemático dos estudantes.

Histórica e recorrentemente, no Brasil são divulgados baixos índices de desempenhos dos estudantes em matemática, resultando em debates e reflexões que ocorrem em todos os níveis e segmentos da sociedade, trazendo, conseqüentemente, questionamentos sobre a efetiva qualidade das condições de ensino na educação básica brasileira.

Essa popularização dos dados referentes aos níveis de aprendizagem matemática no país se dá em decorrência dos resultados de avaliações em larga escala, amplamente divulgados, sejam internacionais (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA), nacionais (Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB) ou até mesmo estaduais e municipais, quando estes investem em monitoramento da aprendizagem.

Estas políticas de monitoramento da aprendizagem são instituídas de forma a produzir informações que viabilizem a verificação do cumprimento do que estabelece o artigo 206 da Constituição Federal de 1988, que trata dos princípios que sustentam a oferta do ensino, sendo a “garantia de padrões de qualidade” assegurada como princípio fundamental.

Portanto, a Constituição Federal de 1988 determina como fundamental a oferta da educação básica de qualidade a todos os estudantes de diferentes comunidades existentes no Brasil. Esta determinação direciona para a necessidade de fundamentação legal, teórica e diretrizes que consubstanciam o que estabelece a Carta Magna.

3.1 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o monitoramento da aprendizagem

Buscando direcionar a materialização de uma educação de qualidade, entende-se que, dentre outros aspectos que não serão foco de análise neste estudo, é preciso conhecer a realidade pedagógica e, mais especificamente, os níveis de aprendizagem dos estudantes, para que as intervenções direcionem para a qualidade da educação determinada na legislação. É neste ponto

que trazemos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 – LDB (Lei nº 9394/96), lançando luz aos incisos IX e XI do artigo 4º:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

[...]

IX – padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados;

[...]

XI – alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos (Brasil, 1996).

Em destaque também o artigo 9º, que determina que “a União incumbir-se-á de”:

[...]

V – coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI – assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

[...] (Brasil, 1996).

Por intermédio do artigo citado, a LDB (Lei nº 9394/96) subsidia a necessidade orientativa para o cumprimento da determinação referente à oferta de educação de qualidade, ao evidenciar a importância da definição de padrões mínimos de qualidade do ensino, alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura, assim como da coleta de dados para definir políticas públicas que visem a melhoria do ensino em todas as escolas do país. Esclarecendo também que o levantamento desses dados é uma responsabilidade distribuída a todos os sistemas de ensino (federal, estaduais e municipais).

Neste sentido, registraremos uma análise com foco na clareza e objetividade do que se espera alcançar ao abordar essa legislação, determinações que direcionam para ações de avaliação e monitoramento. O quadro abaixo foi elaborado para melhor elucidar esta e outras observações com base nas análises realizadas pela pesquisadora, após registro do que temos sobre avaliação e monitoramento da aprendizagem dos estudantes na Lei nº 9394/96.

Para registro e interpretações do quadro de análise da redação, aplicou-se a seguinte legenda:

S – Quando atende ao critério de análise.

N – Quando não atende ao critério de análise.

P – Quando atende parcialmente ao critério de análise.

Para registro dos pontos positivos e negativos levantados com base na análise do documento, utilizou-se a seguinte legenda:

O – Observado.

NO – Não Observado.

Quadro 10: ANÁLISE DO DOCUMENTO: Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.

| CLAREZA E OBJETIVIDADE: | | |
|--------------------------------------|---|--|
| (A) | S | <ul style="list-style-type: none"> ⇒ alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica ⇒ coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação ⇒ processo nacional de avaliação do rendimento escolar |
| (B) | N | |
| (C) | N | |
| (D) | N | |
| PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS: | | |
| Pontos Positivos: | O | <ul style="list-style-type: none"> ⇒ “padrões mínimos de qualidade do ensino [...]” ⇒ “alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos” ⇒ “coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação” ⇒ “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar [...] objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino” |
| Pontos Negativos: | O | <ul style="list-style-type: none"> Não aprofunda sobre: ⇒ procedimentos mínimos a serem executados. ⇒ como verificar se há eficiência na execução do que se espera. ⇒ as distribuições de responsabilidades. |

Fonte: A autora (2024).

Neste quadro de análise referente à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica, é possível observar que existe clareza e objetividade para nortear aquilo que deve ser executado quando a lei explicita que se deve coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação e assegurar processos nacionais de avaliação do rendimento escolar. Porém, é preciso ir além, dando subsídios para direcionar ações de monitoramento em todas as esferas (nacional, estadual e municipal), determinando a estas a responsabilidade de aprofundar as orientações e determinações para alcançar as diferentes realidades educacionais.

A superficialidade da abrangência dessas determinações dá margem para a compreensão de que somente a União terá responsabilidade direta pelo monitoramento da aprendizagem,

deixando espaços para interpretações que levem ao equívoco de acreditar que apenas os dados produzidos em larga escala, a cada dois anos, serão bases para indicadores de qualidade para intervenções e investimentos direcionados para a melhoria do ensino e aprendizagem ofertados em cada instituição de ensino, em cada sala de aula.

Evidenciado, portanto, como aspecto negativo, registra-se esta necessidade de aprofundamento sobre quais seriam as responsabilidades de outras instâncias da educação. Ou seja, qual a responsabilidade dos sistemas municipais de ensino, quando da coleta, análise e disseminação de informações sobre a educação? E, ainda, qual a responsabilidade das escolas? E dos professores? O que há registrado apenas dá conta de determinar que os sistemas de ensino deverão colaborar com a União para assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar.

Fazendo uma análise da lei em questão, Saviani (p. 5716) afirma que, “em face de uma lei que deixou muita coisa em aberto, os seus limites, expressos predominantemente na forma de omissão, poderia se converter na abertura de novas perspectivas para a educação brasileira”.

Neste sentido, é oportuno observar que, havendo uma responsabilização minimamente direcionada para assegurar procedimentos fundamentais de monitoramento da aprendizagem, em todas as instâncias (federal, estadual e municipal), além de responsabilização explícita para as instituições de ensino, direciona para que as bases da educação possam executar aquilo que a lei lhes incumbe de forma clara e objetiva. Menciono este aspecto como uma possibilidade para favorecer a compreensão das responsabilidades de cada segmento envolvido nos processos de avaliação e monitoramento da aprendizagem na educação.

Outro ponto fundamental para reflexão está na evidência de que a qualidade do ensino a que remete esta lei está relacionada com todos os processos de gestão: pedagógica, administrativa, financeira, de pessoas e de patrimônio.

Assim, é importante aclarar que o monitoramento da aprendizagem está correlacionado a outros mecanismos de acompanhamentos, que devem dar conta de refletir todas as realidades que a lei aponta como reflexo da qualidade do ensino, a saber: “insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados” (Brasil, 1996). Neste sentido, reforça a necessidade de determinações mais claras para responsabilizar todos os envolvidos na gestão da educação no país.

Cabe também analisar a relação da Lei nº 9394/96 com a prática docente e o desempenho dos estudantes. No quadro abaixo, buscaremos explicitar evidências sobre as determinações dispostas na referida legislação que estão relacionadas à prática docente, se o que temos

colabora para a melhoria do desempenho do estudante e, por fim, o que executamos do que temos determinado nesta lei. É importante registrar, que, *a priori*, procederemos com as observações neste formato, com análise somente sob a ótica da pesquisadora, pois estes procedimentos de análise sofrerão alterações quando da inserção das percepções dos profissionais docentes que participarão da pesquisa.

Quadro 11: Relação entre a LDB (Lei nº 9394/96), a prática docente e o desempenho dos estudantes.

| |
|---|
| As relações entre o que determina o referido documento e a prática docente. |
| ⇒ alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica, como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos |
| O que temos colabora para o alcance do desempenho dos estudantes? |
| ⇒ padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante |
| O que executamos do que temos? |
| |

Fonte: A autora (2024).

Como evidência da relação entre a legislação em análise e a prática docente, lançamos luz ao inciso IX do artigo 4º da LDB, que assegura que somente será efetivado o dever do estado com a educação pública mediante, entre outros requisitos, a garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem de todos os estudantes, sendo a alfabetização plena e a capacidade leitora fatores indispensáveis para o cumprimento do previsto.

Mais adiante, a própria LDB (1996), no artigo 13º, estabelece incumbências ao professor, sendo evidenciada no inciso III a responsabilidade por “zelar pela aprendizagem dos estudantes”. Fica, portanto, evidente que a alfabetização, a leitura e, em conjunto com o sistema de ensino, assegurar os direitos de aprendizagem dos estudantes, estão diretamente relacionados à prática do professor.

Mas a problemática referente ao aprofundamento dos procedimentos mínimos que devem ser considerados pelo professor, quando o assunto é monitoramento da aprendizagem, ainda não foi observada neste ponto. Ou seja, para verificação da garantia dos direitos de aprendizagem dos estudantes, são indicadas ações relacionadas ao monitoramento da aprendizagem, porém, o que se deve fazer, o que não pode faltar, de quem é a responsabilidade de monitorar, de onde virão os dados para intervenção dos professores, são questões para as quais a Lei de Diretrizes e Bases da Educação sustenta insuficiências, pelos critérios de análise adotados.

3.2 Os Parâmetros Curriculares Nacionais e o monitoramento da aprendizagem

Para que a coleta de dados ocorra, são necessários instrumentos de avaliação bem definidos que direcionem ao que se espera obter de informações. Neste sentido, na busca para esclarecer as diferentes possibilidades para a realização dos processos de avaliação do rendimento escolar, assim como a coleta e análise das informações advindas desses processos, são instituídos e publicados, no ano de 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. No documento, que se apresenta como primeiro referencial para a construção dos currículos dos diferentes sistemas de ensino e Projeto Político-Pedagógicos – PPPs das escolas, ocorre a indicação de meta educacional para políticas de formação continuada de professores, aquisição e análise de materiais pedagógicos, avaliações nacionais, incluindo orientações direcionadas a procedimentos para o acompanhamento da aprendizagem dos estudantes:

Para obter informações em relação aos processos de aprendizagem, é necessário considerar a importância de uma diversidade de instrumentos e situações, para possibilitar, por um lado, avaliar as diferentes capacidades e conteúdos curriculares em jogo e, por outro lado, contrastar os dados obtidos e observar a transferência das aprendizagens em contextos diferentes (Brasil, 1997).

Mais adiante, os PCNs indicam, ao professor, procedimentos para a obtenção de informações em relação aos processos de aprendizagem:

- observação sistemática: acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos, utilizando alguns instrumentos, como registro em tabelas, listas de controle, diário de classe e outros;
- análise das produções dos alunos: considerar a variedade de produções realizadas pelos alunos, para que se possa ter um quadro real das aprendizagens conquistadas;
- atividades específicas para a avaliação: nestas, os alunos devem ter objetividade ao expor sobre um tema, ao responder um questionário. Para isso é importante, em primeiro lugar, garantir que sejam semelhantes às situações de aprendizagem comumente estruturadas em sala de aula, isto é, que não se diferenciem, em sua estrutura, das atividades que já foram realizadas; em segundo lugar, deixar claro para os alunos o que se pretende avaliar, pois, inevitavelmente, os alunos estarão mais atentos a esses aspectos. (Brasil, 1997).

Os PCNs deixam claro também que não basta o professor avaliar, mas quais decisões pedagógicas serão tomadas decorrentes dos resultados da avaliação:

[...] não devem se restringir à reorganização da prática educativa encaminhada pelo professor no dia-a-dia; devem se referir, também, a uma série de medidas didáticas complementares que necessitem de apoio institucional, como o acompanhamento individualizado feito pelo professor fora da classe, o grupo de apoio, as lições extras e outras que cada escola pode criar, ou até mesmo a solicitação de profissionais externos à escola para debate sobre questões emergentes ao trabalho (Brasil, 1997).

Ocorrem, então, por intermédio dos PCNs, as orientações do Ministério da Educação, que direciona para o uso de instrumentos de avaliação para obter os dados necessários e reorganizar as intervenções pedagógicas e investimentos em políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento de uma educação de qualidade.

Sendo apresentados os pontos observados no referido documento, procedemos para a análise da redação que o compõe:

Quadro 12: ANÁLISE DO DOCUMENTO: Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs.

| CLAREZA E OBJETIVIDADE: | | |
|--------------------------------------|---|--|
| (A) | S | ⇒ “considerar a importância de uma diversidade de instrumentos e situações, para possibilitar, por um lado, avaliar as diferentes capacidades e conteúdos curriculares em jogo e, por outro lado, contrastar os dados obtidos e observar a transferência das aprendizagens em contextos diferentes.” ⇒ “observação sistemática [...]” ⇒ “análise das produções dos alunos [...]”. |
| (B) | N | |
| (C) | N | |
| (D) | P | ⇒ PAPEL DO PROFESSOR – “acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos, utilizando alguns instrumentos, como registro em tabelas, listas de controle, diário de classe e outros.” |
| PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS: | | |
| Pontos Positivos: | O | ⇒ “Explicitar sobre a necessidade de considerar a importância de uma diversidade de instrumentos e situações para avaliar, contrastar os dados obtidos e observar a transferência das aprendizagens.” ⇒ “observação sistemática: acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos, utilizando alguns instrumentos, como registro em tabelas, listas de controle, diário de classe e outros.” ⇒ “Indicação para análise das produções dos alunos.” ⇒ “Orientação de que não devem se restringir à reorganização da prática educativa encaminhada pelo professor no dia-a-dia; devem se referir, também, a uma série de medidas didáticas complementares que necessitem de apoio institucional.” ⇒ Orientações para que as atividades específicas para avaliação sejam semelhantes às situações de aprendizagem comumente estruturadas em sala de aula. |
| Pontos Negativos: | O | ⇒ Ausência de orientações mais direcionadas aos dirigentes educacionais, gestores escolares, coordenadores pedagógicos. ⇒ Ausência de indicativos para validar a eficiência das ações desenvolvidas. |

Fonte: A autora (2024).

Com foco na clareza e objetividade que se apresenta nos textos analisados nos PCNs, observa-se uma preocupação em direcionar o professor ao que se espera que ele faça quando o

assunto é acompanhamento da aprendizagem. Como evidência dessa afirmação, apresento um dos pontos positivos em destaque: a “observação sistemática”.

Os PCNs esclarecem que é inerente às funções do profissional docente o desenvolvimento do processo de acompanhamento da aprendizagem dos estudantes e indica a observação sistemática como um dos percursos a serem seguidos. Para aclarar esta abordagem indicada, o texto ainda apresenta como exemplos a utilização de diferentes instrumentos, chegando a sugerir o uso de tabelas, listas de controle e o próprio diário de classe, que também é um importante instrumento de monitoramento da frequência do estudante, que impacta diretamente no desenvolvimento do seu desempenho, como mecanismos de acompanhamento, monitoramento da aprendizagem.

Porém, não foram observadas, neste documento, orientações que esclareçam o papel do professor coordenador pedagógico no percurso que envolve ações de avaliação e de monitoramento da aprendizagem. Assim como não ficaram evidentes as condições necessárias para a execução do processo de acompanhamento, de monitoramento da aprendizagem, também não foram identificadas orientações que levem à compreensão do que fazer para avaliar a eficiência daquilo que se faz quando se fala que faz o monitoramento da aprendizagem.

Sendo os PCNs o primeiro referencial para a construção dos currículos nos diferentes sistemas de ensino por todo o país, não deixaram de sinalizar para a importância do monitoramento da aprendizagem, porém é relevante salientar que somente o que consta neste referencial não dará conta de assegurar a eficiência e eficácia que se faz necessária para a implementação de ações de monitoramento da aprendizagem que contribuam para a melhoria dos índices de desempenhos matemáticos.

Na sequência, olhamos para este referencial, relacionando-o com a prática docente. Verificamos também sua relação com o alcance dos desempenhos dos estudantes e, por fim, sob as percepções dos professores, o que é verificável que se faz daquilo que está presente nos PCNs.

Quadro 13: Relação entre os PCNs, a prática docente e o desempenho dos estudantes.

| |
|---|
| As relações entre o que determina o referido documento e a prática docente. |
| ⇒ Para obter informações em relação aos processos de aprendizagem, é necessário considerar a importância de uma diversidade de instrumentos e situações, para possibilitar, por um lado, <u>avaliar as diferentes capacidades e conteúdos curriculares em jogo</u> e, por outro lado, contrastar os dados obtidos e <u>observar a transferência das aprendizagens em contextos diferentes</u> . |
| ⇒ observação sistemática: acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos, utilizando alguns instrumentos, como registro em tabelas, listas de controle, diário de classe e outros. |
| O que temos colabora para o alcance do desempenho dos estudantes? |
| ⇒ “não devem se restringir à reorganização da prática educativa encaminhada pelo professor no |

| |
|--|
| dia-a-dia; devem se referir, também, a uma série de medidas didáticas complementares [...].” |
| O que executamos do que temos? |
| |

Fonte: A autora (2024).

Para sustentar a análise realizada sobre o excerto extraído do texto que remete à relação entre o que determina o referido documento e a prática docente, faz-se necessário trazer à luz a incumbência dos profissionais docentes dentro do processo de ensino-aprendizagem, mediante o que determina a LDB (Lei nº 9394/96):

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. (Brasil, 1997).

Nesta análise, evidenciamos o compromisso legal destinado ao profissional docente. Buscando, portanto, sustentação no artigo 13 da LDB, principalmente nos incisos III e IV, formulamos a compreensão de que a relação entre a prática docente e as orientações dispostas nos PCNs se apresenta na forma de direcionamentos para que o monitoramento da aprendizagem ocorra.

Os PCNs orientam sobre procedimentos de avaliação, observação das aprendizagens dos estudantes em diferentes contextos e acompanhamento das aprendizagens mediante diferentes instrumentos de avaliação. Todos estes aspectos nos remetem à prática do professor, ou seja, é incumbência do profissional docente, embasada em lei, proceder sobre processos de avaliação e monitoramento da aprendizagem. Assim, consolidamos esta análise com a compreensão de que existem evidências, conforme em destaque no quadro acima, da relação entre o que determinam os PCNs sobre a avaliação, acompanhamento e monitoramento da aprendizagem e a prática docente.

Na segunda parte do Quadro 13, apresentou-se como evidência da contribuição dos PCNs para o alcance dos desempenhos dos estudantes o excerto que se refere ao processo de avaliação e monitoramentos como algo que vai além de ato, em si, de avaliar. Fomenta a finalidade desse processo, ou seja, é preciso pensar na reorganização da prática do professor, mas é preciso ir além das ações que dizem respeito ao profissional docente em efetivo exercício em sala de aula e buscar investimentos que reforcem o processo de ensino e aprendizagem.

Ao abordar que os resultados de ações de avaliações e monitoramento da aprendizagem “devem se referir, também, a uma série de medidas didáticas complementares”, os PCNs nos remetem à compreensão de que, se todas as instâncias, setores da educação e envolvidos neste processo concentrarem esforços e, principalmente, conhecimentos acumulados para os resultados advindos das avaliações e monitoramentos, certamente tais ações tenderão a gerar impactos no desempenho dos estudantes.

É importante esclarecer que a conclusão da análise documental demandará os dados produzidos por intermédio da aplicação do roteiro de entrevista. Fica registrada somente uma análise preliminar sobre o documento em discussão, considerando que trataremos das percepções dos professores referentes a tais documentos.

3.3 As Diretrizes Curriculares Nacionais da educação básica e o monitoramento da aprendizagem

Como documento norteador, também temos instituído, como referencial para a construção dos currículos e Projetos Político-Pedagógicos, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCNs. Assim, esclarecem o que segue:

A formulação de Diretrizes Curriculares Nacionais constitui, portanto, atribuição federal, que é exercida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), nos termos da LDB e da Lei nº 9.131/95, que o instituiu. Esta lei define, na alínea “c” do seu artigo 9º, entre as atribuições de sua Câmara de Educação Básica (CEB), deliberar sobre as Diretrizes Curriculares propostas pelo Ministério da Educação. Esta competência para definir as Diretrizes Curriculares Nacionais torna-as mandatórias para todos os sistemas (Brasil, 2013).

Portanto, sobre a gestão do Conselho Nacional de Educação, as DCNs orientam as escolas brasileiras dos sistemas de ensino na organização, na articulação, no desenvolvimento e na avaliação de suas propostas pedagógicas, ou seja, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação básica têm por finalidade estabelecer bases comuns nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio (Brasil, 2013, p. 7).

Neste universo que envolve ações de acompanhamento da aprendizagem, com base no parecer CNE/CEB nº 7/2010, a DCN coloca em evidência a relevância da avaliação quando proporciona oportunidade para os estudantes identificarem suas dificuldades e progressos, quando viabiliza o acesso ao direito dos pais “de serem informados sobre o desenvolvimento escolar de seus filhos, representando também uma prestação de contas que a escola faz à comunidade que atende” (Brasil, 2013, p. 126).

Ainda com base no parecer do Conselho Nacional de Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais orientam as escolas que os procedimentos de avaliação desenvolvidos por elas deverão articular-se às realizadas em nível nacional, estadual e municipal, conforme segue:

Os procedimentos de avaliação adotados pelos professores e pela escola serão articulados às avaliações realizadas em nível nacional e às congêneres nos diferentes Estados e Municípios, criadas com o objetivo de subsidiar os sistemas de ensino e as escolas nos esforços de melhoria da qualidade da educação e da aprendizagem dos alunos. A análise do rendimento dos alunos com base nos indicadores produzidos por essas avaliações deve auxiliar os sistemas de ensino e a comunidade escolar a redimensionarem as práticas educativas com vistas ao alcance de melhores resultados (Brasil, 2013, grifo nosso)

Apontam para a relevância do levantamento de informações sobre a aprendizagem dos estudantes e a finalidade dessas informações, sendo indicadas para subsidiar os sistemas de ensino e comunidade escolar a nortear novas ações e/ou corrigir o curso destas, a fim de alcançar o que determina a legislação sobre qualidade da educação.

Este documento orienta também sobre a importância do Projeto Político-Pedagógico – PPP, para “viabilizar uma escola democrática e autônoma para todos, com qualidade social” (Brasil, 2013).

O ponto de partida para a conquista da autonomia pela instituição educacional tem por base a construção da identidade de cada escola, cuja manifestação se expressa no seu projeto pedagógico e no regimento escolar próprio, enquanto manifestação de seu ideal de educação e que permite uma nova e democrática ordenação pedagógica das relações escolares. O projeto político-pedagógico deve, pois, ser assumido pela comunidade educativa, ao mesmo tempo, como sua força indutora do processo participativo na instituição e como um dos instrumentos de conciliação das diferenças, de busca da construção de responsabilidade compartilhada por todos os membros integrantes da comunidade escolar, sujeitos históricos concretos, situados num cenário geopolítico preenchido por situações cotidianas desafiantes (Brasil, 2013, p. 47).

Reforçando a importância do PPP na conquista da autonomia e gestão democrática na escola, o parecer do CNE/CEB nº 7/2010 indica que este documento deve ser visto como um importante “instrumento de previsão e suporte para a avaliação das ações educativas programadas para a instituição como um todo” (Brasil, 2013, p. 48). Aponta também para o compromisso da escola em articular a formulação do PPP com os planos nacionais, estaduais e municipais de educação, o plano da gestão e as necessidades dos estudantes e comunidade local.

Neste sentido, uma das orientações iniciais apresentadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais gerais para a Educação Básica, dispostas por intermédio da Resolução nº 04/2010, que direcionam para ações de avaliação e monitoramento da aprendizagem, diz respeito à determinação de que, na constituição dos PPPs das escolas, deve-se estabelecer a concepção de

avaliação da aprendizagem e de acompanhamento sistemático dos resultados do processo de avaliação interna e externa, conforme segue:

Art. 44. O projeto político-pedagógico, instância de construção coletiva que respeita os sujeitos das aprendizagens, entendidos como cidadãos com direitos à proteção e à participação social, deve contemplar:

[...]

II - a concepção sobre educação, conhecimento, avaliação da aprendizagem e mobilidade escolar;

[...]

V - a definição de qualidade das aprendizagens e, por consequência, da escola, no contexto das desigualdades que se refletem na escola;

[...]

IX - as ações de acompanhamento sistemático dos resultados do processo de avaliação interna e externa (Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, Prova Brasil, dados estatísticos, pesquisas sobre os sujeitos da Educação Básica), incluindo dados referentes ao IDEB e/ou que complementem ou substituam os desenvolvidos pelas unidades da federação e outros; (Brasil, 2010a – Resolução Normativa nº 4/2010).

Além de apontar para o que se deve considerar no PPP da escola sobre avaliação e acompanhamento da aprendizagem, as Diretrizes Nacionais Curriculares também apresentam três dimensões que devem ser asseguradas quando se tratar da temática em questão:

Art. 46. A avaliação no ambiente educacional compreende 3 (três) dimensões básicas:

I - avaliação da aprendizagem;

II - avaliação institucional interna e externa;

III - avaliação de redes de Educação Básica. (Brasil, 2010a – Resolução Normativa nº 4/2010).

E, na sequência, aprofunda as orientações a respeito da avaliação da aprendizagem:

Art. 47. A avaliação da aprendizagem baseia-se na concepção de educação que norteia a relação professor-estudante-conhecimento-vida em movimento, devendo ser um ato reflexo de reconstrução da prática pedagógica avaliativa, premissa básica e fundamental para se questionar o educar, transformando a mudança em ato, acima de tudo, político.

§ 1º A validade da avaliação, na sua função diagnóstica, liga-se à aprendizagem, possibilitando o aprendiz a recriar, refazer o que aprendeu, criar, propor e, nesse contexto, aponta para uma avaliação global, que vai além do aspecto quantitativo, porque identifica o desenvolvimento da autonomia do estudante, que é indissociavelmente ético, social, intelectual.

§ 2º Em nível operacional, a avaliação da aprendizagem tem, como referência, o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções que os sujeitos do processo educativo projetam para si de modo integrado e articulado com aqueles princípios definidos para a Educação Básica, redimensionados para cada uma de suas etapas, bem assim no projeto político-pedagógico da escola.

[...]

§ 4º A avaliação da aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, de caráter formativo predominando sobre o quantitativo e classificatório, adota uma estratégia de progresso individual e contínuo que favorece o crescimento do educando, preservando a qualidade necessária para a sua formação escolar, sendo organizada de acordo com regras comuns a essas duas etapas. (Brasil, 2010a – Resolução Normativa nº 4/2010).

Com relação à avaliação institucional, as DCNs explicam que se trata de avaliação da própria instituição, realizada internamente, sendo que esta também deve ser prevista no PPP das escolas e detalhada no plano de gestão. O documento deixa claro o período e o que se deve observar:

Art. 52. A avaliação institucional interna deve ser prevista no projeto político pedagógico e detalhada no plano de gestão, realizada anualmente, levando em consideração as orientações contidas na regulamentação vigente, para rever o conjunto de objetivos e metas a serem concretizados, mediante ação dos diversos segmentos da comunidade educativa, o que pressupõe delimitação de indicadores compatíveis com a missão da escola, além de clareza quanto ao que seja qualidade social da aprendizagem e da escola (Brasil, 2010a – Resolução Normativa nº 4/2010).

No que diz respeito às determinações específicas para avaliação de redes de Educação Básica, o documento esclarece o que segue:

Art. 53. A avaliação de redes de Educação Básica ocorre periodicamente, é realizada por órgãos externos à escola e engloba os resultados da avaliação institucional, sendo que os resultados dessa avaliação sinalizam para a sociedade se a escola apresenta qualidade suficiente para continuar funcionando como está (Brasil, 2010a – Resolução Normativa nº 4/2010).

As Diretrizes Curriculares Nacionais se tornam um importante documento para distinguir as finalidades das diferentes avaliações que devem ocorrer no âmbito escolar. Deixam evidente que cada avaliação apresenta sua fundamental relevância para o desenvolvimento de uma educação de qualidade.

A Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010, que trata sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para o Ensino Fundamental, amplia as orientações referentes à avaliação da aprendizagem. Trata especialmente do papel do professor quando no processo de avaliação dos estudantes, conforme disposto nos artigos 32 a 34 da referida resolução:

Art. 32 A avaliação dos alunos, a ser realizada pelos professores e pela escola como parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, é redimensionadora da ação pedagógica e deve:

I – assumir um caráter processual, formativo e participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica, com vistas a:

a) identificar potencialidades e dificuldades de aprendizagem e detectar problemas de ensino;

b) subsidiar decisões sobre a utilização de estratégias e abordagens de acordo com as necessidades dos alunos, criar condições de intervir de modo imediato e a mais longo prazo para sanar dificuldades e redirecionar o trabalho docente;

[...]

d) reconhecer o direito do aluno e da família de discutir os resultados de avaliação, inclusive em instâncias superiores à escola, revendo procedimentos sempre que as reivindicações forem procedentes.

II – utilizar vários instrumentos e procedimentos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, provas, questionários, dentre outros, tendo em conta a sua adequação à faixa etária e

às características de desenvolvimento do educando:

III – fazer prevalecer os aspectos qualitativos da aprendizagem do aluno sobre os quantitativos, bem como os resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, tal como determina a alínea “a” do inciso V do art. 24 da Lei nº 9.394/96; [...] (Brasil, 2010b – Resolução Normativa nº 7/2010, grifos nossos)

A Resolução ainda determina, em seu artigo 33, que a avaliação desenvolvida pela escola e professores deve ser considerada como referência para o currículo, considerando que as avaliações de larga escala não atendem todas as competências e habilidades que são desenvolvidas na escola.

Art. 33 Os procedimentos de avaliação adotados pelos professores e pela escola serão articulados às avaliações realizadas em nível nacional e às congêneres nos diferentes Estados e Municípios, criadas com o objetivo de subsidiar os sistemas de ensino e as escolas nos esforços de melhoria da qualidade da educação e da aprendizagem dos alunos.

§ 1º A análise do rendimento dos alunos com base nos indicadores produzidos por essas avaliações deve auxiliar os sistemas de ensino e a comunidade escolar a redimensionarem as práticas educativas com vistas ao alcance de melhores resultados.

§ 2º A avaliação externa do rendimento dos alunos refere-se apenas a uma parcela restrita do que é trabalhado nas escolas, de sorte que as referências para o currículo devem continuar sendo as contidas nas propostas político-pedagógicas das escolas, articuladas às orientações e propostas curriculares dos sistemas, sem reduzir os seus propósitos ao que é avaliado pelos testes de larga escala. (Brasil, 2010b – Resolução Normativa nº 7/2010).

Mesmo não observando o termo monitoramento da aprendizagem, observou-se, nos excertos extraídos das Diretrizes Curriculares Nacionais, uma abordagem que orienta para esta ação pedagógica em diferentes orientações relacionadas à avaliação da aprendizagem. Neste sentido, faremos análise dos textos em destaque, partindo do entendimento de que monitoramento da aprendizagem é tudo aquilo que possibilita a verificação do que se aprende e se ensina relacionado ao currículo escolar.

Neste sentido, procederemos às constatações por intermédio do quadro em sequência:

Quadro 14: ANÁLISE DO DOCUMENTO: Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação básica – DCNs.

CLAREZA E OBJETIVIDADE:

- (A) o que deve ser executado.
 (B) quais são as condições necessárias para a execução.
 (C) como avaliar a eficiência da execução.
 (D) qual é o papel do professor, coordenador, diretor diante do processo de avaliação e monitoramento da aprendizagem.

| | | |
|-----|---|---|
| (A) | S | <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Contemplar no PPP da escola: ações de acompanhamento sistemático dos resultados do processo de avaliação interna e externa. ⇒ “utilizar vários instrumentos e procedimentos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, provas, questionários, dentre outros, tendo em conta a sua adequação à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando;” ⇒ “A análise do rendimento dos alunos com base nos indicadores produzidos por essas avaliações deve auxiliar os sistemas de ensino e a comunidade escolar a redimensionarem as práticas educativas com vistas ao alcance de melhores resultados.” ⇒ |
| (B) | N | |
| (C) | N | |
| (D) | P | <ul style="list-style-type: none"> ⇒ “reconhecer o direito do aluno e da família de discutir os resultados de avaliação, inclusive em instâncias superiores à escola, revedo procedimentos sempre que as reivindicações forem procedentes.” ⇒ “Os procedimentos de avaliação adotados pelos professores e pela escola serão articulados às avaliações realizadas em nível nacional e às congêneres nos diferentes Estados e Municípios [...]” ⇒ “utilizar vários instrumentos e procedimentos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, provas, questionários, dentre outros, tendo em conta a sua adequação à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando” ⇒ “fazer prevalecer os aspectos qualitativos da aprendizagem do aluno sobre os quantitativos, bem como os resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, tal como determina a alínea “a” do inciso V do art. 24 da Lei nº 9.394/96;” |

PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS:

| | | |
|--------------------------|---|--|
| Pontos Positivos: | O | <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Determinar que deve contemplar no PPP da escola: concepção de avaliação da aprendizagem, definição de qualidade das aprendizagens, ações de acompanhamento sistemático dos resultados do processo de avaliação interna e externa. ⇒ Orientar que “a avaliação externa do rendimento dos alunos refere-se apenas a uma parcela restrita do que é trabalhado nas escolas, de sorte que as referências para o currículo devem continuar sendo as contidas nas propostas político-pedagógicas das escolas, articuladas às orientações e propostas curriculares dos sistemas, sem reduzir os seus propósitos ao que é avaliado pelos testes de larga escala.” ⇒ No parecer CNE/CEB nº 7/2010, orientar que “a análise do rendimento dos alunos com base nos indicadores produzidos por essas avaliações deve auxiliar os sistemas de ensino e a comunidade escolar a redimensionarem as práticas educativas com vistas ao alcance de melhores resultados” |
| Pontos Negativos: | O | <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Ausência de determinações que direcionem às condições necessárias para a execução do monitoramento da aprendizagem, assim como a importância de avaliar a eficiência desse processo, deixando claro como isso deve ocorrer. |

Um dos documentos com maior detalhamento sobre avaliação da aprendizagem, as Diretrizes Curriculares aclaram sobre pontos fundamentais quando o assunto é avaliação no ambiente educacional. Fica evidente, por exemplo, que é preciso olhar para avaliações da aprendizagem com foco nas concepções de educação dispostas no PPP da escola, que norteia a relação professor-aluno-conhecimento.

Neste sentido, ao analisar os textos das Diretrizes, no que se refere à clareza e objetividade, as DCNs não deixam dúvidas sobre a importância de as escolas terem instituídas, em seus PPPs, ações de acompanhamento sistemático dos resultados do processo de avaliação interna e externa. Para tanto, explica as diferenças e relações entre avaliações da aprendizagem, avaliação institucional interna e externa e avaliação de redes de Educação Básica. Apesar de ser uma orientação implícita, observou-se como um esclarecimento fundamental que contribui para nortear como devem proceder os professores, equipes gestoras e sistemas de ensino, sobre as diferentes dimensões que envolvem a avaliação no ambiente educacional.

Como evidência do que deve ser executado, observou-se que o referido documento indica para o acompanhamento sistemático dos resultados do processo de avaliação, a utilização de diferentes instrumentos e procedimentos que atendam às especificidades da criança e análise do rendimento dos estudantes com base nos indicadores produzidos pelas avaliações, utilizando-os para o redimensionamento das práticas educativas e, conseqüentemente, melhoria dos resultados.

No que se refere à análise do papel do professor, coordenador e gestor, as evidências foram analisadas das seguintes formas: as Diretrizes deixam claro que é papel dos profissionais da educação reconhecer o direito do aluno e da família de tomar ciência e discutir os resultados da avaliação; o professor e a escola devem articular os procedimentos de avaliação por eles adotados, as demais avaliações desenvolvidas em âmbito nacional, estadual e municipal; é papel do professor fazer uso de diferentes instrumentos e procedimentos para assegurar que o processo de avaliação respeite as diferentes realidades nos estudantes; e é também papel dos profissionais da educação assegurar que aspectos qualitativos da aprendizagem dos estudantes prevaleçam sobre os quantitativos.

Neste sentido, pontos mencionados, como o papel dos profissionais da educação, também se repetem nas evidências que remetem aos aspectos positivos destacados no texto. Acrescenta-se como positiva a orientação que traz luz à questão de que as avaliações externas apenas representam uma parcela restrita do que é trabalhado na escola, sendo indicado que o foco deve continuar nas avaliações dispostas nos PPPs das escolas. E, como positivo também, se elencaram as orientações do Conselho Nacional de Educação no Parecer CNE/CEB nº

7/2010, que orienta para que as análises sobre os rendimentos dos estudantes auxiliem os sistemas de ensino e comunidade escolares nas tomadas de decisões na busca por melhorias dos resultados alcançados.

Por fim, é importante destacar que as Diretrizes Curriculares Nacionais refletem determinações relevantes para os processos de avaliação e de monitoramento da aprendizagem, porém cabe salientar a ausência de determinações que direcionem para as condições necessárias à execução do monitoramento da aprendizagem, assim como a importância de avaliar a eficiência desse processo, deixando claro como isso deve ocorrer.

Este aspecto remete a uma lacuna também evidenciada nos demais documentos observados até o momento, levantando uma preocupação sobre como está instituída a cultura de verificação das condições necessárias para o desenvolvimento dos procedimentos educacionais, ou se nos preocupamos com a eficiência daquilo que está sendo executado na educação.

Seguindo com a análise do documento em discussão, aplicaram-se as análises das relações entre a prática docente e o desempenho dos estudantes, sendo o último item do quadro a seguir aplicado somente após a coleta de dados, mediante entrevistas semiestruturadas.

Quadro 15: Relação entre as DCN, a prática docente e o desempenho dos estudantes.

| As relações entre o que determina o referido documento e a prática docente. |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ⇒ “utilizar vários instrumentos e procedimentos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, provas, questionários, dentre outros, tendo em conta a sua adequação à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando;” ⇒ “fazer prevalecer os aspectos qualitativos da aprendizagem do aluno sobre os quantitativos, bem como os resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, tal como determina a alínea ‘a’ do inciso V do art. 24 da Lei nº 9.394/96;” |
| O que temos colabora para o alcance do desempenho dos estudantes? |
| <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Determinar que deve contemplar no PPP da escola: concepção de avaliação da aprendizagem, definição de qualidade das aprendizagens, ações de acompanhamento sistemático dos resultados do processo de avaliação interna e externa. ⇒ Orientar que “a avaliação externa do rendimento dos alunos refere-se apenas a uma parcela restrita do que é trabalhado nas escolas, de sorte que as referências para o currículo devem continuar sendo as contidas nas propostas político-pedagógicas das escolas, articuladas às orientações e propostas curriculares dos sistemas, sem reduzir os seus propósitos ao que é avaliado pelos testes de larga escala.” ⇒ “reconhecer o direito do aluno e da família de discutir os resultados de avaliação, inclusive em instâncias superiores à escola, revendo procedimentos sempre que as reivindicações forem procedentes.” ⇒ |
| O que executamos do que temos? |
| |

As relações entre as Diretrizes Curriculares Nacionais e a prática do professor se apresentam de forma explícita, em diversos momentos no texto analisado. Porém, como evidência, optou-se por dar ênfase às orientações sobre o uso de instrumentos de avaliação, que se compreende como de responsabilidade do professor. Neste ponto, o documento estabelece uma forte relação com o fazer do professor, direcionando-o para o desenvolvimento de registros reflexivos, observações, o fomento de trabalhos individuais e coletivos, aplicação de exercícios, provas, como meio para assegurar ações de avaliação e monitoramento da aprendizagem que respeitem as diferentes faixas etárias e características de desenvolvimento do estudante.

Apesar de tratar dos instrumentos para avaliação, há de se refletir sobre a necessidade de aclarar sobre a finalidade de cada instrumento, para que haja a compreensão de quando deve ser aplicado e com qual intencionalidade pedagógica.

Outro ponto determinante para validar a relação entre as DCNs e a prática docente está previsto na deliberação sobre o que se deve prevalecer quando dos resultados das avaliações. O documento estabelece que os aspectos qualitativos devem sempre prevalecer, deixando claro que o professor, ao registrar o resultado do desempenho dos estudantes, não pode considerar apenas dados advindos de provas finais.

Novamente, fica evidente que se trata de diretrizes para conduzir a postura do professor mediante o processo de avaliação da aprendizagem, ou seja, as diretrizes invocam o profissional docente a olhar para o desenvolvimento dos estudantes, durante todo o processo de ensino e aprendizagem, e não apenas ao final de cada etapa do período letivo, por exemplo.

Mas, de que forma o professor deve olhar para os aspectos qualitativos? Quais são as condições necessárias que levarão à efetivação dessa determinação? São questões que merecem atenção do ponto de vista orientativo. Se não neste documento, qual seria o procedimento ideal para assegurar a eficiência dessa determinação em toda sala de aula no país?

3.4 O Plano Nacional de Educação e o monitoramento da aprendizagem

Outro relevante dispositivo legal analisado é o Plano Nacional de Educação – PNE. Em vigor por intermédio da Lei nº 13.005/2014, o PNE é uma importante política pública de estado que também estabelece, como marco central, a melhoria da qualidade da educação com vistas ao cumprimento do disposto no art. 206 da Constituição Federal de 1988.

Assim, o PNE apresenta, através da Meta 7, o compromisso de fomentar a qualidade da educação básica, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem dos estudantes matriculados nestas etapas da educação no país. Para tanto, delega ao Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP o compromisso de a cada dois anos publicar estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas, e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB a incumbência de constituir fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Segue a Meta 7 e estratégias do PNE que trazem luz à relevância do monitoramento da aprendizagem:

META 7 Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb

| IDEB | 2015 | 2017 | 2019 | 2021 |
|-------------------------------------|------|------|------|------|
| Anos iniciais do ensino fundamental | 5,2 | 5,5 | 5,7 | 6,0 |

Estratégias:

7.2) assegurar que:

- a) no quinto ano de vigência deste PNE, pelo menos 70% (setenta por cento) dos (as) alunos (as) do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;
- b) no último ano de vigência deste PNE, todos os (as) estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável; (Brasil, 2014).

Nestas estratégias, fica evidente a atenção que se deve assegurar para a garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem, sendo estabelecido o compromisso, mediante as metas instituídas, de aumentar o número de estudantes com níveis de aprendizagem proficientes e avançados durante a vigência do PNE. Também são fatores importantes presentes nesta lei o compromisso de estabelecer periodicidade na divulgação de resultados pedagógicos, considerando o acompanhamento regular ao longo do tempo.

7.10) fixar, acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do Ideb, relativos às escolas, às redes públicas de educação básica e aos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos (as) alunos (as), e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação
[...]

7.32) fortalecer, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, os sistemas estaduais de avaliação da educação básica, com participação, por adesão, das redes municipais de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade; (Brasil, 2014).

Entre outras estratégias que também tratam sobre acompanhamento dos resultados de desempenho escolar, damos ênfase às estratégias 7.10 e 7.32, por evidenciar o compromisso de acompanhar e divulgar os resultados pedagógicos, em todas as esferas da educação no país. Com tais estratégias, o Plano Nacional de Educação aponta para a relevância do monitoramento do desempenho dos estudantes, para fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades.

Por se tratar de uma política pública nacional, compreende-se que as abordagens precisam ser tratadas com uma certa amplitude. Com base em tal compreensão, verificou-se quais aspectos são possíveis observar que esta tão importante política pública educacional entrega para os sistemas de ensino, escolas e professores de modo geral, conforme o quadro observado na sequência:

Quadro 16: ANÁLISE DO DOCUMENTO: Plano Nacional de Educação – PNE.

| CLAREZA E OBJETIVIDADE: | | |
|--------------------------------------|---|--|
| | | (E) o que deve ser executado. |
| | | (F) quais são as condições necessárias para a execução. |
| | | (G) como avaliar a eficiência da execução. |
| | | (H) qual é o papel do professor, coordenador, diretor diante do processo de avaliação e monitoramento da aprendizagem. |
| (A) | S | ⇒ fixar, acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do Ideb, relativos às escolas, às redes públicas de educação básica e aos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios [...] |
| (B) | N | |
| (C) | N | |
| (D) | N | ⇒ |
| PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS: | | |
| Pontos Positivos: | O | ⇒ Estabelecimento de metas para cada etapa da educação básica. ⇒ Compromisso com o acompanhamento dos resultados e contextualização desses com indicadores sociais, níveis socioeconômicos das famílias. ⇒ Compromisso com a divulgação periódica de resultados pedagógico, zelando pela transparência e acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação. |
| Pontos Negativos: | O | ⇒ Ausência de estratégias para o efetivo comprometimento dos sistemas de ensino, com a implementação de política pública de acompanhamento da qualidade da educação básica que contemple sistema próprio de avaliação e monitoramento da aprendizagem. |

Fonte: A autora (2024).

O Plano Nacional de Educação representa um expressivo compromisso para com a sociedade, pois trata do fomento da qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, fortalecendo o compromisso com a melhoria do fluxo escolar e aprendizagem dos estudantes, com metas preestabelecidas para cada etapa de ensino. Sendo este documento

referência nacional, espera-se que as demais esferas (estaduais e municipais) se articulem para assegurar o alcance das metas estabelecidas.

Antes dos movimentos esperados para os estados e municípios, o PNE fixa o compromisso de acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do Ideb referentes a todas as escolas do país. Desse modo, sinaliza-se para o que deve ser executado em âmbito nacional. Porém, há a necessidade de refletir com mais evidência sobre qual o procedimento a ser adotado pela União mediante os resultados da aprendizagem. Ou seja, onde estes resultados devem impactar? Em fomento de programas de fortalecimento de ações de intervenções pedagógicas, por exemplo? Ou, ainda, o que se espera dos sistemas de ensino, após a divulgação de tais resultados?

É preciso assegurar estratégias que direcionem para a compreensão de que os resultados de um processo de avaliação e monitoramento da aprendizagem devem ser considerados nos momentos de planejamento de ações, programas e políticas públicas que impactem o desenvolvimento do ensino e aprendizagem em cada comunidade escolar.

Dando continuidade à análise do referido documento, verificou-se a sua relação com a prática docente e o desempenho dos estudantes:

Quadro 17: Relação entre o PNE, a prática docente e o desempenho dos estudantes.

| As relações entre o que determina o referido documento e a prática docente. |
|---|
| ⇒ pelo menos 70% (setenta por cento) dos(as) alunos(as) do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável; |
| ⇒ no último ano de vigência deste PNE, todos(as) os(as) estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável; |
| O que temos colobra para o alcance do desempenho dos estudantes? |
| ⇒ Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem. |
| O que executamos do que temos? |
| |

Fonte: A autora (2024).

Conforme mencionado em outros espaços desta pesquisa, ao tratar sobre o que o estudante deve aprender ou o nível de aprendizagem esperado, há uma relação direta com a prática do professor.

Assim, observou-se que, ao fomentar metas que determinam o avanço dos níveis de aprendizagem, o documento apresenta evidências de colaboração para o alcance do

desempenho dos estudantes. Desse modo, ao zelar pela melhoria do fluxo escolar e aprendizagem, demonstra um compromisso integral que contribuirá para o estudante alcançar índices de desempenho desejáveis.

3.5 A Base Nacional Comum Curricular e o monitoramento da aprendizagem

Homologada em dezembro de 2017, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC também evidencia a importância da avaliação para o desenvolvimento da educação de qualidade, reforçando que compete ainda à União promover e coordenar ações e políticas em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à avaliação, entre outras ações para o pleno desenvolvimento da educação.

Em um pacto interfederativo, a Base Nacional Comum Curricular coloca em evidência o fortalecimento de uma educação de qualidade por intermédio da defesa da diversidade, igualdade e equidade. Firmada nestes pilares, com um forte compromisso de reverter as situações de exclusão observadas no país, a BNCC orienta, entre outras ações:

[...] construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos (Brasil, 2017).

A BNCC não trata, de forma específica, sobre avaliação e monitoramento da aprendizagem, mas registra a importância da aplicação de avaliação formativa com a finalidade de conhecer a realidade para, a partir desse levantamento de informações, ampliar os índices alcançados, melhorando o desempenho dos estudantes.

Apesar de a Base Nacional Comum Curricular mencionar a relevância da avaliação formativa, vale ressaltar que um currículo que não discute concepções, metodologias de avaliações, procedimentos de acompanhamento, monitoramento da aprendizagem deve ser questionado, considerando que, sem este processo, teremos limitações para garantir que houve de fato a consolidação dos saberes que estão previstos por intermédio desse currículo, inviabilizando também o movimento de “ação-reflexão-ação”, necessário para assegurar a eficiência do ensino ofertado.

Optamos, portanto, por não aplicar a metodologia de análise sobre este documento, por apresentar material insuficiente sobre avaliação e monitoramento da aprendizagem para proceder com este tratamento.

Partindo do âmbito nacional para a esfera municipal, analisamos o que trata e de que forma são apresentadas as orientações e determinações referentes ao monitoramento da aprendizagem especificamente na Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde – MT.

3.6 O monitoramento da aprendizagem na Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde - MT

Antes de adentrar as evidências do monitoramento da aprendizagem na Rede Municipal de Lucas do Rio Verde, é importante aclarar que os quadros de análise somente serão apresentados após os registros de todos os documentos pertencentes à referida rede de ensino, foco deste estudo.

Entende-se que as políticas nacionais embasam as ações estaduais e municipais. É nesta perspectiva que a Lei nº 13.005/2014 firma como compromisso dos estados e municípios a responsabilidade com o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, juntamente com o dever de elaborar e monitorar seus próprios planos de educação para atender às especificidades locais e ao disposto no PNE. Portanto, subentende-se que há também uma responsabilidade intrínseca de estabelecer diretrizes que assegurem o acompanhamento e monitoramento da aprendizagem específica para seus sistemas de ensino, cuja intencionalidade pedagógica seja a intervenção adequada ao desenvolvimento da aprendizagem de cada estudante.

Uma proposta de acompanhamento e monitoramento da aprendizagem deveria suprir, de forma personalizada, o que a cada estudante falta aprender, ou seja, instituir um processo efetivo de levantamento de dados pautado nas necessidades individuais de aprendizagem. Evidenciar o que se sabe e o que ainda se precisa aprender é o primeiro movimento para alcançar os objetivos de aprendizagem com cada estudante.

O Plano Municipal de Educação – PME de Lucas do Rio Verde, reestruturado de acordo com a Lei Municipal nº 3.379, de 13 de julho de 2022, após revisão nas miniconferências e avaliação na III Conferência de Educação, realizadas em outubro de 2021, é um importante documento que estabelece metas e estratégias para a educação municipal, sendo periodicamente avaliado e monitorado pela sociedade civil organizada, por intermédio do Fórum Municipal de Educação – FME.

De acordo com a Lei nº 3.379/2022, “em conformidade com as diretrizes definidas no PNE, o Plano Municipal de Educação foi aprovado em 2015 contendo um total de 18 metas, às quais estavam associadas a 202 estratégias, para serem cumpridas no prazo de vigência do

PME” (2015–2025). Dentre este quantitativo de estratégias, é possível evidenciar que houve o compromisso de propor processos de avaliação e monitoramento da aprendizagem dos estudantes.

Assim, o processo que envolve avaliação e monitoramento da aprendizagem é registrado no Plano Municipal de Educação, na Meta 1, que trata da oferta da educação infantil; na Meta 2, que se refere à alfabetização; na Meta 5, que dispõe sobre a oferta do Ensino Médio; na Meta 6, que fomenta a qualidade da educação básica; e na Meta 7, que trata da educação especial. Sendo o foco da pesquisa o Ensino Fundamental – anos iniciais, tendo como base para reflexões os índices de desempenho matemático, trataremos especificamente das abordagens explicitadas nas Metas 2 e 6, conforme segue:

Meta 2: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 2º (segundo) ano do Ensino Fundamental.

Estratégia:

[...]

2.4 incentivar os sistemas de ensino a criarem seus instrumentos de avaliação e monitoramento;

[...]

Meta 6: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:

| IDEB | 2015 | 2017 | 2019 | 2021 | 2023 |
|-------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Anos iniciais do ensino fundamental | 6.6 | 6.8 | 6.9 | 7.0 | 7.2 |
| Anos finais do ensino fundamental | 5.5 | 5.8 | 6.1 | 6.4 | 6.6 |

[...]

6.4 implementar as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a atingir e elevar as metas do IDEB, garantindo a equidade da aprendizagem nas instituições educacionais no município; (Lucas do Rio Verde, Lei nº 3.379/2022, grifos nossos).

Considerando o foco desta pesquisa, que incide sobre a análise de impactos de políticas públicas de monitoramento da aprendizagem, é fundamental lançar luz ao que consta na Meta 2, estratégia 2.4. Esta apresenta, como proposta aos sistemas de ensino, a criação de instrumento de avaliação e monitoramento da aprendizagem, desde 2015, início da vigência do referido Plano.

É possível evidenciar, portanto, que a sociedade luverdense, por intermédio dos representantes do Fórum Municipal de Educação, manifestou interesse na criação de instrumentos de avaliação e monitoramento, como estratégia de melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem nas escolas públicas municipais de Lucas do Rio Verde.

A partir desse movimento, os relatórios de monitoramento do Plano Municipal de Educação registram ações de avaliação e monitoramento da aprendizagem desenvolvidas sob a gestão da Secretaria Municipal de Educação. Assim, o Fórum Municipal de Educação – FME,

na publicação do **Relatório de Monitoramento do PME 2015/2025 de Lucas do Rio Verde – MT, referente ao ano de 2022**, considera que a estratégia 2.4 vem sendo executada mediante as seguintes ações:

Executada, através da Avaliação Educacional Municipal que ocorre anualmente desde a implantação do Plano Municipal de Educação e Sistema de Avaliação Educacional de Mato Grosso – AvaliaMT iniciado em 2021, realizado em caráter universal nos sistemas municipal e estadual de ensino (Lucas do Rio Verde, Relatório de Monitoramento do PME, 2022).

O mesmo ocorre na estratégia 6.4, que, segundo o Fórum Municipal de Educação – FME, é uma estratégia executada, considerando o registro das seguintes ações:

Executada, através da oferta de formação continuada para professores e coordenadores da rede municipal com base nos conhecimentos e habilidades que são verificados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, elaboração e aplicação em 2019 (dois mil e dezenove) de avaliações educacionais para alunos de 3º (terceiros), 5º (quintos) e 9º (nonos) anos da rede municipal de ensino com base nos direitos e objetivos de aprendizagem do aluno, com sua ampliação à educação infantil na etapa da pré-escola e para todo o Ensino Fundamental em 2021 (dois mil e vinte e um), elaboração do Plano Municipal de Formação Continuada em 2020 (dois mil e vinte), Capacitação em robótica para os professores da rede municipal de ensino iniciada em 2020 (dois mil e vinte) com continuidade até a atualidade e aplicabilidade o projeto sinergia da rede municipal de ensino em 2019 (dois mil e dezenove) e adesão da rede municipal de ensino ao Programa Avalia MT em 2022 (dois mil e vinte e dois) e na Rede Estadual foram realizadas avaliações processuais bimestrais aplicadas pela FGV para avaliar a aprendizagem e corrigir a rota, elaboração e execução de planos de intervenção de acordo com os resultados das avaliações processuais. (Lucas do Rio Verde, Relatório de Monitoramento do PME, 2022).

Opto por apresentar os dados do Relatório de Monitoramento do PME, publicados por intermédio do FME, para corroborar a compreensão das ações que vêm sendo desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde, referentes ao monitoramento da aprendizagem.

No relatório, ficam evidentes ações de avaliação e monitoramento da aprendizagem ocorridas em diferentes formatos. Sendo registrados aplicações de provas, o desenvolvimento de projetos de incentivo à aprendizagem, a adesão a programa de avaliação ofertado pela Rede Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso e a elaboração do Plano Municipal de Formação continuada, contemplando formação para professores e coordenadores pedagógicos, com base nos conhecimentos e habilidades observadas nas avaliações do SAEB.

Com a mesma intencionalidade de pesquisa com a qual o relatório de monitoramento do PME foi mencionado, foram observados dados relevantes em outro importante documento, o **Plano de Desenvolvimento Estratégico da Secretaria Municipal de Educação (2017–2027)**. Ainda sob a gestão da professora Cleusa Terezinha Marchezan de Marco (Gestão 2017–

2020), então Secretária Municipal de Educação quando da elaboração do referido documento, o Plano foi criado carregado de intencionalidades, conforme registra a professora Cleusa:

O plano de desenvolvimento estratégico decenal, ora apresentado, contribuirá para a construção de uma visão e compromisso de “política de estado”, superando a fragmentação de planos de governos, evitando a descontinuidade na administração pública. Tendo como referencial os planos Nacional e Municipal de Educação, que são a tradução dos desejos da sociedade e que se consolidaram com ampla participação, este plano será o balizador, organizador e orientador desta e das futuras gestões no trabalho cotidiano da educação de Lucas do Rio Verde. Com isso, a equipe gestora da Secretaria de Educação terá possibilidades de atender as demandas emergenciais, sem perder o controle das questões importantes que estarão contidas no plano (Lucas do Rio Verde, De Marco, 2020).

Fica evidente que há uma preocupação da então gestora da pasta da Educação municipal, professora Cleusa, de construir um plano estratégico da Secretaria Municipal de Educação capaz de atender aos anseios da sociedade luverdense, buscando assegurar as metas e estratégias dispostas no Plano Municipal de Educação.

O Plano de Desenvolvimento Estratégico apresenta 16 objetivos estratégicos, distribuídos em perspectivas de Sociedade, Gestão Democrática e Infraestrutura, Processos Internos, Valorização Profissional e Financeiro. Para assegurar o eixo central dessa pesquisa, daremos destaque para o segundo objetivo do referido Plano, que trata de “melhorar a qualidade do ensino público,” pois o documento deixa claro que as iniciativas relacionadas a atingir esse objetivo foram elaboradas para atender às Metas 2 e 6 do PME.

Apresento, na sequência, algumas iniciativas constantes no referido Planejamento Estratégico da SME que podem colaborar para atender aos objetivos desta pesquisa:

2.1.1. Implementar a política municipal de avaliação institucional - Programa Avalia Lucas, contemplando sistema (software) para monitoramento dos indicadores educacionais.

2.1.2. Garantir que as metas de cada escola estejam previstas no respectivo Projeto Político Pedagógico.

2.1.3. Monitorar a execução das metas estabelecidas no Projeto Político Pedagógico em cada unidade escolar para que todos os estudantes tenham garantido os direitos de aprendizagem em cada série.

2.1.4. Garantir que todos os estudantes concluam cada etapa/ fase na idade certa.

2.1.5. Implementar processo de intervenção pedagógica para estudantes com aprendizagem inadequada (Programa Alfa).

[...]

2.2.1. Implementar o Programa Alfabetiza Lucas, contemplando a formação das equipes de gestão das escolas, professores que atuam na fase de alfabetização, produção de material pedagógico específico para esta fase, conforme o Documento de Referência Curricular - DRC/LRV.

[...]

2.2.3. Implementar Programa Avalia Lucas para monitoramento e avaliação dos indicadores de aprendizagem (Lucas do Rio Verde, MT, 2020, grifos nossos).

O Plano de Desenvolvimento Estratégico apresenta também iniciativas para buscar elevar especificamente a proficiência em Matemática e em Língua Portuguesa dos estudantes no Ensino Fundamental. Trataremos, aqui, exclusivamente das iniciativas direcionadas para elevar a proficiência matemática dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, conforme segue:

- 2.4.1. Acompanhar de forma individualizada a aprendizagem dos estudantes com rendimento escolar insuficiente, proficiente e avançado.
- 2.4.2. Garantir a formação aos profissionais da educação, de modo que consolidem as expectativas de aprendizagem para a educação básica, conforme matriz de competência para formação continuada.
- 2.4.3. Garantir relação professor/estudante, infraestrutura e material didático adequados ao processo educativo, conforme os padrões do CAQ (Custo Aluno Qualidade).
- 2.4.4. Garantir a ampliação e atualização do acervo das bibliotecas das escolas.
- 2.4.5. Estabelecer meta de proficiência para cada série.
- 2.4.6. Firmar parceria com IES para formação continuada e produção de material pedagógico específico para cada série desta fase, conforme previsto no DRC/LRV.
- 2.4.7. Desenvolver softwares de monitoramento da proficiência.
- 2.4.8. Aplicar avaliações semestrais para os estudantes do 1º ao 5º ano, conforme a metodologia da Prova Brasil.
- 2.4.9. Promover o monitoramento do apoio pedagógico específico.
- 2.4.10. Implementar o Programa de Olimpíadas Educacionais, englobando Olimpíada Municipal de Matemática, Olimpíadas Brasileira de Matemática, Olimpíada Brasileira de Astronomia e outras (Lucas do Rio Verde, MT, 2020, grifos nossos).

Registro destaque para a intenção apresentada no Plano em questão, quando se compromete a realizar o acompanhamento individualizado das aprendizagens dos estudantes, apresentando inclusive estratégias de como deve ocorrer este processo. Aqui é possível observar claramente o que se deve realizar, de que forma e considerando quais procedimentos metodológicos.

Ou seja, o monitoramento da aprendizagem estará a serviço da melhoria dos índices de aprendizagem matemática mediante as ações de monitoramento, que direcionam para o desenvolvimento de parcerias com Instituições de Ensino Superior, com foco na formação continuada e na construção de materiais didáticos elaborados de forma participativa, democrática, valorizando os profissionais e respeitando a realidade local.

É neste ponto que podemos observar o alinhamento entre o Plano de Desenvolvimento Estratégico (PDE), ora em evidência, e o Documento de Referência Curricular que se apresenta na sequência. Por se tratar de um planejamento, verifica-se que o PDE está para complementar o que se apresenta no DRC/LRV, pois direciona o que deve ser realizado para que a política de avaliação e monitoramento da aprendizagem instituída através do Ato Normativo 01/2019 seja, de fato, implementada.

3.6.1 O Documento de Referência Curricular de Lucas do Rio Verde e a construção de uma política pública de monitoramento da aprendizagem

A Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde, observando a importância de obter dados que atestem o desenvolvimento das aprendizagens previstas em referenciais curriculares oficiais para o componente curricular de Matemática nos anos iniciais, busca caminhos para a implantação de um sistema próprio para avaliação e monitoramento da aprendizagem.

Com esta intencionalidade pedagógica, os profissionais da educação da rede municipal em questão, por intermédio do **Documento de Referência Curricular de Lucas do Rio Verde – MT**, homologado após validação por parecer descritivo do Conselho Municipal de Educação de Lucas do Rio Verde – CME/LRV, e, por conseguinte, publicação do Ato Normativo nº 01, de 23 de janeiro de 2019, firmaram o compromisso de implementar seu próprio sistema de avaliação e de monitoramento da aprendizagem.

Desta prática dialógica ocorrida na Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde, sob a gestão da Secretaria Municipal de Educação, ficou instituído um tópico específico, no caderno de Concepções que compõe o DRC/LRV, denominado **Monitoramentos da Aprendizagem e da Gestão Escolar no Ensino Fundamental**, que registra a seguinte visão referente ao processo relacionado ao monitoramento da aprendizagem dos estudantes:

A avaliação da aprendizagem é uma tarefa didática necessária e permanente no trabalho do professor, equipe gestora e Secretaria de Educação e, deve acompanhar todos os passos do processo de ensino e aprendizagem. É através da avaliação da aprendizagem que surgem possibilidades de análise dos resultados obtidos no decorrer do trabalho de todos os envolvidos no processo educacional, além de evidenciar, onde o sistema de ensino necessita concentrar esforços para garantir os objetivos e metas estabelecidas (DRC/LRV, 2019, p. 58).

Neste sentido, o DRC/LRV deixa claro o compromisso didático de professores, equipes gestoras e gestão municipal, que devem, em um esforço mútuo, produzir evidências para compreensão dos níveis de desempenhos dos estudantes, para subsidiar novas tomadas de decisões.

De acordo com o registrado no referido documento, “a partir das avaliações a escola estabelece metas e ações em um plano de intervenção pedagógica, constituído após discussões realizadas em conselho de classe e reunião pedagógica” (DRC/LRV, 2019). Afirma ainda que este é um movimento carregado de intencionalidade pedagógica que assegura, de forma democrática, a participação de todos os professores e equipes gestoras em cada instituição de ensino da Rede Municipal.

Para além dessas ações instituídas na Rede Municipal de Ensino (avaliação da aprendizagem, conselhos de classe, reuniões pedagógicas e estabelecimento de metas e estratégias por intermédio da elaboração do plano de intervenção pedagógica da escola), o Documento de Referência Curricular de Lucas do Rio Verde registra, em Ato Normativo, a implementação de um Sistema de Avaliação da Educação:

Através da implementação de um Sistema de Avaliação da Educação Básica da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde, que envolverá o sistema digital instituído na rede, avaliações educacionais e institucionais e formação continuada, a SME, por intermédio dos resultados mensurados, realizará acompanhamento e intervenções pedagógicas junto as instituições de ensino, garantindo políticas públicas direcionadas:

- I. Sistema digital instituído (taxa de aprovação, retenção, abandono, distorção, aprendizagem etc.).
- II. Aplicação de Provas para os alunos.
- III. Aplicação de questionários para os alunos, professores, equipe gestora, equipe de apoio e pais.
- IV. Mensuração de resultados.
- V. Análise de Resultados de avaliações externas.
- VI. Acompanhamento e intervenção pedagógica (equipe que analisa os resultados e realiza intervenções pedagógicas em cada unidade escolar).
- VII. Formação continuada (DRC/LRV, 2019, p. 59-60).

O documento reforça ainda que, “com foco na aprendizagem, no combate à evasão escolar e reprovação, na ampliação do tempo escolar e na alfabetização na idade certa, a SME acredita que a qualidade da educação será atingida” (DRC/LRV, 2019, p. 60).

Além da homologação do DRC/LRV e das ações para a implementação do Sistema de Avaliação da educação municipal, a Rede de Ensino de Lucas do Rio Verde possui outras ações voltadas ao processo de monitoramento da aprendizagem.

Dessas ações, registra-se a cultura de aplicação de avaliações educacionais de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, a realização de avaliações trimestrais de responsabilidade de cada instituição de ensino e a participação em avaliações em larga escala, advindas do Ministério da Educação – MEC.

Após a homologação do DRC/LRV, também é registrada a busca da Secretaria Municipal de Educação por parceria com Instituição de Ensino Superior – IES para subsidiar na elaboração de diretrizes e implementação de uma política pública de avaliação e monitoramento da aprendizagem que contribuísse com a prática docente, impactando, por conseguinte, nos índices de desempenho dos estudantes.

Em diálogo com a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, foi apontada a necessidade de refletir sobre a importância da implementação de um sistema de avaliações e do monitoramento da aprendizagem com foco no avanço progressivo dos níveis de desempenho

dos estudantes observados na rede municipal, de forma a atender diretamente às especificidades de cada criança e instituições de ensino, em todos os aspectos, a saber, educacionais, institucionais e de formação continuada.

Em execução das estratégias 2.1.1, que trata da implementação da política de avaliação e monitoramento, 2.4.6, que indica parceria com IES para a formação continuada e produção de materiais pedagógicos, e 2.4.7, que trata do desenvolvimento de *software* de monitoramento da proficiência dos estudantes, contidas no Plano de Desenvolvimento Estratégico da Secretaria Municipal de Educação de Lucas do Rio Verde, firmou-se parceria com a UNEMAT, por intermédio do Grupo de Estudo e Pesquisas em Educação Matemática nas Escolas – GEPEME/UNEMAT, liderado pelo Professor Dr. Márcio Urel Rodrigues.

O objetivo macro dessa parceria esteve pautado na melhoria da qualidade do ensino público ofertado na Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde, com foco na implementação do DRC/LRV. Seguindo orientações para implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, por intermédio do DRC/LRV, as primeiras ações executadas, advindas dessa parceria, foram a formação continuada para professores que ensinam matemática e a produção de materiais pedagógicos, conforme se apresenta na pesquisa intitulada “Produção de materiais curriculares por professores que ensinam matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental em processo de formação continuada”, da professora Me. Ione de Fátima de Souza da Silva:

Já no início do ano letivo de 2019, os professores das escolas municipais começaram a utilizar o DRC/LRV, no entanto sentiu-se a necessidade em capacitar os professores para entender a proposta deste documento e assim implementá-lo da melhor forma possível nas salas de aula na aprendizagem dos alunos. Assim, foi pensada a formação ofertada aos professores que ensinam Matemática no município de Lucas do Rio Verde, dando também a oportunidade aos professores de produzirem seu próprio material curricular (caderno de sequências didáticas) (Silva, 2023, p 18).

Silva relata ainda que “essa formação se constituiu como um espaço importante para a formação continuada dos professores em serviço nas escolas se aperfeiçoarem e implementarem em suas práticas pedagógicas a BNCC e o DRC/LRV”.

Durante o desenvolvimento das referidas ações, a SME, em diálogo com a liderança do GEPEME/UNEMAT, propôs a ampliação da parceria, que teria como objetivo receber apoio para a implementação da política pública de avaliação e monitoramento da aprendizagem.

Assim, a UNEMAT, por intermédio do grupo GEPEME, iniciou o planejamento de ações para implementar a política pública mencionada. Com base na formação em andamento e na elaboração dos materiais pedagógicos (cadernos didáticos), o grupo elaborou as avaliações

da área de matemática, para aplicar para todos os estudantes do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT. Porém, com as mudanças ocorridas na gestão pública municipal, não houve a continuidade dessa parceria.

Nos anos seguintes, a Secretaria Municipal de Educação, conforme disposto no Relatório de Monitoramento do PME/LRV, faz adesão ao Sistema de Avaliação Educacional de Mato Grosso – Avalia MT, iniciado em 2021, realizado em caráter universal nos sistemas municipal e estadual de ensino.

No contexto dos documentos apresentados, registramos, no quadro na sequência, a análise realizada nos textos que tratam sobre monitoramento da aprendizagem na Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde – MT.

Quadro 18: ANÁLISE DOS DOCUMENTOS: PME, PDE e DRC/LRV.

| CLAREZA E OBJETIVIDADE: | | |
|--------------------------------|---|--|
| | | (A) o que deve ser executado. |
| | | (B) quais são as condições necessárias para a execução. |
| | | (C) como avaliar a eficiência da execução. |
| | | (D) qual é o papel do professor, coordenador, diretor diante do processo de avaliação e monitoramento da aprendizagem. |
| (A) | S | <ul style="list-style-type: none"> ⇒ 2.4 Incentivar os sistemas de ensino a criarem seus instrumentos de avaliação e monitoramento; (PME) ⇒ 2.1.1. Implementar a política municipal de avaliação institucional - Programa Avalia Lucas, contemplando sistema (<i>software</i>) para monitoramento dos indicadores educacionais. (PDE) ⇒ 2.1.3. Monitorar a execução das metas estabelecidas no Projeto Político-Pedagógico em cada unidade escolar, para que todos os estudantes tenham garantidos os direitos de aprendizagem em cada série. (PDE) ⇒ 2.2.3. Implementar Programa Avalia Lucas para monitoramento e avaliação dos indicadores de aprendizagem (Lucas do Rio Verde, MT, 2020). (PDE) ⇒ 2.4.1. Acompanhar de forma individualizada a aprendizagem dos estudantes com rendimento escolar insuficiente, proficiente e avançado. (PDE) ⇒ 2.4.5. Estabelecer meta de proficiência para cada série. (PDE) ⇒ 2.4.6. Firmar parceria com IES para formação continuada e produção de material pedagógico específico para cada série desta fase, conforme previsto no DRC/LRV. (PDE) ⇒ 2.4.7. Desenvolver <i>softwares</i> de monitoramento da proficiência. (PDE) ⇒ 2.4.8. Aplicar avaliações semestrais para os estudantes do 1º ao 5º ano, conforme a metodologia da Prova Brasil. (PDE) ⇒ 2.4.9. Promover o monitoramento do apoio pedagógico específico. (PDE) ⇒ a SME, por intermédio dos resultados mensurados, realizará acompanhamento e intervenções pedagógicas junto às instituições de ensino, garantindo políticas públicas direcionadas (DRC/LRV) ⇒ I. Sistema digital instituído (taxa de aprovação, retenção, abandono, distorção, aprendizagem etc.). (DRC/LRV) ⇒ II. Aplicação de provas para os alunos. (DRC/LRV) ⇒ III. Aplicação de questionários para os alunos, professores, equipe |

| | | |
|-----|---|---|
| | | gestora, equipe de apoio e pais. (DRC/LRV) ⇒ IV. Mensuração de resultados. (DRC/LRV) ⇒ V. Análise de resultados de avaliações externas. (DRC/LRV) ⇒ VI. Acompanhamento e intervenção pedagógica (equipe que analisa os resultados e realiza intervenções pedagógicas em cada unidade escolar). (DRC/LRV) ⇒ VII. Formação continuada (DRC/LRV) |
| (B) | N | |
| (C) | p | ⇒ VI. Acompanhamento e intervenção pedagógica (equipe que analisa os resultados e realiza intervenções pedagógicas em cada unidade escolar). (DRC/LRV) |
| (D) | S | ⇒ 2.4.1. Acompanhar de forma individualizada a aprendizagem dos estudantes com rendimento escolar insuficiente, proficiente e avançado. (PDE) ⇒ 2.4.5. Estabelecer meta de proficiência para cada série. (PDE) ⇒ 2.4.8. Aplicar avaliações semestrais para os estudantes do 1º ao 5º ano (PDE) ⇒ Análise de resultados de avaliações externas. (DRC/LRV) |

PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS:

| | | |
|--------------------------|---|---|
| Pontos Positivos: | O | ⇒ Através da implementação de um Sistema de Avaliação da Educação Básica da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde, que envolverá o sistema digital instituído na rede, avaliações educacionais e institucionais e formação continuada, a SME, por intermédio dos resultados mensurados, realizará acompanhamento e intervenções pedagógicas junto às instituições de ensino, garantindo políticas públicas direcionadas. (DRC/LRV) |
| Pontos Negativos: | O | ⇒ Ausência de indicativos sobre as condições necessárias para a execução da política de avaliação e monitoramento da aprendizagem em todos os documentos da Rede que foram analisados. |

Fonte: A autora (2024).

As primeiras evidências observadas a respeito da intenção do município de Lucas do Rio Verde em implementar uma política de avaliação e monitoramento da aprendizagem na Rede Municipal foram registradas no PME/LRV. Porém, somente na elaboração do PDE da Secretaria Municipal de Educação registra-se a retomada dessa intencionalidade, apontando para algumas ações que devem ser executadas para o desenvolvimento dessa política.

Com a publicação do Ato Normativo nº 01/2019, que homologou o DRC/LRV, a implementação do sistema de avaliação e monitoramento da aprendizagem ganhou um lugar de destaque, tornando evidente que a efetivação dessa política pública é dever do sistema municipal de ensino de Lucas do Rio Verde.

Neste sentido, fica evidente que os documentos se complementam quando se trata de avaliação e monitoramento da aprendizagem. No critério clareza e objetividade, conseguimos apresentar diversas evidências do que os documentos, juntos, apresentam para aclarar sobre o que deve ser executado. Partindo do incentivo ao sistema de ensino para a implementação de instrumentos próprios de avaliação e monitoramento, os documentos permeiam o compromisso

de estabelecimento de metas de proficiência, aplicação de avaliações periódicas, análise dos resultados, até a formação continuada para os profissionais da educação.

Com relação às evidências que os textos apresentam sobre como avaliar a eficiência da execução das intencionalidades sobre a implementação da política pública em questão, compreendemos que o município sinaliza para a composição de uma equipe que teria, como um de seus compromissos, acompanhar os impactos desse processo e realizar intervenções pedagógicas nas unidades escolares. Porém, como não é explícita esta intencionalidade no texto e em outros documentos analisados, observamos que este aspecto atende de modo parcial ao item em questão.

Seria necessário tratar de como se daria a composição e representação dessa equipe, qual de fato seriam as suas atribuições, qual investimento financeiro seria necessário, entre outros fatores primordiais para aclarar sobre a intencionalidade da instituição dessa estratégia, podendo assim fortalecer, ou não, a sua relação com o compromisso de avaliar a eficiência da execução da política pública em estudo.

Sobre as funções ou os papéis do professor, do coordenador pedagógico e do diretor diante do processo de avaliação e de monitoramento da aprendizagem, observou-se, na mesma linha das evidências observadas nos documentos analisados, que somente é possível verificar a sua relação com o professor com base nas atribuições inerentes ao profissional docente. mas, como nos demais documentos, não são amplamente abordados os papéis desses profissionais frente às ações de monitoramento da aprendizagem.

Para tratar dos pontos positivos observados nos textos extraídos dos documentos da rede municipal em questão, evidenciamos a forma como é apresentado no DRC/LRV o compromisso de implementar um sistema de avaliação da educação básica. Esta apresenta que serão desenvolvidas avaliações educacionais e institucionais e formação continuada para amparar o acompanhamento e intervenções pedagógicas para garantir políticas públicas direcionadas.

Há, portanto, uma preocupação que se apresenta em dar um propósito à política de avaliação e monitoramento na Rede Municipal de Ensino. Busca acompanhar não somente a aprendizagem dos estudantes, como também a instituição de modo geral, inclusive fazendo relação com a formação continuada em serviço.

É observado ainda que os resultados das avaliações externas são considerados numa perspectiva de análise para posteriores tomadas de decisões, sem perder de vista o acompanhamento contínuo e de forma individualizada das aprendizagens dos estudantes, realizado pelas escolas e Secretaria Municipal de Educação.

São documentos carregados de intencionalidades, porém, cabe verificar como todas estas indicações se relacionam no dia a dia das escolas da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT. Assim, trazemos o quadro com as evidências observadas nos documentos analisados e, posteriormente, nas percepções dos professores sobre as relações destes documentos, a prática docente e o desempenho dos estudantes.

Quadro 19: Relação entre os DOCUMENTOS: PME, PDE e DRC/LRV, a prática docente e o desempenho dos estudantes.

| |
|---|
| As relações entre o que determina o referido documento e a prática docente. |
| <ul style="list-style-type: none"> ⇒ 2.4.6. Firmar parceria com IES para formação continuada e produção de material pedagógico específico para cada série desta fase, conforme previsto no DRC/LRV. (PDE) ⇒ 2.4.1. Acompanhar de forma individualizada a aprendizagem dos estudantes com rendimento escolar insuficiente, proficiente e avançado. (PDE) ⇒ 2.4.5. Estabelecer meta de proficiência para cada série. (PDE) ⇒ 2.4.8. Aplicar avaliações semestrais para os estudantes do 1º ao 5º ano (PDE) ⇒ Análise de resultados de avaliações externas. (DRC/LRV) |
| O que temos colabora para o alcance do desempenho dos estudantes? |
| <ul style="list-style-type: none"> ⇒ 2.1.4. Garantir que todos os estudantes concluam cada etapa/fase na idade certa. ⇒ 2.1.5. Implementar processo de intervenção pedagógica para estudantes com aprendizagem inadequada (Programa Alfa). ⇒ 2.4.1. Acompanhar de forma individualizada a aprendizagem dos estudantes com rendimento escolar insuficiente, proficiente e avançado. (PDE) ⇒ foco na aprendizagem, no combate à evasão escolar e reprovação, na ampliação do tempo escolar e na alfabetização na idade certa (DRC/LRV) |
| O que executamos do que temos? |
| |

Fonte: A autora (2024).

São evidências da relação entre o que determinam os referidos documentos e a prática docente, as orientações sobre a formação continuada e a produção de materiais, quando estes ocorrem com a participação ativa dos professores, a exemplo do que ocorreu na Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde – MT.

Um sistema de avaliação e monitoramento da aprendizagem precisa dar conta de subsidiar as tomadas de decisões para intervenções no processo de ensino e aprendizagem. Não há melhora na aprendizagem sem que haja um olhar cuidadoso para a constante melhoria nos processos de ensino, na qualidade dos materiais didáticos e demais investimentos que se fazem necessário para alcançar uma educação de qualidade para todos os estudantes.

Por esta razão, compreendemos a formação continuada como o ambiente fundamental para a construção de significados para a implementação de uma política de avaliação e monitoramento da aprendizagem, pois é nestes espaços de reflexão que se solidificam as estratégias de acompanhamento individualizado, de estabelecimento de metas, de análise de

resultados de aprendizagens, entre outras iniciativas que se apresentam nos documentos analisados.

Ao mesmo tempo em que a formação continuada existe para o aprofundamento de concepções e estratégias metodológicas, a constituição dessas demandas formativas também deve ser feita com base no que indicam os processos de avaliação e acompanhamento da aprendizagem. Neste sentido, não há que se falar em política pública de avaliação e monitoramento da aprendizagem sem que haja a intencionalidade pedagógica de discutir as razões dos resultados e os caminhos para a melhoria da aprendizagem dos estudantes nos espaços constituídos para a formação continuada em serviço.

Assim, buscaremos compreender como ocorre esta relação na Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde – MT, sob a perspectiva dos professores que ensinam matemática e coordenadores pedagógicos das escolas participantes da pesquisa. Portando, esta discussão será foco deste estudo, quando da análise das contribuições dos profissionais docentes da referida Rede de Ensino.

Para finalizar a análise documental, é imprescindível salientar que as iniciativas, estratégias e ações contidas nos documentos da Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde – MT refletem as determinações sobre avaliação e monitoramento da aprendizagem contidas nos demais documentos analisados neste estudo. Refletem o que determina a Constituição Federal e a LDB quando estas normas legais buscam garantir a oferta de uma educação de qualidade para todos. As determinações dos PCNs estão presentes também, quando o assunto é a coleta de dados, a comprovação destes dados obtidos e a observação da transferência das aprendizagens em contextos diferentes.

Com relação às DCNs, além de outras relações já mencionadas, como análise do rendimento dos estudantes com base nos indicadores produzidos por avaliações, o ponto que colocamos em evidência está nas orientações que envolvem a constituição dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas. As DCNs orientam que os PPPs devem contemplar ações de acompanhamento sistemático dos resultados do processo de avaliação interna e externa, e, nos documentos da Rede Municipal de Ensino em questão, reforça-se esta orientação, comprometendo-se a monitorar a execução das metas contidas no PPP de cada escola.

Quanto ao Plano Nacional de Educação, também se evidenciam suas determinações nos documentos municipais. O próprio PME/LRV elucida esta afirmação, estabelecendo metas para cada etapa da educação básica e o compromisso de acompanhar os resultados de aprendizagem. O mesmo ocorre com o que estabelece a BNCC, quando esta determina que as tomadas de

decisões devem partir de procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado para a melhoria do desempenho da escola, dos professores e dos alunos.

Estas reflexões são pertinentes para verificar vinculações entre o que determinam e orientam as legislações e diretrizes nacionais e o que propõe a Rede Municipal de Ensino. Conforme mencionado anteriormente, é indiscutível que haja a continuidade entre um ato legal e outro, entre um documento orientador e o próximo a ser instituído, assegurando, inclusive, maior clareza, detalhamento e abrangência das especificidades locais. É neste ponto que verificamos a importância das relações entre todos os documentos analisados, pois precisam dar conta de orientar as escolas sobre suas responsabilidades, qual o seu papel, qual a finalidade de tais procedimentos, ou, ainda, como verificar a eficiência do que está sendo executado.

Contudo, observamos que são documentos essenciais para o processo de melhoria do desempenho escolar com possibilidades de impactos significativos para o ensino e aprendizagem de qualidade. Conforme mencionado, existem aspectos que precisam melhorar para aclarar as orientações para aquilo que se espera que ocorra nas escolas, mas as diretrizes macro estão instituídas e cabe o envolvimento de todos os atores (professores, comunidades científicas), em espaços democráticos, quando ofertado, colaborando para o fortalecimento desses documentos, de forma a suprir as lacunas evidenciadas.

4 A POLÍTICA PÚBLICA DE MONITORAMENTO DA APRENDIZAGEM E OS ÍNDICES DE DESEMPENHO MATEMÁTICO DOS ESTUDANTES EM SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

Os atos legais e diretrizes analisadas no capítulo anterior reforçam a importância de procedimentos de avaliação e monitoramento da aprendizagem para direcionar ações que visem a melhoria do desempenho dos estudantes e o fortalecimento do processo de ensino, permitindo reflexão sobre a prática e foco nas habilidades e nas competências que os alunos ainda precisam consolidar.

Na Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde – MT, a avaliação e o monitoramento da aprendizagem são considerados fundamentais para assegurar as intervenções pedagógicas, corrigir rumos e promover o desempenho individual de cada estudante. Neste sentido, consta no relatório de gestão (2017–2020) que a avaliação, acompanhamento, monitoramento e registros do desempenho de aprendizagem de cada estudante, turma, escola e da Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde vêm passando por reestruturações e ressignificados com a finalidade de instituir, em cada unidade escolar, um ensino orientado por dados.

Instituído pelo Documento de Referência Curricular de Lucas do Rio Verde – DRC/LRV, homologado através do Ato Normativo nº 01/2019, o ensino orientado por dados consiste no acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem de forma sistemática e periódica, a fim de servir a gestão como meio para a promoção da qualidade da educação. Com o mesmo objetivo, a União tem adotado o monitoramento como uma das estratégias para a melhoria do ensino no país, bem como induzir sua prática nos estados e municípios e nas unidades de ensino por todo país (Lucas do Rio Verde – MT, 2020).

Os estudos e ações direcionadas para a instituição de uma política própria de avaliação e monitoramento da aprendizagem com esta abordagem iniciaram no ano de 2017, seguindo os mesmos procedimentos metodológicos aplicados pelo INEP, no que diz respeito aos cálculos para se chegar aos níveis de proficiência de cada estudante. Porém, somente após a homologação do DRC/LRV, instituiu-se o compromisso legal com a implementação da política pública em questão.

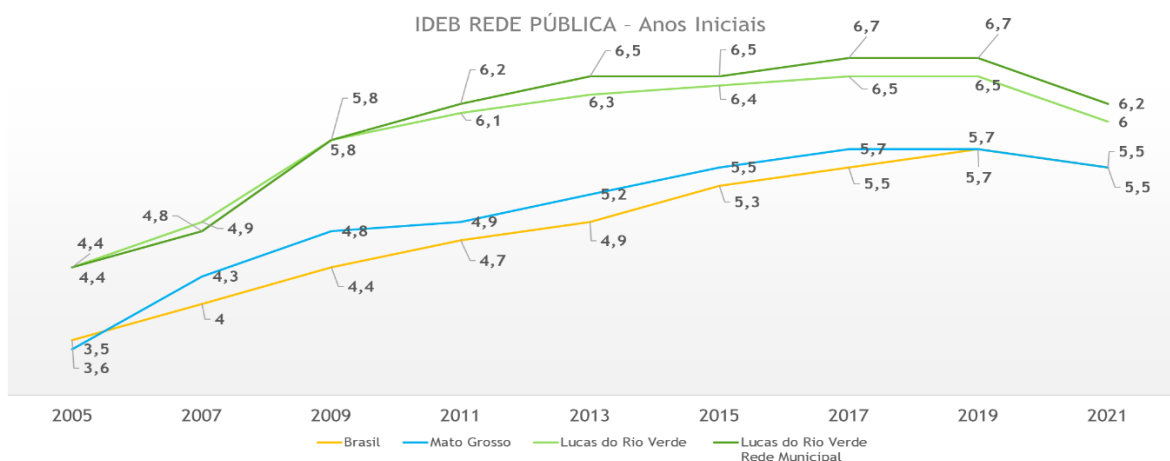
Dessa forma, conforme trata o relatório de gestão (2017–2020), são considerados, para intervenções pedagógicas, dados e indicadores estatístico-educacionais disponíveis nos bancos de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação (MEC), da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Lucas do Rio Verde e das Instituições de Ensino da Rede Municipal.

Nas fases relacionadas ao Ensino Fundamental, os estudantes da Rede Municipal são avaliados trimestralmente. Até o ano de 2020, os resultados dessas avaliações eram interpretados e registrados por meio de fichas de avaliação elaboradas com base no que estabelece o currículo, preenchidas no sistema com os critérios: Insuficiente (I), Regular (R), Bom (B), Excelente (E) e Conteúdo não trabalhado (N). A partir de 2021, os resultados das avaliações foram lançados por meio de nota. Esta avaliação é realizada pelo professor da turma, que também é responsável pelos lançamentos dos resultados em plataforma específica para este fim.

Além da estrutura de avaliação da aprendizagem instituída em cada escola da Rede Municipal de Ensino, estas participam de avaliações advindas do Ministério da Educação por intermédio do INEP, como mais uma ferramenta de fornecimento de dados que permite analisar e monitorar a qualidade do ensino e aprendizagem para uma intervenção pedagógica assertiva, com foco nos objetivos e metas de aprendizagem alcançadas.

Na sequência, apresentamos os resultados alcançados na Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde – MT, no IDEB no período de 2005 a 2021, fazendo um comparativo entre estes dados e os dados alcançados nas escolas públicas (municipais e estaduais) de Lucas do Rio Verde, no estado de Mato Grosso e no Brasil.

Gráfico 3: Comparativo de crescimento no IDEB nas escolas públicas do Brasil, estado de Mato Grosso, município de Lucas do Rio Verde e Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde – MT.



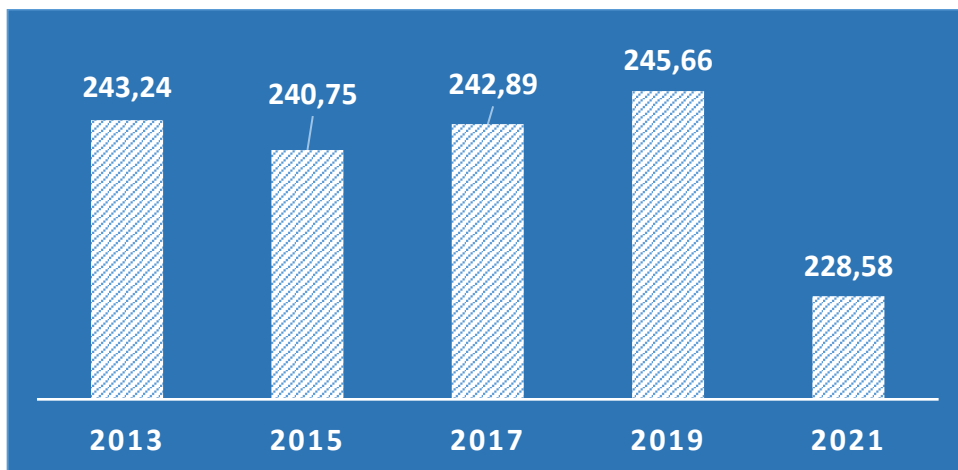
Fonte: INEP (2021).

O município de Lucas do Rio Verde – MT tinha projetado para o ano de 2021, para os anos iniciais do Ensino Fundamental, a meta 6,2. O resultado alcançou a meta estabelecida, atingindo a exata nota de 6,2. Porém, cabe ressaltar que o resultado anterior registrou nota maior

que a última, o que reflete possível impacto da oferta de aulas não presenciais, proveniente da necessidade do isolamento social provocado pela pandemia de Covid-19. Outro fator sobre o qual também cabe reflexão refere-se à análise do ponto de partida, ano de 2005, quando a nota inicial registrada foi 4,4. Neste sentido, é possível observar que os avanços não atingiram dois pontos, em mais de uma década de desenvolvimento da educação na Rede Municipal.

Observando especificamente o desempenho de matemática dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a proficiência alcançada na avaliação SAEB, aplicada em 2019 (antes da pandemia), foi de 227,9 – dado geral alcançado no Brasil. O estado de Mato Grosso atingiu 220,5, registrando índices abaixo da média nacional. A Rede Municipal de Lucas do Rio Verde, nesta mesma avaliação, atingiu a proficiência de 247,6 em matemática, apresentando resultados melhores com relação às médias nacional e estadual. Porém, em 2015, a proficiência em matemática registrou queda de aproximadamente dois pontos e meio. No resultado seguinte, ocorrido em 2017, voltou a crescer, porém somente recuperou e inclusive ultrapassou a proficiência anterior a 2015, na última avaliação, aplicada em 2019.

Gráfico 4: Proficiência matemática dos Anos Iniciais da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT (dados do INEP).



Fonte: INEP (2021).

Em 2021, o resultado da proficiência matemática registrada na Rede Municipal foi a menor entre as apresentadas nas cinco últimas edições do SAEB. Um dado preocupante, pois refere-se especificamente ao índice de desempenho dos estudantes.

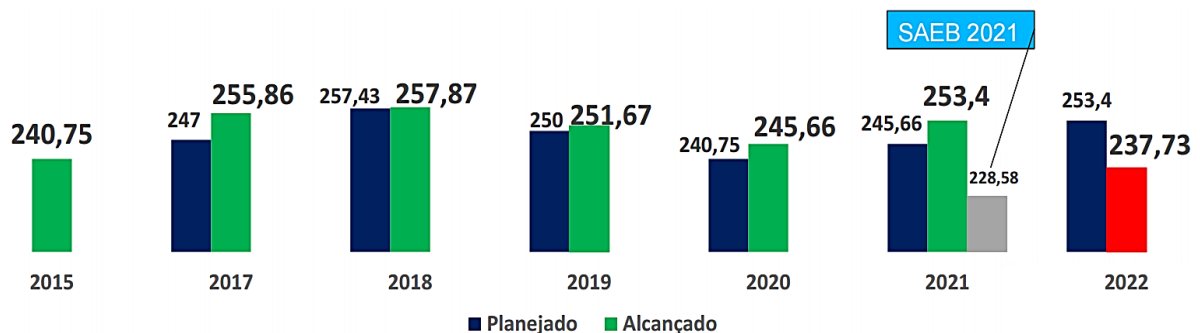
Partindo dos dados relacionados às avaliações de larga escala, para a Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT, evidenciamos, na sequência, dados produzidos por intermédio da aplicação das avaliações educacionais. Provenientes das ações de responsabilidade especificamente da SME, ocorre periodicamente a aplicação de avaliações educacionais para

os estudantes do Ensino Fundamental. A partir de 2019, os instrumentos de avaliação passaram a ser elaboradas seguindo a estrutura das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB. Assim, as avaliações seguem tais padrões, considerando as classificações de cada questão por níveis de dificuldades.

São aplicadas, em média, três avaliações por ano, sendo os resultados disponibilizados para as escolas, evidenciando o número de estudantes em nível avançado, proficiente, básico e insuficiente na Rede, por escola e por turma. As avaliações aplicadas referem-se ao componente curricular de Língua Portuguesa e Matemática.

Após o tratamento dos dados provenientes das avaliações aplicadas, a SME reúne-se com as equipes gestoras (gestor escolar e coordenador pedagógico) das escolas, apresenta os resultados e orienta as equipes a procederem com as análises em suas respectivas escolas. Confira abaixo os dados das avaliações educacionais aplicadas pela própria Secretaria de Educação:

Gráfico 5: Proficiência matemática dos Anos Iniciais da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT (dados das Avaliações Educacionais).

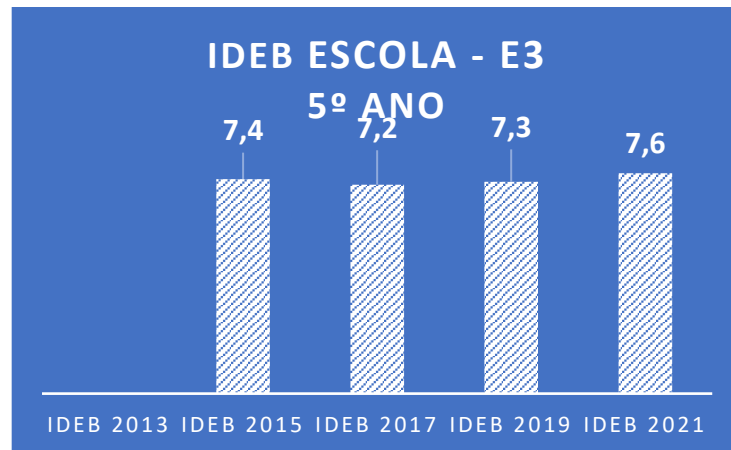


Fonte: Gerenciamento de Planejamento Estratégico (2022).

Através dos mesmos procedimentos de avaliação, apresentaremos, na sequência, os dados das escolas selecionadas para participar deste estudo.

Gráfico 6: IDEB dos Anos Iniciais da escola que registrou incremento de variação positiva no IDEB

2021 (dados do INEP).



Fonte: INEP (2021).

Gráfico 7: Proficiência matemática dos Anos Iniciais da escola que registrou incremento de variação positiva no IDEB 2021 (dados do INEP).



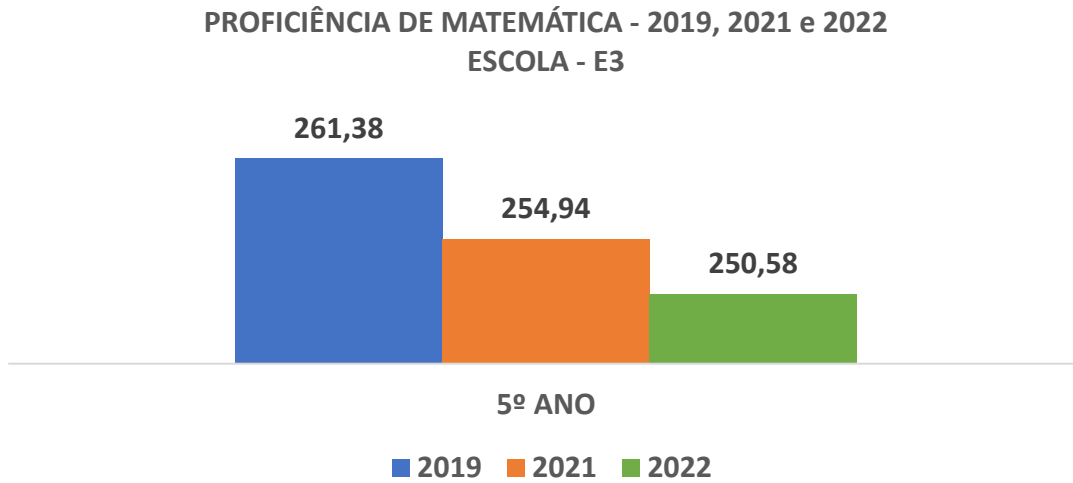
Fonte: INEP (2021).

A escola E3, que registrou incremento de variação positiva no IDEB 2021 em comparação ao IDEB 2019, registrou também queda de 6,44 na proficiência matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Tais aspectos serão apresentados aos participantes da pesquisa dessa escola, com o intuito de provocar reflexões e análises sobre o referido fato, entre outros aspectos igualmente importantes.

Também apresentamos, para as entrevistas, os dados das avaliações educacionais. Porém, a próxima reflexão se dará com base na sequência de três proficiências matemáticas alcançadas no 5º ano da escola em questão, conforme segue:

Gráfico 8: SAEB 2019 e 2021 e Avaliação Educacional 2022 – Proficiência matemática dos Anos

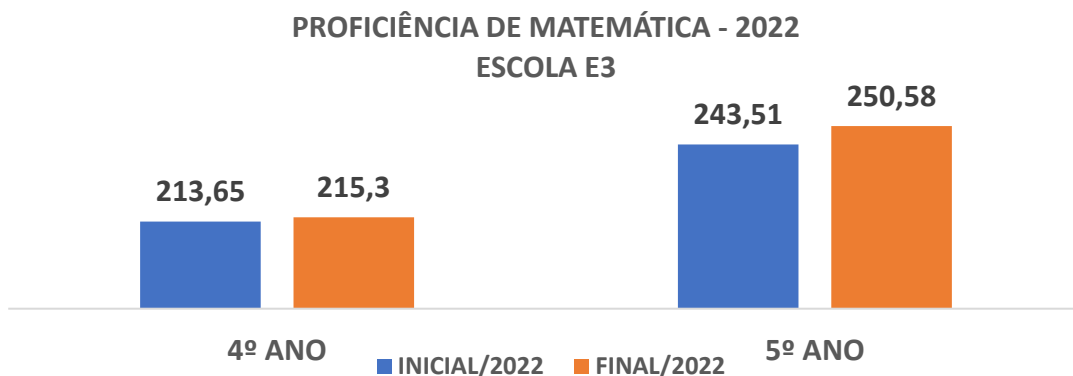
Iniciais da escola que registrou incremento de variação positiva no IDEB 2021.



Fonte: INEP (2021) e Avaliação Educacional (2022).

Para uma reflexão específica sobre a política de avaliação e monitoramento da aprendizagem, apresentaremos os resultados da proficiência matemática das turmas de 4º e/ou 5º ano, no qual o profissional docente esteve desenvolvendo seu trabalho, seja como regente da sala de aula ou na coordenação pedagógica da turma em questão. Estes dados são provenientes das avaliações ocorridas no ano de 2022, que foram aplicadas em dois momentos, a saber: avaliação educacional inicial, aplicada no primeiro trimestre de 2022, e avaliação educacional final, realizada no último trimestre de 2022.

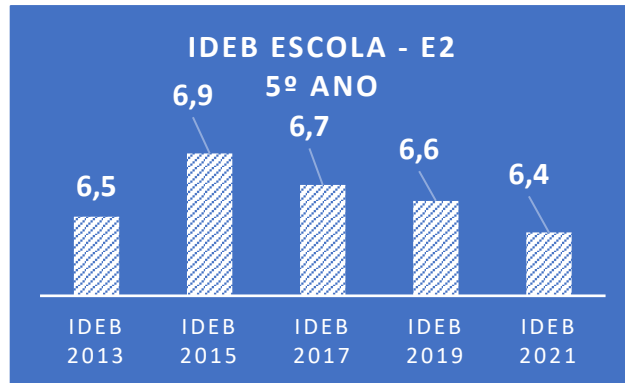
Gráfico 9: Avaliação Educacional 2022 – Proficiência matemática dos Anos Iniciais da escola que registrou incremento de variação positiva no IDEB 2021.



Fonte: Avaliação Educacional (2022).

Os mesmos procedimentos de análises serão aplicados nas demais escolas participantes da pesquisa.

Gráfico 10: IDEB dos Anos Iniciais da escola que registrou incremento de variação nula/mínima no IDEB 2021 (dados do INEP).



Fonte: INEP (2021).

Gráfico 11: Proficiência matemática dos Anos Iniciais da escola que registrou incremento de variação nula/mínima no IDEB 2021 (dados do INEP).



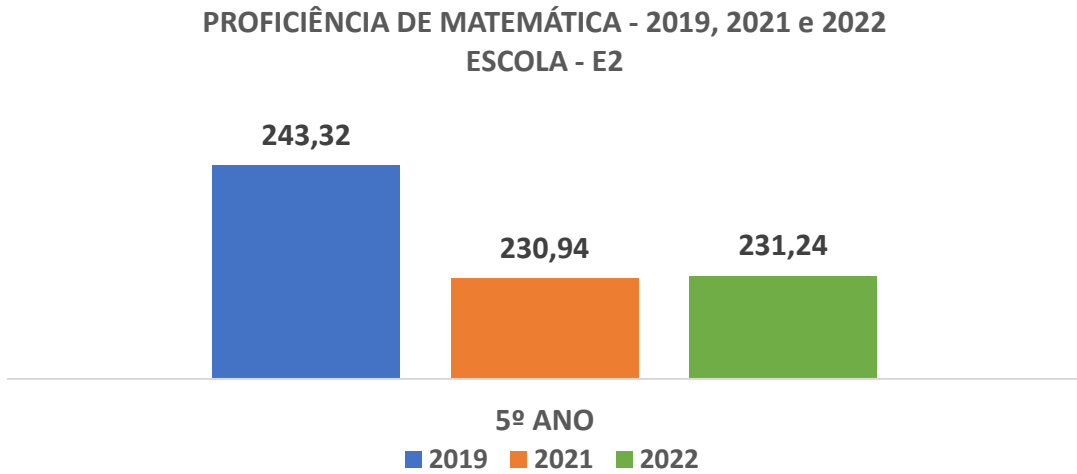
Fonte: INEP (2021).

O mesmo ocorre nos dados da escola E2, no que refere à análise do resultado do IDEB e à proficiência de forma específica. Os dados da proficiência matemática representam maior impacto quando comparados ao resultado do IDEB da escola. Ou seja, apesar de apresentar apenas dois décimos de diferença no IDEB de 2021 quando comparado ao resultado de 2019, o desempenho matemático dos estudantes deve receber atenção da equipe pedagógica da escola.

É importante reforçar que as análises também ocorrerão mediante as perspectivas dos professores participantes da pesquisa nesta escola. A próxima reflexão se dará com base na sequência de três proficiências matemáticas alcançadas no 5º ano da escola em questão, conforme segue:

Gráfico 12: SAEB 2019 e 2021 e Avaliação educacional 2022 – Proficiência matemática dos Anos

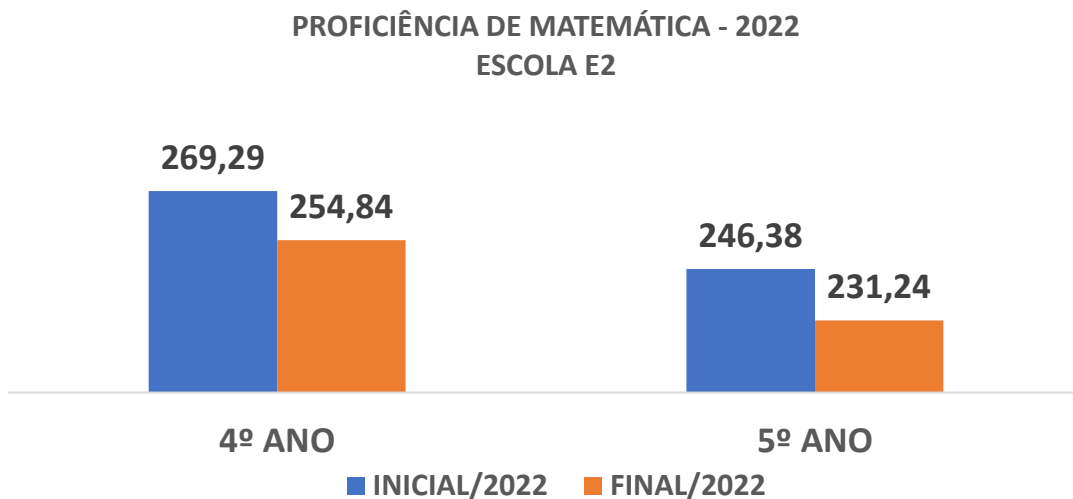
Iniciais da escola que registrou incremento de variação nula/mínima no IDEB 2021.



Fonte: INEP (2021) e Avaliação Educacional (2022).

Na sequência, apresentamos os dados provenientes das avaliações ocorridas no ano de 2022, que foram aplicadas em dois momentos, a saber: avaliação educacional inicial, aplicada no primeiro trimestre de 2022, e avaliação educacional final, realizada no último trimestre de 2022.

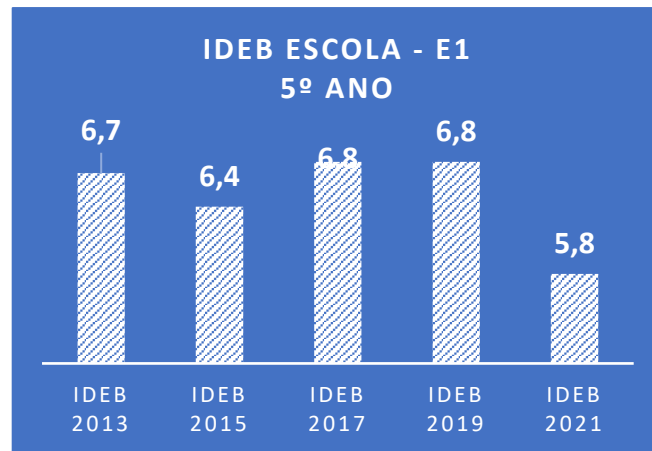
Gráfico 13: Avaliação educacional 2022 – Proficiência matemática dos Anos Iniciais da escola que registrou incremento de variação nula/mínima no IDEB 2021.



Fonte: Avaliação Educacional (2022).

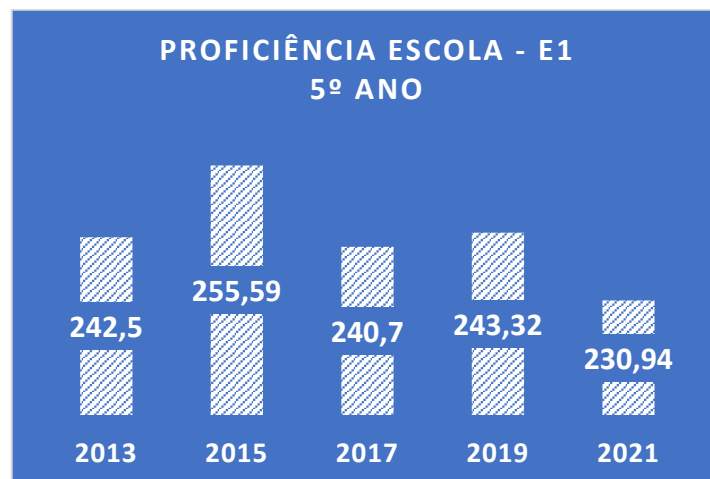
Por fim, evidenciamos os dados que serão apresentados nas entrevistas na escola E1, que apresentou incremento de variação negativa no IDEB 2021.

Gráfico 14: IDEB dos Anos Iniciais da escola que registrou incremento de variação negativa no IDEB 2021 (dados do INEP).



Fonte: INEP (2021).

Gráfico 15: Proficiência matemática dos Anos Iniciais da escola que registrou incremento de variação negativa no IDEB 2021 (dados do INEP).



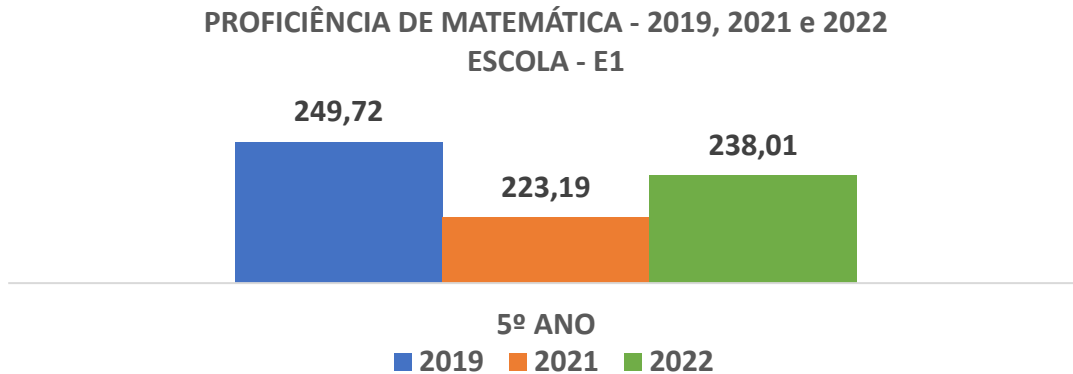
Fonte: INEP (2021).

O IDEB da escola E1 apresentou o menor resultado entre as edições de 2013 e 2021. Esta característica também é observada no resultado específico da proficiência matemática da referida escola.

Para amparar as discussões referentes aos resultados do desempenho dos estudantes na escola, apresentamos, assim como nas demais escolas, as proficiências de matemática alcançadas em 2019 e 2021, publicadas pelo INEP, e o resultado da proficiência matemática proveniente das avaliações ocorridas no ano de 2022, conforme mencionado anteriormente.

Gráfico 16: SAEB 2019 e 2021 e Avaliação Educacional 2022 – Proficiência matemática dos Anos

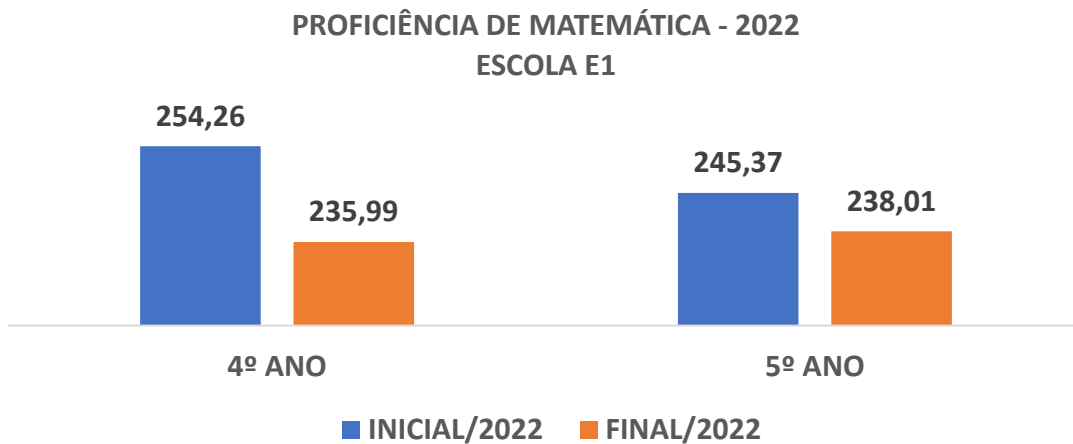
Iniciais da escola que registrou incremento de variação negativa no IDEB 2021.



Fonte: INEP (2021) e Avaliação Educacional (2022).

Por fim, apresentamos os dados provenientes das avaliações ocorridas no ano de 2022, que foram aplicadas em dois momentos, conforme já mencionado.

Gráfico 17: Avaliação Educacional 2022 – Proficiência matemática dos Anos Iniciais da escola que registrou incremento de variação negativa no IDEB 2021.



Fonte: Avaliação Educacional (2022).

Os dados foram apresentados para análise de cada participante da pesquisa no momento em que estiveram em discussões as questões do Tópico IV do roteiro de entrevista, que trata da relação dos dados produzidos no monitoramento da aprendizagem com o desempenho matemático dos estudantes.

O primeiro ponto a ser observado refere-se à avaliação do participante da pesquisa sobre os resultados apresentados a ele. Neste momento, o participante poderia livremente apontar qualquer observação. Na sequência, foi solicitado se o professor observa relação entre os resultados apresentados e o processo de monitoramento da aprendizagem.

Para finalizar, foi solicitado que o participante se posicionasse quanto aos possíveis impactos do período de aulas não presenciais na aprendizagem dos estudantes e sobre as evidências que estariam de acordo com os seus argumentos. E, ainda, se o monitoramento da aprendizagem foi utilizado para planejar a retomada das aulas presenciais.

Por depender dos dados provenientes das entrevistas, somente nas considerações finais conseguiremos realizar as conclusões e posicionamento final deste capítulo, pois são fundamentais para esta pesquisadora as perspectivas dos profissionais docentes sobre as análises aqui registradas.

5 A POLÍTICA PÚBLICA DE MONITORAMENTO DA APRENDIZAGEM: ESTIMATIVAS E IMPACTOS NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE

Neste capítulo, apresentamos o resultado das entrevistas realizadas com os participantes da pesquisa. Conforme explicitado, o procedimento de análise dos dados das entrevistas ocorreu mediante procedimento de Análise de Conteúdo na perspectiva de Bardin (1977) e Rodrigues (2019).

Com base no referido aporte teórico e com foco nos objetivos da pesquisa, apresentamos os excertos que se destacaram nas entrevistas realizadas, sob a ótica dessa pesquisadora, os quais, assim, constituíram as Unidades de Contextos. Desta etapa, partimos para a apresentação das “Unidades de Registro provenientes das Unidades de Contexto” Rodrigues (2019, p. 50).

Fortalecendo o percurso adotado, Rodrigues (2019, p. 50) esclarece que, “no contexto prático – Entrevista, as Unidades de Registro – temas pertinentes para a compreensão do objeto investigado, são constituídas a partir das Unidades de Contexto, por meio de divergências e confluências.”

Após isso, ocorreu também o tratamento de divergências e confluências, o que levou à apresentação dos Eixos Temáticos, que foram articulados de forma a proceder na constituição das Categorias de Análise da pesquisa.

5.1 O monitoramento da aprendizagem na perspectiva dos profissionais docentes: uma Análise de Conteúdo

Nesta etapa da pesquisa, analisamos as percepções dos profissionais docentes participantes da pesquisa referentes aos documentos que norteiam os processos de monitoramento da aprendizagem na educação, coletadas por intermédio das entrevistas.

Portanto, trata-se do Tópico II do roteiro de entrevista, que se estrutura pelos seguintes questionamentos:

1. Você tem conhecimento sobre legislações orientativas, diretrizes e outros documentos que norteiam o processo de avaliação e monitoramento da aprendizagem? Caso não conheça, a que associa este fato? Conhecendo, o que você destacaria nestes documentos, ou seja, quais seriam, independente se positivos ou negativos, os pontos principais destes documentos? A qual ou quais documentos e/ou legislações você se refere?

PERGUNTAS ADICIONAIS:

- 1.1. São apresentados em redação objetiva, de forma que pela leitura dos mesmos ficam esclarecidos aspectos como: (A) o que deve ser executado, (B) quais são as condições necessárias para a execução, (C) como avaliar a eficiência da execução e (D) qual é o seu papel (professor, coordenador, diretor) neste processo?

- 1.2. Quais seriam os principais pontos positivos que você destacaria destes documentos? Justifique sua escolha.
- 1.3. Quais seriam os principais pontos negativos que você destacaria destes documentos? Justifique sua escolha.

Conforme previsto e registrado nesta pesquisa, neste Tópico há perguntas que direcionam para caminhos diferentes, cabendo ao pesquisador gerenciar para a pergunta subsequente ou para a próxima etapa de questões. Cabe salientar também que houve questões que o participante optou por não responder. Tais posicionamentos também foram eticamente respeitados, sendo importante registrar que estes fatos isolados não comprometeram o andamento, a autenticidade, a confiabilidade e a qualidade da pesquisa.

Assim, apresentamos, a seguir, o movimento de constituição das Unidades de Registro referentes às respostas dos professores participantes da pesquisa:

Quadro 20: Constituição das Unidades de Registro – Tópico II.

| ID | RESPOSTA NA ÍNTEGRA | UNIDADES DE CONTEXTO | UNIDADES DE REGISTRO |
|--|---|---|--|
| 1. Você tem conhecimento sobre legislações orientativas, diretrizes e outros documentos que norteiam o processo de avaliação e monitoramento da aprendizagem? CASO NÃO CONHEÇA, a que associa este fato? CONHECENDO, o que você destacaria nestes documentos, ou seja, quais seriam, independente se positivos ou negativos, os pontos principais destes documentos? Você pode citar qual ou quais os documentos que você tem conhecimento que faz alguma abordagem sobre AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA APRENDIZAGEM? | | | |
| P1 | Tenho sim. Vou citar Fundeb. Ele norteia o processo de avaliação e de monitoramento na aprendizagem dos alunos. Ele não só norteia que os alunos passem de ano, que você vai passando, não... O Fundeb, ele nos dá um alinhamento com o aprendizado do aluno. Então o aluno precisa passar de ano, mas ele precisa alinhar com o aprendizado: o que aquele aluno aprendeu? O que você fez com aquele aluno o ano todo para ele realmente passar? Porque ele alinha conhecimento do aluno e ele ir subsequente para o próximo ano, é isso que eu entendo. | [...] norteia o processo de avaliação e de monitoramento na aprendizagem dos alunos. [...] nos dá um alinhamento com o aprendizado do aluno. Então o aluno precisa passar de ano, mas ele precisa alinhar com o aprendizado | Propósito do monitoramento da aprendizagem |
| C1 | A lei propriamente dita, eu não tenho conhecimento. A gente busca orientações para ficar a par das orientações que vêm, mas a lei em si, não. As orientações que chegam até a gente, a gente consegue trabalhar com elas, então você não aprofunda muito na lei. | A lei propriamente dita, eu não tenho conhecimento. A gente busca orientações para ficar a par das orientações que vêm, mas a lei em si, não. | Desafios na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem |
| P2 | Eu conheço parcialmente a documentação que o município segue, porque são documentos muito amplos. Nós seguimos, no município, documentos que vêm do governo maior, então o município segue o que a federação segue. Ainda tem muito que aprender, a gente começa a estudar, começa a aplicar o que a gente segue e começa a entender o que precisa ser mudado. Essa questão do processo de avaliação e do monitoramento, eu vejo que o município tem essa preocupação de monitorar, para replanejar, para continuar refazendo as avaliações, ver o que deu certo, ver o que precisa mudar, ver o que não deu certo, por que não deu certo. Então tem muito ainda da documentação para a gente seguir enquanto educadores. A linguagem desses documentos também não é muito fácil de entender, precisa ter muita leitura para conseguir entender a documentação. E eu vejo que mesmo na classe dos docentes é difícil a gente entender partes desses documentos. | Eu conheço parcialmente a documentação que o município segue, porque são documentos muito amplos. A linguagem desses documentos também não é muito fácil de entender, precisa ter muita leitura para conseguir entender a documentação. | Desafios na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem |
| C2 | Sim. A questão dos documentos baseados em leis nos foi apresentado desde lá da faculdade. Nós temos a UAB aqui, que a UFMT nos ofertou o curso, e lá em nosso curso, vimos a LDB, ali os PCNs, né? Então, todo esse documento nos foi apresentado de uma forma pra gente já estar a par do que a docência cobra de um bom professor, tanto na base teórica quanto na prática. E aí, quando eu concluí o meu curso, fui pra docência na rede municipal de ensino. | [...] vimos a LDB, ali os PCNs, né? Então, todo esse documento nos foi apresentado de uma forma pra gente já estar a par do que a docência cobra de um bom professor, tanto na | Relevância dos referenciais norteadores na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | <p>Eu iniciei em 2015, no segundo ano do Fundamental 1. E lá, os professores iniciantes e os que já estavam também, os veteranos, nós tínhamos a formação do Pacto, porque o município sempre ofertou para nós as formações. E lá também já nos foram apresentados outros documentos, porque as coisas vão se atualizando, né? Mas a lei, em si, não vou me lembrar. Porém, nós fazíamos um curso baseado em lei, eles nos traziam a parte teórica, nós estudávamos a parte teórica e depois a gente ia pra prática. Tudo isso baseado na grade curricular do município. O município, pelo que eu pude perceber, sempre tem a base nacional com a adaptação do município da nossa realidade. Então, essa formação nos foi ofertada, reforçando tudo aquilo que a gente viu na faculdade, com melhorias, mostrou-se muito conhecimento, a gente trabalhar em sala de aula, para a gente ter base para conversar com os pais, para a gente ter base para como proceder em sala de aula, como quando eu tenho meu aluno, eu recebo ali 25, 26 alunos, eu tenho que ter aquele olhar de, os meus alunos, quem são os alunos bons, quais são os meus alunos que têm problema no ensino aprendido, qual é aquele meu aluno que está excelente, que precisa ser, não pode ser esquecido, ele precisa ser também visto, precisa ter atividades pra ele. Então, isso, acredito que a questão de leis começa por ali.</p> | <p>base teórica quanto na prática.</p> | |
| P3 | <p>Conheço, no momento não lembro os nomes, mas tenho conhecimento, o porquê eles existem e as orientações que neles também existem. E sempre que a gente vai realizar uma avaliação, a gente entende a importância de saber o porquê está acontecendo aquela avaliação naquele momento na escola. Então sempre tem uma orientação sim, seja avaliação municipal, estadual ou federal, sempre estamos cientes do que vai ser cobrado neste momento. Tem sim as legislações orientativas, as diretrizes, mas neste momento não lembro o nome, mas tenho este conhecimento.</p> | <p>[...] tenho conhecimento, o porquê eles existem e as orientações que neles também existem. E sempre que a gente vai realizar uma avaliação, a gente entende a importância de saber o porquê está acontecendo aquela avaliação naquele momento na escola.</p> | <p>Relevância dos referenciais norteadores na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem</p> |
| C3 | <p>Sim. Positivo pelo fato de você acompanhar ali o desenvolvimento do adolescente e da criança e dali você organizar umas estratégias e metas para ir acompanhando esse processo avaliativo dos alunos. Não só os alunos, mas de todo um conjunto da escola e principalmente do professor que acompanha esse processo.</p> | <p>Sim. Positivo pelo fato de você acompanhar ali o desenvolvimento do adolescente e da criança e dali você organizar umas estratégias e metas para ir acompanhando esse processo avaliativo dos alunos. Não só os alunos, mas de todo um conjunto da escola e principalmente do professor que acompanha esse processo.</p> | <p>Relevância dos referenciais norteadores na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem</p> |
| <p>O que você destacaria nestes documentos, ou seja, quais seriam, independente se positivos ou negativos, os pontos principais destes documentos?</p> | | | |
| P1 | <p>O Fundeb tem pontos positivos, no qual ele nos dá um embasamento, nos fornece a lei, né, que é a lei do Fundeb, porém ele nos dá um norte, ele vai nortear o que eu tenho que fazer, o que nós como escola temos que fazer... como instituição de ensino tem a fazer. Eu acredito que aí que está a questão por que as unidades escolares, a instituição de ensino, tem que alinhar essa lei, para que flua bem. Por exemplo: eu tenho que alinhar mais a escola, a comunidade escolar, pais... então, tem que ser, é uma coisa mais elaborada, mais unidos e juntos. Eu acredito, assim, que, se todos caminharem juntos, a educação, o ensino, só tem a melhorar.</p> | <p>[...] o Fundeb tem pontos positivos, no qual ele nos dá um embasamento, nos fornece a lei [...], ele vai nortear o que eu tenho que fazer, o que nós como escola temos que fazer... como instituição de ensino tem a fazer.</p> | <p>Relevância dos referenciais norteadores na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem</p> |
| P2 | <p>Então, no meu entendimento da documentação, para nós, enquanto professores que planejamos, ele é o nosso norte. Nós temos os conteúdos, os eixos que nós precisamos trabalhar, o município organizou por trimestre as habilidades que precisam trabalhar nas disciplinas. Mesmo que o objetivo seja trabalhar com interdisciplinaridade, considerando a avaliação, foi feita essa organização por trimestre. Então, o nosso norte é o documento para a gente ver o que eu preciso trabalhar no primeiro trimestre. Então, toda a rede municipal vai trabalhar esses conteúdos, essas habilidades no primeiro trimestre, porque o município tem a avaliação educacional, que vai avaliar, da mesma forma, todas as escolas da rede municipal. Então, a gente precisa assegurar que esse conteúdo foi trabalhado em todas as escolas, para não cobrar um conteúdo que não foi trabalhado naquela escola. Então, eu vejo isso como um ponto positivo na nossa rede, porque o aluno tem assegurado que aquele conteúdo foi trabalhado, que aquele conteúdo, pelo menos, ele viu, ele foi apresentado para ele, mesmo</p> | <p>[...] no meu entendimento da documentação, para nós, enquanto professores que planejamos, ele é o nosso norte. Então, eu vejo a importância do DRC para nós. Ele rege, ele nortearia o professor para fazer o planejamento anual. O professor precisa ter uma compreensão ampla do planejamento dele.</p> | <p>Relevância dos referenciais norteadores na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem</p> |

| | | | |
|-----------|--|--|---|
| | <p>que ele não tenha sido consolidado, mas o aluno conseguiu ter contato com esse conteúdo. Nós temos mesmo nisso professores novos, professores que não conhecem a realidade do município. Então, sempre tem que ter esse cuidado quando eu penso nesse monitoramento, nesse documento, então, a parte da equipe gestora da escola que precisa acompanhar. Nem todos os professores da rede conhecem, nem todos os professores da rede estão acostumados com a metodologia que o município explora e isso são desafios que acabam acontecendo nas escolas. Nós temos também o fluxo dos alunos que acaba afetando bastante essa questão da avaliação e do monitoramento, porque alguns alunos ficam em uma escola num trimestre e no outro já estão em outra escola. Pensando nessa migração deles também, que tem a questão da organização dos conteúdos. Então, se o aluno for transferido de uma unidade para outra, mas é a rede, então o conteúdo que vai ser trabalhado no trimestre permanece e depois, quando conclui aquele trimestre, o aluno é avaliado e segue a organização do trimestre. Eu vejo isso como um ponto positivo, enquanto o aluno está na rede municipal. Então, eu vejo a importância do DRC para nós. Ele rege, ele norteia o professor para fazer o planejamento anual. O professor precisa ter uma compreensão ampla do planejamento dele. A parte principal que eu vejo do planejamento do professor é o diagnóstico da turma, porque a partir disso ele vai conseguir trabalhar durante todo o ano, mesmo que tenha aluno novo, mesmo que tenha mudança, a partir desse diagnóstico que o professor vai trabalhar. E sempre vai estar voltando nessas habilidades. O que eu vejo assim, que no nosso município nós precisamos avançar ainda, é a questão das habilidades, porque, mesmo você estudando, mesmo você acompanhando, nós temos as habilidades do primeiro ao quinto, do terceiro ao quinto e as específicas do ano, que no meu caso é o quarto. Então, é muita habilidade. Vêm os eixos da... o que a gente mais foca pra avaliação hoje na rede municipal do Fundamental 1 é língua portuguesa, matemática e língua inglesa. E depois tem as atividades avaliativas de área do Fundamental 2, a partir do sétimo, acho que é de sexto, sétimo. Então, o que a gente foca na avaliação do quarto ano, que é a minha realidade, é português e matemática. Então, eu vejo que são muitas habilidades de língua portuguesa, e tem algumas que eu tenho que consolidar, então eu preciso ter clareza o que eu tenho que focar e o que eu só vou apresentar para o aluno, mas ele tem tempo para consolidar. E são coisas que eu tenho que produzir, tem coisas que o aluno tem que se expressar e tem coisas que ele precisa registrar. E tudo isso em um ano.</p> | | |
| C2 | <p>Para se obter um ensino de equidade em uma unidade escolar, é preciso seguir documentos que norteiam a educação em um caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens, que são essenciais para garantir o cumprimento de todas as normas, etapas e modalidades da Legislação que contempla a Educação Básica. Para tal temos a BNCC, que tem como pressupostos legais a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), o Plano Nacional de Educação 2014/2024, a Lei da Reforma do Ensino Médio e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Ensino Médio, o PPP (Projeto Político-Pedagógico) e o DRC (documento referência curricular), esses documentos são imprescindível para o planejamento escolar e pedagógico, para que a escola possa assegurar um ensino-aprendizado com equidade. De meu ponto de vista, não tem pontos negativos.</p> | <p>Para se obter um ensino de equidade em uma unidade escolar é preciso seguir documentos que norteiam a educação em um caráter normativo.</p> | <p>Relevância dos referenciais norteadores na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem</p> |
| P3 | <p>O nível de aprendizagem de cada criança, a diversidade do jeito do professor trabalhar, através das questões que ali aparecem nas avaliações de monitoramento, onde o aluno, muitas vezes, é visual, outras vezes auditivo, outra vezes ele gosta de manipular. Então é preciso que o aluno saiba o que se quer. E a questão da diversidade, um olhar, o monitoramento seja não para deixar as crianças sentindo-se mal, mas, sim, para mostrar que elas podem melhorar, destacar os pontos que ainda precisam ser mais trabalhados. Então o professor, através da avaliação, logo quando ele recebe os resultados, ele já observa onde precisa melhorar. Qual o ponto ainda está com dificuldades? Quais os alunos que ainda não atingiram os resultados esperados? Então, no meu ponto de vista, esse monitoramento tem, sim, um olhar tanto para o aluno, quanto para o professor, na aprendizagem geral.</p> | <p>O nível de aprendizagem de cada criança, [...] um olhar, o monitoramento seja não para deixar as crianças sentindo-se mal, mas, sim, para mostrar que elas podem melhorar, [...] Qual o ponto ainda está com dificuldades? Quais os alunos que ainda não atingiram os resultados esperados?</p> | <p>Propósito do monitoramento da aprendizagem</p> |
| C3 | <p>Tendo em vista os pontos positivos e negativos desse acompanhamento, eu destaco como de negativo a competitividade que fica entre as escolas. Percebe-se assim que, quando sai esses resultados dessas aprendizagens, parece que começa uma</p> | <p>[...] o processo pedagógico precisa acontecer e esse acompanhamento, é através dele que a gente</p> | <p>Intervenção pedagógica baseada em dados de</p> |

| | | | |
|--|---|--|---|
| | competição entre si e isso prejudica muito, tendo em vista que nós temos uma rede para olhar ao todo. De positivo, todo o processo pedagógico precisa acontecer e esse acompanhamento, é através dele que a gente vai norteando as novas possibilidades de aprendizagem dos nossos educandos. | vai norteando as novas possibilidades de aprendizagem dos nossos educandos. | monitoramento da aprendizagem |
| Perguntas adicionais: | | | |
| 1.1 São apresentados em REDAÇÃO objetiva, de forma que pela leitura dos mesmos ficam esclarecidos aspectos como: (A) o que deve ser executado, (B) quais são as condições necessárias para a execução, (C) como avaliar a eficiência da execução e (D) qual é o seu papel (professor, coordenador, diretor) neste processo? | | | |
| P1 | Sim, ela mostra como executar e nos fornece as condições necessárias para a execução. Mas o executar... será que vai ser executado? Quanto ao papel do professor, ela apresenta, coloca qual é o nosso papel enquanto professor. | Sim, ela mostra como executar e nos fornece as condições necessárias para a execução. Mas o executar... será que vai ser executado? Quanto ao papel do professor, ela apresenta, coloca qual é o nosso papel enquanto professor. | Desafios na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem |
| C2 | Olha, sim. Então, eu vou responder conforme me foi apresentado estas documentações, já que eu trabalhei na alfabetização. Porque, quando nos foi apresentada esta documentação mais detalhada, ela sempre vem em forma de informação. Ou uma informação a mais, entende? Não me foi, assim, proporcionado, olha, essa aqui é a lei que você vai fazer um mapeamento dos seus alunos, e você vai repetir isso, isso e isso. Não. Pra mim foi apresentado em forma de informação, lá nos foi oferecido, através de <i>slides</i> . Você vai fazer a sondagem do seu aluno, você vai ter o PS, você vai ter o silábico alfabético, silábico com valor e o alfabético. Tudo isso nos foi oferecido de uma forma bem lúdica, dizendo para nós, nos norteando certinho, como você identificar o que é o PS com base teórica, que a Maria Montessori, com base teórica, com exemplos, nos exemplificando como a gente ia identificar o nível de cada criança e, após essa identificação, como nós poderíamos trabalhar com essas crianças para elevar o nível delas. E aí, quando nós voltamos para a sala de aula, então tínhamos a continuidade desse trabalho com o coordenador. Por exemplo, na primeira vez que fui fazer a sondagem dos meus alunos, tinha dúvidas, além de recorrer ao documento que me foi oferecido, tinha também o meu coordenador, ele sempre estava tirando as dúvidas, auxiliando ali na hora que era necessário, tanto pra ver qual nível da criança tá, qual a meta, qual a ação que eu poderia trabalhar com aquela criança, que material eu poderia construir com aquela criança pra ajudá-lo, porque a gente sempre tá pensando no melhor pra sua turma. Quando o professor pega uma turma, ele terá no mínimo quatro níveis em turma de aprendizagem. E aí, a princípio, o primeiro, assim, é você ficar assustado. Meu Deus, né? O que eu vou fazer? Esse aluno não sabe ler. O que nos assusta mesmo é o PS. Porque o PS, ele não é assim só porque ele não tem só o conhecimento da escrita ou da leitura. Ele não tem conhecimento ainda das leis do social, de mundo. E aí é aquela criança mais mimada, uma criança que tem uma mentalidade menos avançada que os outros. Mas aí que entra a importância do mapeamento e daquela parte que a gente que nos foi apresentado o documento. E eu procurei colocar tudo em prática o que aprendi lá. É claro que, com o decorrer do tempo, com a sua experiência, só de você olhar a criança e você pensar: isso aí eu já sei o que quer. Eu faço o mapeamento assim. E aí, lembrando assim também, durante todos esses oito anos que eu estou na docência, fiquei muito tempo na alfabetização. Eu pude perceber que, por mais que a criança seja PS ou Silábico sem valor ou com valor, eles são de níveis diferentes ainda. Dentro desse nível, você entendeu? Cada um tem a sua forma de aprender, tem o seu tempo e tem o seu processo de pensamento, também de comportamento. A criança mais tímida, aquela que fica mais quietinha, ela aprende mais devagar. E aquela imperativa, ela chama muita atenção, você vai mais atrás, né? Eu sou uma professora pesquisadora, então, de repente, a minha resposta não seja do grupo grande. Mas eu não consigo só ler uma base teórica, eu sou auditivo, e mesmo eu lendo uma lei, que ele tem figuras, a maioria das leis não tem, elas são só letras, eu preciso pesquisar mais. É como se meu cérebro sempre precisasse de algo pra realmente afirmar que aquilo ali que eu entendi, porque a gente lê uma coisa e tem um entendimento. [...] Na verdade, não é que o documento não nos norteia. De repente tem gente que tem mais facilidade em ler um documento e já entender. Mas é que, quando se dá só teoria, teoria, leitura, eu sozinho, sem ser compartilhado em grupo, dificulta um pouco o entendimento. Porque, quando você faz a leitura ali, você lê, tá, entendeu. Quando você vai na prática, você tem dúvidas. | [...] eu não consigo só ler uma base teórica, eu sou auditivo, e mesmo eu lendo uma lei, que ele tem figuras, a maioria das leis não tem, elas são só letras, eu preciso pesquisar mais. É como se meu cérebro sempre precisasse de algo pra realmente afirmar que aquilo ali que eu entendi, porque a gente lê uma coisa e tem um entendimento. [...] Na verdade, não é que o documento não nos norteia. De repente tem gente que tem mais facilidade em ler um documento e já entender. Mas é que, quando se dá só teoria, teoria, leitura, eu sozinho, sem ser compartilhado em grupo, dificulta um pouco o entendimento. Porque, quando você faz a leitura ali, você lê, tá, entendeu. Quando você vai na prática, você tem dúvidas. | Desafios na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem |

| | | | |
|---|--|--|---|
| | <p>Na verdade, não é que o documento não nos norteia. De repente tem gente que tem mais facilidade em ler um documento e já entender. Mas é que quando se dá só teoria, teoria, leitura, eu sozinho, sem ser compartilhado em grupo, dificulta um pouco o entendimento. Porque, quando você faz a leitura ali, você lê, tá, entendeu. Quando você vai na prática, você tem dúvidas. É a formação em grupo, seja ela lá na Secretaria ou aqui na escola, porque a gente também tem a sala do educador, né? Seja na escola ou aqui, ou quando a gente tá fazendo as rotinas com os professores. Quando eu iniciei, a gente também tinha muita leitura em grupo, sabe? Por exemplo, a minha coordenadora pegava lá todas as pessoas do segundo ano e a gente fazia a leitura das leis, que norteava que é algo que a gente tinha que fazer na sala de aula, em grupo. Era basicamente uma leitura, sabe? Só por fazer essa leitura em grupo, já tinha outro olhar, entendeu? Porque eu, em questão de ser humano eu, eu só ler, eu não consigo. Eu teria que ir algo mais, assim, mais. De repente tem gente que consegue ler, mas os documentos, eles são, assim, bem detalhados. Ah, eles são bem detalhados. As orientações que contêm nos documentos, elas dão conta. Se a pergunta for, se eu leio aqui, eu sei o que fazer? A resposta é sim. Os documentos nos dão esse norte.</p> | | |
| P3 | <p>Na verdade, estes documentos, acredito que os textos, muitas vezes, não são objetivos. Traz-se muitas coisas que ao ler pode ser interpretado de outra forma. Eu acredito que, se fosse mais objetivo, o professor teria uma melhor compreensão em executar a sua ação. Acredito que está chegando, novo na escola, está tendo muita dificuldade. Mas, como a escola já tem uma grande bagagem, então um vai ajudando o outro, vai passando, vendo o que está certo, o que não está certo. Então essa ajuda contribui muito os que estão por aqui chegando. E nós, no caso eu que já estou há mais tempo, também tenho dificuldades, sim, para interpretar. Muitas vezes tem que buscar ajuda para saber o que realmente se quer. Então, na verdade, a avaliação tem que ter uma linha correta, é isso que eu devo seguir, é isso que se quer. Então não pode é confundir a cabeça, porque aí acontece que os resultados não são legais. Então eu acredito que se tem uma linha de pensamento onde você saiba qual o caminho a seguir, com certeza os resultados serão bem melhores. Nem todos são difíceis, mas tem alguns que a interpretação é mais complicada. Tem alguns que eu acho que, como ela é mais objetiva, dando aquilo que se quer é mais fácil para compreender.</p> | <p>[...] acredito que os textos, muitas vezes, não são objetivos. Traz-se muitas coisas que ao ler pode ser interpretado de outra forma. Eu acredito que, se fosse mais objetivo, o professor teria uma melhor compreensão em executar a sua ação. Muitas vezes tem que buscar ajuda para saber o que realmente se quer.</p> | <p>Desafios na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem</p> |
| C3 | <p>É um trabalho, é um estudo que precisa sim de mais esclarecimentos em algumas etapas. Percebe-se que devido a gente ter um tempo maior de conhecimento na atual profissão, a gente já tem essa bagagem. Portanto, o novo profissional, ele precisa de todo esse subsídio. Quando você tem um documento que ele tem todas, esse embasamento fica de melhor compreensão. Não seria um passo a passo, mas algo mais esclarecedor para que a pessoa que está iniciando sobre o seu processo na carreira compreenda melhor, tendo em vista que nós temos muitos profissionais novos na rede, de outras realidades e precisa de todo esse subsídio.</p> | <p>[...] é um estudo que precisa sim de mais esclarecimentos em algumas etapas. Quando você tem um documento que ele tem todas, esse embasamento fica de melhor compreensão. [...] algo mais esclarecedor para que a pessoa que está iniciando compreenda melhor.</p> | <p>Desafios na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem</p> |
| 1.2 Quais seriam os principais pontos positivos que você destacaria destes documentos? Justifique sua escolha. | | | |
| C2 | <p>Então, o ponto positivo, do meu ponto de vista, eu acredito que é porque nem toda escola, cidade, eles têm esse hábito de fazer as formações. Então, o professor precisa receber, enquanto inicia a sua vida docente, é um documento para se nortear. O positivo é que ali vai estar descrito tudo o que ele deve fazer, ou o que não deve fazer na sala de aula.</p> | <p>Então, o professor precisa receber, enquanto inicia a sua vida docente, é um documento para se nortear. O positivo é que ali vai estar descrito tudo o que ele deve fazer, ou o que não deve fazer na sala de aula.</p> | <p>Relevância dos referenciais norteadores na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem</p> |
| P3 | <p>Os pontos positivos é que, agora, a gente tem um mapeamento de como as crianças estão realmente. A gente consegue identificar qual o nível de aprendizagem da turma, da escola, do município.</p> | <p>Os pontos positivos é que, agora, a gente tem um mapeamento de como as crianças estão realmente. A gente consegue identificar qual o nível de aprendizagem da turma, da escola, do município.</p> | <p>Intervenção pedagógica baseada em dados de monitoramento da aprendizagem</p> |
| C3 | <p>De ponto positivo é que ele tem que ficar ali registrado para que os demais venham a analisar, a pontuar algo a se melhorar, porque todo o documento precisa ser analisado, observado, e as mudanças precisam acontecer ao longo do tempo. E esses registros são de</p> | <p>De ponto positivo é que ele tem que ficar ali registrado para que os demais venham a analisar, a</p> | <p>Relevância dos referenciais norteadores na implementação do</p> |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | suma importância. A gente buscando alguns dados ali do próprio Saeb, a gente vê todo esse processo de acompanhamento que tem em relação às escolas, aos municípios, então isso é muito importante, essas pesquisas. | pontuar algo a se melhorar, porque todo o documento precisa ser analisado, observado, e as mudanças precisam acontecer ao longo do tempo. E esses registros são de suma importância. | sistema de monitoramento da aprendizagem |
| 1.3 Quais seriam os principais pontos negativos que você destacaria destes documentos? Justifique sua escolha. | | | |
| C2 | O negativo é que, se você realmente seguir por pontos e vírgulas o que está no documento, você pode, talvez não seria a palavra certa, pecar, mas cometer o erro de avaliar uma criança errada, fazer uma avaliação errada. Por quê? Porque a criança, igual eu falei, cada criança tem o seu jeitinho, sua forma de aprender. Lá, quando ele fala, ele fala de uma forma só. Não sei se você consegue me compreender. E, se eu seguir o documento e fizer o meu mapeamento, igual se for ali através da escrita, fizer a hipótese da escrita com a criança, aquele dia, aquela criança pode ser que ela não esteja num bom momento, pode ser que ela esteja com um problema pessoal em casa, porque as crianças também têm seus problemas em casa. Não os problemas seus, porém elas pegam os problemas dos pais. Então, naquele dia, minha criança não está bem. Ah, mas eu peguei, ó, eu vou citar um exemplo pra você entender melhor. Eu vou lá e faço as hipóteses da escrita da minha sala. Tranquilo, eu dou pra você avaliar. Ai você vai falar assim: mas esse aluno aqui, ele é tal, eu falo, olha, coordenadora, eu conheço esse aluninho, ele não conseguiu acertar, mas eu sei que ele sabe, porque aqui no dia a dia ele lembra a mim. Eu vejo a escrita dele, então posso refazer? Então, o professor sempre tem que ter esse olhar, entendeu? De repente, eu sempre falo com os meus professores, e a gente, enquanto professora, a gente também pensa, o professor tem que conhecer seu aluno, sabe? Ele tem que respeitar o documento, porém ele tem que saber qual... Eu sempre brinco com vocês, aquela arte que aconteceu na sala, você já sabe até quem foi. Da mesma forma, no ensino-aprendizagem, o professor tem que ter esse olhar para cada criança. Então, esse seria o ponto negativo, se você olhar apenas a parte teórica, você pode cometer um erro e já avaliar uma criança erradamente. | O ponto negativo, se você olhar apenas a parte teórica, você pode cometer um erro e já avaliar uma criança erradamente. | Desafios na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem |
| P3 | E os pontos negativos, como falei anteriormente, é a questão da interpretação do documento, que deveria ser mais objetivo, para que o professor que chegue novo, ou mesmo nós, tenhamos uma melhor compreensão, seguindo uma linha onde todos possam compreender mesmo. | [...] é a questão da interpretação do documento, que deveria ser mais objetivo. | Desafios na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem |
| C3 | A forma de como é elementar ali... eu sei que destaca-se algumas coisas, que é a questão socioeconômica que evidencia todo esse processo, mas ainda é a forma de como está sendo trabalhado com esses dados, da forma como estão sendo analisados e aplicados esses resultados. | A forma de como é elementar ali... eu sei que destaca-se algumas coisas, que é a questão socioeconômica que evidencia todo esse processo, mas ainda é a forma de como está sendo trabalhado com esses dados, da forma como estão sendo analisados e aplicados esses resultados. | Desafios na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem |

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Evidenciamos, no Quadro 20, o movimento que levou à constituição das Unidades de Registro com base na metodologia da Análise de Conteúdo, amparada pelo aporte teórico que estrutura esta pesquisa. Para a constituição das Unidades de Registro, as respostas dos professores passaram por preparação, onde foram transcritas, organizadas e, na sequência, foi realizada a leitura flutuante, que oportunizou à pesquisadora a apropriação dos dados produzidos neste processo.

Posteriormente a essa fase, procedeu-se à aplicação da segunda fase da exploração do material, realizando-se a leitura aprofundada, constituindo os excertos que, sob a percepção da pesquisadora, corroborarão os objetivos da pesquisa. Assim, das respostas dos professores e coordenadores pedagógicos, extraímos os excertos destes e chegamos às Unidades de Contextos, a partir das quais procedemos para as Unidades de Registro, as quais apresentamos especificamente no Quadro 21:

Quadro 21: Unidades de Registro – Tópico II.

| Nº | UNIDADE DE REGISTRO | Freq. |
|----|--|-------|
| 01 | Desafios na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem | 9 |
| 02 | Intervenção pedagógica baseada em dados de monitoramento da aprendizagem | 2 |
| 03 | Propósito do monitoramento da aprendizagem | 2 |
| 04 | Relevância dos referenciais norteadores na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem | 8 |

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Conforme registrado no Quadro 21, as respostas dos professores e coordenadores pedagógicos registradas no Tópico II constituíram-se em quatro Unidades de Registro. Com maior frequência, revelando-se em 9 respostas, a Unidade de Registro que destaca os desafios na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem, ou seja, as dificuldades enfrentadas no processo de implementação de políticas públicas de monitoramento da aprendizagem nos sistemas de ensino, desponta nesta etapa da Análise de Conteúdo, trazendo reflexões que permeiam a formação de professores, a estrutura dos documentos e as diretrizes norteadoras, até a subjetividade encontrada em legislações e documentos oficiais que regem os processos de monitoramento da aprendizagem.

Para a próxima etapa, traremos as evidências produzidas por intermédio das questões do Tópico III. Seguindo a mesma metodologia, apresentamos o movimento de constituição das Unidades de Registro referente às respostas dos professores participantes da pesquisa registradas no Tópico III, conforme demonstra o Quadro 22:

Quadro 22: Constituição das Unidades de Registro – Tópico III.

| ID | RESPOSTA NA ÍNTEGRA | UNIDADES DE CONTEXTO | UNIDADES DE REGISTRO |
|----|--|--|--|
| P1 | Eu acredito que esse sistema de avaliação e monitoramento, ela tem que ser feita mesmo, tem que ser feito esse monitoramento de aprendizagem dos alunos, é preciso estar de olho, sempre vendo o que o aluno aprendeu, como disse anteriormente. Como existe uma | Eu acredito que esse sistema de avaliação e monitoramento, ela tem que ser feita mesmo, tem que ser feito esse | Propósito do monitoramento da aprendizagem |

| | | | |
|-----------|--|---|---|
| | lei do aprendizado, tem que embasar na lei, mas tem que ter os parâmetros da Secretaria de Educação para que esteja monitorando os alunos, para ver se realmente este aprendizado foi concluído ao chegar no final do ano. Será que obteve um mérito, uma conclusão daquele aprendizado esperado? | monitoramento de aprendizagem dos alunos, é preciso estar de olho, sempre vendo o que o aluno aprendeu, como disse anteriormente. | |
| C1 | A DRC do município foi implementada em 2019. De lá para cá, estamos tentando fazer as adaptações, então ela está sendo implementada ainda hoje. Se eu colocar um exemplo, agora sobre a prova do IDEB, nós tivemos que debriçar sobre os descritores, e não em cima das habilidades que traz o DRC, porque o governo federal vai cobrar em cima desses descritores. | A DRC do município foi implementada em 2019. De lá para cá, estamos tentando fazer as adaptações, então ela está sendo implementada ainda hoje. | Evidências da implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem |
| C2 | Então, esse mapeamento, que é o monitoramento, nós utilizamos termos diferentes, ele realmente se dá desde 2019, porém esse ano ele é mais acentuado, porque eles estão tendo um olhar diferenciado por causa das mudanças de meios federais que ocorreram, né? Mas o que... até o ano passado, digamos assim, ele acontecia da mesma forma, porém o que mudou para esse ano é a forma como eles estão fazendo a devolutiva. Antes ela se dava de uma forma muito tímida, tinha a devolutiva, porém de uma forma tímida. Nós repassamos para os professores, porém, e esse ano a devolutiva vem com uma motivação diferenciada. Para quê? Para que nós, enquanto coordenadores, consigamos motivar nossos professores a sempre melhorar. A partir do que agora eles estão tendo um olhar assim para cada escola, até mesmo para cada turma. Eles querem saber por que que na sua escola, exemplo, na minha escola, eu tenho nove turmas do quinto ano, eu tenho seis turmas que estão acima da média da rede, mas eu tenho quatro turmas abaixo da rede. Por quê? Agora, está tendo um olhar diferenciado. Esse mapeamento, na verdade, não veio para punir ou para apontar o professor. Claro que aquele professor que está só de braços cruzados também vai ter que se movimentar. Mas, assim, a princípio, o objetivo é verificar o que está acontecendo de falta nesse professor. Será que está faltando formação para esse professor? Será que falta motivação? Será que esse professor está com problema pessoal? Que metodologia ele está usando? Quem são esses alunos? De onde esses alunos vieram? Eles são alunos da escola, de outra cidade? Então várias perguntas surgiram nesse movimento deste ano. É o mesmo, porém com outro olhar. A devolutiva veio diferenciada esse ano, para nós, que fez todo mundo pensar. Até então eu estou achando que ele está sendo muito positivo. Positivo pra quem? Pra quem a gente está aqui? Para as crianças. As crianças estão ganhando muito com isso. Porque, até então, achava-se que... Ah, esse professor é bom. Ele tem perfil de um professor bom. Só que, quando vem uma primeira turma dele, o aluno não está evoluindo. E tirar também, assim, vícios de que a gente achou que professores que não têm o perfil, ali certinho, corretinhos, não eram bons. No mapeamento mostra que o professor, ele era bom, entendeu? Então, assim, trouxemos vários olhares que não tínhamos até então. | A partir do que agora eles estão tendo um olhar assim para cada escola, até mesmo para cada turma. Eles querem saber por que que na sua escola, exemplo, na minha escola, eu tenho nove turmas do quinto ano, eu tenho seis turmas que estão acima da média da rede, mas eu tenho quatro turmas abaixo da rede. Por quê? Agora, está tendo um olhar diferenciado. O objetivo é verificar o que está acontecendo de falta nesse professor. Será que está faltando formação para esse professor? Será que falta motivação? Será que esse professor está com problema pessoal? Que metodologia ele está usando? Quem são esses alunos? De onde esses alunos vieram? Eles são alunos da escola, de outra cidade? Então várias perguntas surgiram nesse movimento deste ano. É o mesmo, porém com outro olhar. A devolutiva veio diferenciada esse ano, para nós, que fez todo mundo pensar. | Propósito do monitoramento da aprendizagem |
| P3 | Eu acredito que esse monitoramento, ele veio para mostrar realmente como que está a aprendizagem dos alunos. Eu acho muito válido, mas eu acredito também que tem que ter uma formação realmente onde que não está se conseguindo atingir. Porque cobrar é fácil, monitoramento é cobrar como que a escola está evoluindo, mas de que forma o professor que não está conseguindo, a escola que não está conseguindo tem esse respaldo, esse acompanhamento, eu acho isso muito importante porque às vezes é um simples toque alguma coisa que alguém vai falar, que a escola vai | Eu acredito que esse monitoramento, ele veio para mostrar realmente como que está a aprendizagem dos alunos. | Propósito do monitoramento da aprendizagem |
| | | Eu acho muito válido, mas eu acredito também que tem que ter uma formação realmente onde que não está se conseguindo atingir. Porque cobrar é fácil, | Propósito do monitoramento da aprendizagem |

| | | | |
|----|---|--|---|
| | | das habilidades, em preparação a essas avaliações. | |
| P2 | Então, tem essa organização da avaliação ser elaborada por uma equipe específica de professores que estão atuando em sala, eu acho isso muito positivo, porque as questões que são selecionadas para avaliação, elas são construídas, elaboradas pelos professores da rede municipal, sempre considerando as habilidades trabalhadas, então, gradativamente vai melhorando, adaptando, mudando o que precisa para ficar sempre melhor para a aprendizagem do aluno. A partir de janeiro de 2023, essa equipe da avaliação é uma equipe fixa, que fica uma equipe exclusiva para elaborar itens para avaliação. Então, e é tudo muito transparente, tem o acompanhamento da assessoria e tem uma outra equipe também de professores da rede municipal para validar essas questões. | Então, tem essa organização da avaliação ser elaborada por uma equipe específica de professores que estão atuando em sala, eu acho isso muito positivo, porque as questões que são selecionadas para avaliação, elas são construídas, elaboradas pelos professores da rede municipal, sempre considerando as habilidades trabalhadas, | Participação do professor no processo de monitoramento da aprendizagem |
| | | A partir de janeiro de 2023, essa equipe da avaliação é uma equipe fixa, que fica uma equipe exclusiva para elaborar itens para avaliação. Então, e é tudo muito transparente, tem o acompanhamento da assessoria e tem uma outra equipe também de professores da rede municipal para validar essas questões. | Evidências da implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem |
| C2 | Então, eu estava em sala até 2021. Até 2021, ela se dava, como eu disse antes, em uma forma muito tímida. Eu não me recordo de ter tido, de eu ter visto uma devolução da minha turma. Por exemplo, acredito que até então era passado para a equipe gestora e a equipe gestora não tinha esse olhar de nos repassar, né? De nos dar essa devolutiva. Enquanto professora também, eu não tive a curiosidade de ir atrás e perguntar: e aquela prova, né? Como é que a gente foi e tal? Já quando eu entrei na coordenação, em 2022, eu já participei, como diziam, do lado de cá, né? E lá, em 2022, quando foi me feito a devolutiva, já fui orientada. 2021, não posso dizer, porque não fiz a parte. Mas em 2022, eu posso dizer que, quando foi feito pra nós a devolutiva, a orientação, a sugestão foi que nós mostrássemos para o professor, comparasse com ele, tivesse esse olhar, porque que turma tal está com nota tal, está no nível tal, e essa não, que a gente mapeasse o que estava acontecendo em cada turma e ajudasse o professor. Em 2023, agora o movimento já está mais amplo, até eu vejo que as ações, elas aumentaram. [...] E essa avaliação, quem oferece para nós é a Secretaria de Educação, ela vem pronta, nós aplicamos, desenvolvemos e eles fazem o mapeamento da sala. Nós fazemos avaliação, eles dão a devolutiva e aí eles já indicam, ó, o tal descritor, essa turma está com dificuldade em tal descritor. É bem detalhado. Essa é uma devolutiva bem detalhada. Tem até, inclusive, os alunos que não conseguem atingir a habilidade tal. Porque ali tem o alinhamento entre habilidade e descritor. Por causa da IDEB a gente está falando mais de descritor. Mas ele é alinhado com nossas habilidades da DRC. Então, o tal aluno, no quinto A, tem 10 alunos que não obtiveram ainda contemplar habilidades 5, inclusive no nome das crianças. Então, você está tendo um olhar diferenciado para o aluno, para positivamente, tanto para a coordenação, quanto para os professores, e quem se beneficia são as crianças. Aí as ações. O que acontece | Em 2023, agora o movimento já está mais amplo, até eu vejo que as ações, elas aumentaram. [...] E essa avaliação, quem oferece para nós é a Secretaria de Educação, ela vem pronta, nós aplicamos, desenvolvemos e eles fazem o mapeamento da sala. Nós fazemos avaliação, eles dão a devolutiva e aí eles já indicam, ó, o tal descritor, essa turma está com dificuldade em tal descritor. É bem detalhado. Essa é uma devolutiva bem detalhada. Tem até, inclusive, os alunos que não conseguem atingir a habilidade tal. | Evidências da implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem |

| | | | |
|-----------|---|---|--|
| | <p>quando você mostra detalhadamente o mapeamento do seu grupo? Claro, que eu, enquanto professora, estou numa turma que estou abaixo da média geral, porque instituiu-se a média geral no município, e aí a minha turma está abaixo da média. Eu, enquanto professora, eu penso que fui atrás, busquei pela minha coordenadora, busquei na internet, enfim, me transformei um professor pesquisador, de qual forma eu poderia melhorar o nível da minha turma. Opa, parece que vocês sabem, opa, como assim a minha turma, meus alunos? Mas eu achei que meus alunos sabiam, mas eles não sabem, porque, se eles soubessem, eles estariam iguais à outra turma. E aí, ações como agrupamentos disponíveis, claro, o lúdico... aí o lúdico foi lá em cima, né? Tudo que os professores veem de novo, que pode ajudar, eles estão trazendo para a sala de aula. Na alfabetização, muito concreto. E aqui no quinto ano, que é última série dos anos iniciais, a parte do concreto, ela se perde um pouco, porque as crianças, além de não quererem mais, elas estão em outro nível, elas não estão em nível tecnológico. Então, os professores estão investindo mais em tecnologia. E agora nós, com as formações que nós tivemos esse ano, também vamos resgatar algumas ações que a gente fazia lá, até quando ele estudava, e que se perdeu com o tempo, né? Que nem as famosas gincanas. Claro, as gincanas, elas serão, elas serão, serão oferecidas de acordo com a realidade de hoje, né? Mas aí o aluno vai ter uma atividade para diversão e uma atividade para brincadeiras, para diversão mesmo. Porque o objetivo é que a criança aprenda brincando.</p> | | |
| P3 | <p>Sim, eu identifico sim, ela começou com muitas dificuldades, ninguém queria participar, primeiramente porque monitorar a aprendizagem não é fácil, é algo muito difícil, mais ainda quando você vai monitorar aprendizagem de uma rede, né, então assim é complicado. E vejo assim, uma das ações importantíssimas nesse processo é a conversa entre os professores, os pares, para que também quem for fazer esse monitoramento consiga entender onde está o aluno, em que processo está cada escola, porque, se quem está ali no meio ouvindo minha avaliação realmente, que a gente está fazendo, está dentro do nível da rede municipal? Eu vejo que vem crescendo sim, hoje está mais claro o que se quer. Por quê? Porque, na verdade, é mostrado para nós, através de gráficos, através de números, números e onde está o problema, aonde a pessoa precisa trabalhar. Então acredito que não está como a gente gostaria, mas que já está no caminho.</p> | <p>Sim, eu identifico sim, ela começou com muitas dificuldades, ninguém queria participar, primeiramente porque monitorar a aprendizagem não é fácil, é algo muito difícil, mais ainda quando você vai monitorar aprendizagem de uma rede, né, então assim é complicado.</p> | <p>Desafios na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem</p> |
| | | <p>E vejo assim, uma das ações importantíssimas nesse processo é a conversa entre os professores, os pares, para que também quem for fazer esse monitoramento consiga entender onde está o aluno, em que processo está cada escola, porque, se quem está ali no meio ouvindo minha avaliação realmente, que a gente está fazendo, está dentro do nível da rede municipal?</p> | <p>Participação do professor no processo de monitoramento da aprendizagem</p> |
| | | <p>Eu vejo que vem crescendo sim, hoje está mais claro o que se quer. Por quê? Porque, na verdade, é mostrado para nós, através de gráficos, através de números, números e onde está o problema, aonde a pessoa precisa trabalhar. Então acredito que não está como a gente gostaria, mas que já está no caminho.</p> | <p>Evidências da implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem</p> |
| C3 | <p>O processo acontece na escola a cada bimestre, na verdade, bimestralmente. Em algumas turmas ela está acontecendo mensalmente, no caso dos segundos e dos quintos, nos nonos anos, está acontecendo mensalmente. Nas demais turmas é por bimestre, trimestre. Então este processo está em evolução, tendo em vista que foi solicitado também para que tivesse um</p> | <p>Então este processo está em evolução, tendo em vista que foi solicitado também para que tivesse um processo formativo para esses professores que serão avaliados juntamente</p> | <p>Propósito do monitoramento da aprendizagem</p> |

| | | | |
|--|---|--|---|
| | <p>processo formativo para esses professores que serão avaliados juntamente com as suas turmas. Então, esse processo começou. Então, vamos ver até onde será. Na verdade, o professor, a equipe observa as turmas que estão sendo avaliadas, quais são as habilidades que foram elencadas como pontos negativos, as ações que precisam ser realizadas, as estratégias, o que fazer, o que conseguiu, o que se consolidou. Nesse sentido, é todo um processo de caminhada que tem que ser feito.</p> | <p>com as suas turmas. Então, esse processo começou. Então, vamos ver até onde será.</p> <p>[...] o professor, a equipe, observa as turmas que estão sendo avaliadas, quais são as habilidades que foram elencadas como pontos negativos, as ações que precisam ser realizadas, as estratégias, o que fazer, o que conseguiu, o que se consolidou. Nesse sentido, é todo um processo de caminhada que tem que ser feito.</p> | <p>Propósito do monitoramento da aprendizagem</p> |
|--|---|--|---|

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Seguindo o mesmo rigor metodológico, foram constituídas as Unidades de Contexto, que resultaram nas Unidades de Registro produzidas por intermédio das respostas de professores e coordenadores pedagógicos que participaram da pesquisa. Tais dados foram produzidos com base nas questões relacionadas ao Tópico III do roteiro de entrevista.

Na sequência, para melhor compreensão, dispomos, no Quadro 23, as Unidades de Registro resultantes da análise das respostas dos professores e coordenadores pedagógicos.

Quadro 23: Unidades de Registro – Tópico III.

| Nº | UNIDADE DE REGISTRO | Freq. |
|----|---|-------|
| 01 | Desafios na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem | 2 |
| 02 | Evidências da implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem | 6 |
| 03 | Participação do professor no processo de monitoramento da aprendizagem | 3 |
| 04 | Propósito do monitoramento da aprendizagem | 6 |

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

No Quadro 23, damos ênfase às Unidades de Registro referentes ao Tópico III, que trata da participação do professor no processo de monitoramento da aprendizagem implementado na Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT.

Foram confirmadas 04 Unidades de Registro, sendo evidenciadas maiores frequências das Unidades de Registro “Propósito do monitoramento da aprendizagem” e “Evidências da implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem”.

Na sequência, procedemos à análise das vozes dos professores e coordenadores pedagógicos sobre o Tópico IV, que trata da relação dos dados produzidos no monitoramento da aprendizagem com o desempenho matemático dos estudantes.

Quadro 24: Constituição das Unidades de Registro – Tópico IV.

| ID | PERGUNTAS E RESPOSTAS | UNIDADES DE CONTEXTO | UNIDADES DE REGISTRO |
|-----------|--|--|---|
| 8 | Ao observar os dados produzidos por intermédio da avaliação e monitoramento da Secretaria Municipal de Educação de Lucas do Rio Verde, período de 2019, 2021 e 2022, com foco na etapa de ensino correspondente ao que se destinou sua regência/coordenação pedagógica (4º e/ou 5º ano), especificamente no componente curricular de matemática, qual é a sua avaliação sobre estes resultados? | | |
| P1 | Então o que eu pude perceber sobre o que você me relatou sobre essa pergunta, esta avaliação feita pela SME no início do ano, ela foi bem positiva em relação à avaliação final. Mas nós temos que olhar o porquê. Essa primeira avaliação foi feita pós-pandemia e os alunos foram melhores do que na segunda, o porquê? Não seria uma opinião, porque a primeira avaliação foi uma prova escrita e a segunda avaliação foi feita uma prova pelo computador <i>online</i> . Então será que não houve essa divergência? Os alunos estavam realmente preparados pra fazer esse tipo de avaliação <i>online</i> ? Então assim é um ponto de vista meu. | Essa primeira avaliação foi feita pós-pandemia e os alunos foram melhores do que na segunda, o porquê? Não seria uma opinião, porque a primeira avaliação foi uma prova escrita e a segunda avaliação foi feita uma prova pelo computador <i>online</i> . Então será que não houve essa divergência? Os alunos estavam realmente preparados pra fazer esse tipo de avaliação <i>online</i> ? | Desafios na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem |
| C1 | Analisando primeiro o SAEB, a gente percebe que no ano de 2019 para 2021 houve uma queda muito grande. O que a gente atribui isso é a questão do período pandêmico que vivemos, ao qual os alunos, na maior parte do tempo, estavam estudando em casa, sem o monitoramento do professor. As avaliações feitas na escola, avaliação educacional, a gente percebe muitas vezes que, na primeira avaliação, os alunos têm um desempenho melhor. Eu vejo que isso se dá por causa da questão do nível de cada avaliação que é aplicada. A primeira que é aplicada é uma avaliação diagnóstica dos conteúdos que os alunos deveriam ter aprendido no ano anterior. Então os alunos conseguem se sair melhor na avaliação diagnóstica. E, quando se aplica no final, a outra, eles já vão um pouquinho pior. Até porque a própria SME não controlava, por exemplo, quais os conteúdos a escola já tinha ensinado para o aluno. Então, muitas vezes apareciam conteúdos que a gente não tinha trabalhado com os alunos ainda naquela prova. E a questão de 2022, a gente percebe que, quando a gente caiu em 2021, por causa do período pandêmico, e então os alunos começaram a retornar para a escola, a gente tinha convicção que a nossa clientela não tinha mudado tanto, e que a gente com os alunos aqui dentro da escola íamos conseguir fazer com que eles melhorassem a aprendizagem, como está acontecendo agora, em 2022 já apresentou melhora, e em 2023 acredito que virá melhor ainda. | Analisando primeiro o SAEB, a gente percebe que no ano de 2019 para 2021 houve uma queda muito grande. O que a gente atribui isso é a questão do período pandêmico que vivemos, ao qual os alunos, na maior parte do tempo, estavam estudando em casa, sem o monitoramento do professor. [...] a gente percebe muitas vezes que, na primeira avaliação, os alunos têm um desempenho melhor. Eu vejo que isso se dá por causa da questão do nível de cada avaliação que é aplicada. A primeira que é aplicada é uma avaliação diagnóstica dos conteúdos que os alunos deveriam ter aprendido no ano anterior. Então os alunos conseguem se sair melhor na avaliação diagnóstica. E, quando se aplica no final, a outra, eles já vão um pouquinho pior. Até porque a própria SME não controlava, por exemplo, quais os conteúdos a escola já tinha ensinado para o aluno. Então, muitas vezes apareciam conteúdos que a gente não tinha trabalhado com os alunos ainda naquela prova. | Impacto da pandemia de Covid-19 no desempenho dos estudantes Desafios na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem |
| P2 | Então, observando os gráficos, ali os dados, né, são visíveis que, enquanto escola, o quarto ano teve um declínio, né, e são uma série de fatores que a gente sempre considera e tenta justificar esse declínio. É a questão de... Nós estamos nos últimos três anos com um número muito grande de professores com licença, a gente sabe que isso muda muito, né? Não é errado o professor, é um direito de ele ter essa licença, mas a gente sabe que isso muda. Nós temos no quarto e quinto ano, dos períodos, nós temos uma diferença dos alunos da manhã e da tarde. É difícil a gente explicar o motivo, mas sempre temos uma diferença de desempenho dos alunos da manhã e da tarde. Nós temos professores novos, temos professores que não conhecem a rede, temos uma série de situações ali. Nós temos muito aluno que vem no finalzinho do ano, e esses alunos que vêm no finalzinho do ano, geralmente vêm em um nível insuficiente, e isso acaba, deixa nossos gráficos lá no vermelho, mas são situações assim que a gente vai aprendendo a lidar e os professores dão o melhor de si, mesmo os professores que têm dificuldade e são desafios que a gente tem que ver um gráfico desse, tem que assumir o declínio e tentar a estratégia para no próximo ano, na próxima etapa, avançar. Porque esse aluno é da escola, ele não é daquele professor. Ele não | [...] temos que considerar, da avaliação que foi em julho e da avaliação que foi em novembro, o nível de dificuldade foi imenso. Então, a avaliação de julho e de novembro, a de novembro foi muito difícil, principalmente para os alunos que ainda não liam sozinhos, que ainda não tinham autonomia para fazer sozinhos. Então, de certa forma, não justifica, mas são situações que a gente reflete sobre isso. | Desafios na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem |

| | | | |
|----|--|--|---|
| | <p>é um aluno, aquele professor é um professor iniciante, professor recém-formado, ele não tem domínio. Não é esse o problema. Ele é um aluno da rede, é um aluno que esse ano está ali, mas ele é meu, ele é nosso, ele é nosso enquanto instituição. Então, o que vamos fazer para ajudar esse professor? São situações assim que eu menciono, mas não é para enumerar culpados, é para ver o que fazer com isso. A situação que nós fizemos do agrupamento foi isso, uma estratégia para tentar solucionar um problema que não é só meu, que é de todos. E eu vi, em relação à minha turma do ano passado, acompanhando o gráfico, que eles avançaram. E são alunos que estão, a maioria, 90% deles estão aqui na escola e eu continuo tendo contato com eles, então são alunos que eu conheço e acompanho. E eu vi o avanço deles e são situações assim que deixam a marca, o professor conseguiu avançar. Foi um pouco, mas também temos que considerar, da avaliação que foi em julho e da avaliação que foi em novembro, o nível de dificuldade foi imenso. Então, a avaliação de julho e de novembro, a de novembro foi muito difícil, principalmente para os alunos que ainda não liam sozinhos, que ainda não tinham autonomia para fazer sozinhos. Então, de certa forma, não justifica, mas são situações que a gente reflete sobre isso. E o aluno tem que fazer a avaliação sozinho, o professor não pode ler pra ele, ele não pode explicar nada. Então, tudo isso a gente precisa registrar e mencionar. A avaliação do quarto ano, o professor entrega a avaliação, antes de iniciar o envelope vem lacrado, quando é impresso. No Chromebook o professor só tem acesso na hora, ele não tem acesso antes, então é uma coisa muito transparente. E ele não orienta o aluno em momento algum. Então o aluno faz por si. Então tem aluno que não lê direito, tem aluno que faz sem pensar, tem aluno que fica nervoso, fica ansioso, mas tem também aquele que não dá a devida importância para uma avaliação. Então, são todas essas situações que acabam refletindo em nossos gráficos.</p> | | |
| C2 | <p>Ah, tá. Mas, assim, eu na minha concepção tenho três fatores. Um deles, claro que se ouviu muito em 2019, né? 2021 ainda não, mas 2020 foi o foco da pandemia. Então, a gente... em 2021, é... estávamos saindo da pandemia, ou seja, as aulas foram ofertadas, 30% dos alunos, os quais optaram não vir para a escola, aulas <i>online</i>, continuaram as aulas <i>online</i>, e os outros 70%, nós iniciamos no mês de março, se não me falha a memória, aulas de 15, aulas que foram divididas por grupos. Tinha um grupo que vinha uma semana na sala e ficava em casa recebendo as aulas <i>online</i>. E isso ia fazendo a troca, semanalmente, ou seja, a criança vinha parcialmente para a escola. 2021. 2022, normalizou-se. Ficou assim, algumas crianças ainda que, uma porcentagem muito pequena, 2,3% que tinham comorbidades de saúde, acabou não vindo. Mas aí retomamos a nossa vida normal. O que não seria nada normal, por quê? Porque as crianças no ano de 2021, elas não foram para a escola nem em 2020. E 2022, dessa forma. Foi um desafio muito grande para os professores, houve uma preocupação muito grande durante o ensino-aprendizagem dos alunos, porque aqui 2021, né? E aí os professores, depois do mapeamento, que teve aquela... Mas, assim, a gente viu que o desafio era grande, os professores correram atrás. O professor de quarto ano teve que iniciar o ano letivo com o nível de terceiro. Terceiro com o nível de segundo, quinto com o nível de quarto. E assim sucessivamente. Quando o aluno muda de turma, ele já recebeu, por que o que acontece com as crianças? As crianças, quanto mais maduras, mais fáceis de aprender, de ensino-aprendizado. Então, os professores, vou citar do quinto ano, os professores de 2021, do quarto ano, eles trabalharam em nível de terceiro até meados do ano e depois iniciaram e levantaram o quarto ano. Aí o quinto ano os recebeu aqui em 2022. Os quais ainda tinham</p> | <p>2020 foi o foco da pandemia. Então, a gente... em 2021, é... estávamos saindo da pandemia, ou seja, as aulas foram ofertadas, 30% dos alunos, os quais optaram não vir para a escola, aulas <i>online</i>, continuaram as aulas <i>online</i>, e os outros 70%, nós iniciamos no mês de março, se não me falha a memória, aulas de 15, aulas que foram divididas por grupos. Tinha um grupo que vinha uma semana na sala e ficava em casa recebendo as aulas <i>online</i>. E isso ia fazendo a troca, semanalmente, ou seja, a criança vinha parcialmente para a escola. [...]. Foi um desafio muito grande para os professores, houve uma preocupação muito grande durante o ensino-aprendizagem dos alunos, porque aqui 2021, né?</p> <p>E aí os professores, depois do mapeamento, que teve aquela... O professor de quarto ano teve que iniciar o ano letivo com o nível de terceiro. Terceiro com o nível de segundo, quinto com o nível de quarto. E assim sucessivamente. Então, os professores, vou citar do quinto ano, os professores de 2021, do quarto ano, eles trabalharam em nível de terceiro até meados do ano e depois iniciaram e levantaram o quarto ano. Aí o quinto ano os recebeu aqui em 2022. Os quais ainda tinham 30, 25% de alunos que</p> | <p>Impacto da pandemia da Covid-19 no desempenho dos estudantes</p> <p>Intervenção pedagógica baseada em dados de monitoramento da aprendizagem</p> |

| | | | |
|--|---|---|--|
| | 30, 25% de alunos que precisavam de níveis de melhores do quarto ano. Que trabalharia com as habilidades do 1º ao 5º, porém mais voltadas para o 1º ao 3º. E aí, eles fizeram da mesma forma. A gente foi trabalhando com atividades diferenciadas, nós tivemos agrupamentos também, tivemos ações e estratégias diferenciadas, né, pra que esses alunos conseguissem chegar pelo menos no 70%, que é pra finalizar o ano letivo de 2022. Pelo seu gráfico a gente percebe que não conseguiu esse avanço, porém eles avançaram o tanto que eles conseguiram. | precisavam de níveis de melhores do quarto ano. Que trabalharia com as habilidades do 1º ao 5º, porém mais voltadas para o 1º ao 3º. E aí, eles fizeram da mesma forma. | |
| P3 | Eu vejo que os alunos foram evoluindo, houve uma evolução e a cada ano, quando ia acontecendo as avaliações, percebia que dentro da matemática eles iam melhorando. Então, sempre estava um pouquinho mais, um pouco mais, um pouco mais. Isso devido ao trabalho que a gente faz, o diferenciado, né? Jogos, a questão do lúdico, né? Então isso ajuda muito. E eu vejo, sim, que a avaliação desses resultados só cresceu, só melhorou na turma em que eu estava. | Eu vejo que os alunos foram evoluindo, houve uma evolução e a cada ano, quando ia acontecendo as avaliações, percebia que dentro da matemática eles iam melhorando. | Evolução do desempenho matemático dos estudantes |
| C3 | A avaliação, primeiramente, a gente vê assim como chocante, porque há um declínio. Isso não era para se esperar, tendo em vista que o corpo docente definitivo da escola, escola e tem um profissional que atua há muito mais tempo do que eu. Poderia estar consolidada essa defasagem da matemática na escola, mas faltou pertencimento do profissional que estava com essas determinadas turmas nesses determinados anos. Então, é uma realidade, sim, real da escola e a clientela muda bastante, tem rotatividade. Hoje nós não temos mais a clientela de 2019, onde tínhamos bastante filhos de grandes proprietários e que, por não levar os seus filhos para a cidade, estudavam ali mesmo. Então, a gente não tem mais essa realidade anterior, de quando eu iniciei na escola. Nós sabemos disso. Teve um grande crescimento também das fazendas, advindo de pessoas de fora, mas, independente disso, o pertencimento e o profissionalismo precisam ter uma nova roupagem. | A avaliação, primeiramente, a gente vê assim como chocante, porque há um declínio. Isso não era para se esperar, tendo em vista que o corpo docente definitivo da escola, escola e tem um profissional que atua há muito mais tempo do que eu. Poderia estar consolidada essa defasagem da matemática na escola, mas faltou pertencimento do profissional que estava com essas determinadas turmas nesses determinados anos. Então, é uma realidade, sim, real da escola. | Dados do monitoramento condizentes com a realidade de aprendizagem dos estudantes |
| 9 Mediante estes dados, é possível observar relação ou relações entre estes resultados (aprendizagem dos estudantes) e o processo de monitoramento da aprendizagem? Quais evidências ou fatos poderiam embasar sua afirmação? | | | |
| P1 | Tem, porque aquela coleta de dados que é realizada pela Secretaria, que faz a devolutiva pra escola, isso é de bom proveito. Eu acredito que isso não vem de lá para criticar o profissional, ele vem para que possamos pegar aqueles dados, absorver, analisar e falar: poxa, pare aí, o que eu posso fazer para os meus alunos? O conteúdo é o mesmo, mas eu posso mudar a minha estratégia de ensino. Então, eu acredito que é por aí. SOBRE A EVIDÊNCIA: então, mediante a esses dados que vêm da devolutiva, uma das estratégias que foi viável para eu fazer foi a elaboração de um projeto. Os meus alunos estavam tendo dificuldades em um determinado conteúdo. Nós juntos conversamos, a partir de uma coleta de informações, eu pude ver a dificuldade dos alunos no determinado assunto, mediante ajuda das formações que nós tivemos, as formações continuadas, cheguei na sala de aula, conversamos em uma roda de conversa de como poder aprender melhor aquele conteúdo. Então nós elaboramos um projeto. Na realidade eles estavam tendo muita dificuldade em fração, então esse foi o meu ponto chave, decidimos fazer o projeto. Nós começamos ele a partir dos dados coletados e nós fomos evoluindo ele e esse término do projeto, o fechamento dele foi final do ano. Veio nutricionista, abordamos várias coisas nesse projeto que, ao chegar no final do ano, os alunos já estavam entendendo melhor aquele conteúdo a ser abordado. | [...] ele vem para que possamos pegar aqueles dados, absorver, analisar e falar: poxa, pare aí, o que eu posso fazer com aquele aluno, o que eu posso fazer para os meus alunos? O conteúdo é o mesmo, mas eu posso mudar a minha estratégia de ensino. [...] então, mediante a esses dados que vêm da devolutiva, uma das estratégias que foi viável para eu fazer foi a elaboração de um projeto. Os meus alunos estavam tendo dificuldades em um determinado conteúdo. Nós juntos conversamos, a partir de uma coleta de informações, eu pude ver a dificuldade dos alunos no determinado assunto, mediante ajuda das formações que nós tivemos, as formações continuadas, cheguei na sala de aula, conversamos em uma roda de conversa de como poder aprender melhor aquele conteúdo. Então nós elaboramos um projeto. | Propósito do monitoramento da aprendizagem Intervenção pedagógica baseada em dados de monitoramento da aprendizagem |
| C1 | Olha, a gente percebe, sim, algumas relações na questão da aprendizagem dos alunos. Porque, a partir do momento que a gente começa a monitorar o aluno, a gente consegue ir trabalhando com o aluno questões que ele sente dificuldade e que porventura ele vai | Olha, a gente percebe, sim, algumas relações na questão da aprendizagem dos alunos. Porque, a partir do momento que a gente começa a monitorar o aluno, a gente | Propósito do monitoramento da aprendizagem |

| | | | |
|--|--|---|---|
| | enfrentar de repente em uma avaliação mais adiante. Isso está acontecendo muito claramente este ano, em 2023. Porque agora a gente não quer deixar pontas soltas, não quer deixar conteúdo sem trabalhar com alunos, a gente está monitorando cada sala de aula, cada aluno, quais as dificuldades que ele tem pra que a gente consiga lá na avaliação final, que na verdade a aprendizagem do aluno é medida lá na avaliação final... então você faz toda uma preparação durante o ano todo, e lá no dia de uma avaliação o aluno tem que mostrar que ele aprendeu. E aí infelizmente muitas questões também influenciam nesse dia, né. A questão de a gente mobilizar alunos, que ficam doentes, que não vêm fazer a prova, alunos que podiam dar um resultado bom para escola não aparecem. Então a gente permeia por todos esses fatores que também influenciam naquele dia que o aluno vai mostrar o que aprendeu. | consegue ir trabalhando com o aluno questões que ele sente dificuldade e que porventura ele vai enfrentar de repente em uma avaliação mais adiante. [...] a gente está monitorando cada sala de aula, cada aluno, quais as dificuldades que ele tem pra que a gente consiga lá na avaliação final | |
| P2 | Sim, porque são essas avaliações, as avaliações da escola hoje, a institucional, ela já é muito similar a essa avaliação educacional. Porque os professores começam a trabalhar preparando o aluno para essa avaliação maior. Então, com simulado, com testes. Esse ano nós implementamos no quarto ano a avaliação de recuperação. O aluno que não conseguiu atingir a nota 6 ficou de recuperação. Inclusive, eles estão nessa semana desenvolvendo uma avaliação de recuperação. Então, são todas estratégias que a escola vai organizar para tentar avançar no nível desses alunos. | Sim, porque são essas avaliações, as avaliações da escola hoje, a institucional, ela já é muito similar a essa avaliação educacional. Porque os professores começam a trabalhar preparando o aluno para essa avaliação maior. Então, com simulado, com testes. | Propósito do monitoramento da aprendizagem |
| C2 | Então, do meu ponto de vista, é claro, é possível, porque inclusive o monitoramento, ele nos faz ajudar a melhorar o nosso planejamento. Fazer um planejamento de acordo com o nível das crianças, para que a gente consiga aumentar esse ensino-aprendizado, que chegue ali no gráfico, onde os nossos alunos esteja acima desse de 2019, que está 243 ali. E, sem o monitoramento do ensino-aprendizagem da minha turma, não tem como eu identificar o que eu tenho que trabalhar e o que eu não tenho. Então, o monitoramento é essencial para que o professor faça um planejamento onde ele consiga atingir os níveis de alunos da sua turma. Tanto os bons, os excelentes, quanto os regulares, os insuficientes. Aí entra também as ações que o grupo faz. Este ano está sendo feito muitas ações em grupos, por segmentos, para que essa dificuldade, esse nosso gráfico aqui, ele, igual eu disse, ele alcança ou ultrapassa esse de 2019. | [...] o monitoramento, ele nos faz ajudar a melhorar o nosso planejamento. Fazer um planejamento de acordo com o nível das crianças, para que a gente consiga aumentar esse ensino-aprendizado, [...] E, sem o monitoramento do ensino-aprendizagem da minha turma, não tem como eu identificar o que eu tenho que trabalhar e o que eu não tenho. Então, o monitoramento é essencial para que o professor faça um planejamento onde ele consiga atingir os níveis de alunos da sua turma. Tanto os bons, os excelentes, quanto os regulares, os insuficientes. | Propósito do monitoramento da aprendizagem |
| P3 | Eu acredito esses resultados foram na busca que o professor teve em se aperfeiçoar, digamos assim. Eu vejo que aconteceram muitos problemas nesse caminho, 2019 a 2022, mas eu vejo que o professor se reinventou nesse período. Ele conseguiu, por exemplo, dar aula à distância, onde o aluno construiu seu próprio material. E nós, do outro lado, tentando entender se o aluno entendeu. Então, eu vejo assim que esse monitoramento de aprendizagem aconteceu de uma forma onde a gente se perguntava: será que está dando certo, não está dando certo? Quando que a gente entendeu que a gente tinha feito um bom trabalho? Quando eles retornaram e mostraram pra gente que realmente valeu a pena. Todo aquele esforço que a gente teve, de ir pra fazenda, levar as apostilas, todo esse trabalho que a gente teve, motorista, todo mundo envolvido nessa paixão de ensinar. E eu vejo assim, que a gente não pode nunca perder a esperança, que às vezes a gente acha que é impossível a criança aprender e naquele mundinho dela lá te mostram os resultados. | Então, eu vejo assim que esse monitoramento de aprendizagem aconteceu de uma forma onde a gente se perguntava: será que está dando certo, não está dando certo? Quando que a gente entendeu que a gente tinha feito um bom trabalho? Quando eles retornaram e mostraram pra gente que realmente valeu a pena. Todo aquele esforço que a gente teve | Dados do monitoramento condizentes com a realidade de aprendizagem dos estudantes |
| C3 | Sim, a evidência é a falha da ação do docente, da sua prática mesmo. | | |
| 10 Fazendo uma análise sobre a proficiência alcançada pela escola, nas avaliações de larga escala, de responsabilidade do SAEB (resultados de 2019 e 2021 em matemática, 5º ano), é possível fazer relações dos resultados que se apresentam com o processo de monitoramento da aprendizagem? A que você atribui sua afirmação? | | | |
| P1 | Então, essa queda que teve de 2019 pra 2021, claro que teve um monitoramento, obviamente que teve pela Secretaria de Educação, mas teve um agravante | Então, assim, aquele ensino não presencial, querendo ou não ele afetou a vida dos alunos, e muito, e | Impacto da pandemia de Covid-19 no |

| | | | |
|----|---|--|--|
| | <p>enorme, que foi a pandemia. Nesse momento as escolas foram fechadas em todo lugar, impossibilitando a entrada dos alunos. Então aí ocorreu o ensino híbrido, o ensino não presencial que nós falamos, né. Então, assim, aquele ensino não presencial, querendo ou não ele afetou a vida dos alunos, e muito, e essa defasagem foi de 2 anos, porque infelizmente ficou essa lacuna. Então essa queda é devida a essa tragédia da pandemia que houve em nosso país e em todo o mundo. Então eu acredito que houve sim o monitoramento, temos, tivemos o amparo, não parou esse monitoramento entre professores, alunos, mas do outro lado tínhamos os nossos alunos em casa, o psicológico das crianças foi afetado querendo-se ou não, uma criança na escola é muito diferente de uma criança em casa. A criança vem para a escola, ela tem as regras a cumprir, bem os conteúdos ministrados pelos professores na hora certa, no momento adequado. Em casa não. Em casa os pais saem para trabalhar e deixam as crianças com a babá, ou eles mesmos todos em casa, então, sim, eles ficam mais vulneráveis, aí esse aprendizado que não tem como ser da mesma forma. E essa queda, nós não podemos culpar nenhuma instância, porque foi feito o monitoramento, porém nós não conseguimos, enquanto profissionais, ver um resultado completo, qual aquele olhar que nós temos dentro da instituição, então houve essa queda por esse motivo. Foi uma pandemia que afetou todos, não só na área da educação, mas em todos os segmentos.</p> | <p>essa defasagem foi de 2 anos, porque infelizmente ficou essa lacuna. Então essa queda é devida a essa tragédia da pandemia que houve em nosso país e em todo o mundo. Então eu acredito que houve sim o monitoramento, temos, tivemos o amparo, não parou esse monitoramento entre professores, alunos</p> | <p>desempenho dos estudantes</p> |
| C1 | <p>Dá para a gente mostrar claramente a questão do monitoramento da aprendizagem do aluno. O resultado de 2019, o que acontece com o resultado de 2019, que a escola não foi tão mal. A gente fazia as avaliações com os alunos, a SME fazia as avaliações educacionais, a gente apresentava os dados para os professores e nós tínhamos o aluno dentro da escola para fazer todas aquelas interferências pedagógicas com eles. Já em 2021, o que aconteceu? A gente monitorava o aluno, só que a maior parte do tempo em casa. A gente mandava atividade e a própria avaliação eles faziam em casa. E somente no segundo semestre de 2021 que os alunos começaram a frequentar a escola e não deu tempo para fazer um monitoramento adequado com os alunos, a fim de que eles conseguissem um bom resultado, e por isso a escola caiu nesse resultado de 2021.</p> | <p>[...] em 2021, o que aconteceu. A gente monitorava o aluno, só que a maior parte do tempo em casa. A gente mandava atividade e a própria avaliação eles faziam em casa. E somente no segundo semestre de 2021 que os alunos começaram a frequentar a escola e não deu tempo para fazer um monitoramento adequado com os alunos a fim de que eles conseguissem um bom resultado, e por isso a escola caiu nesse resultado de 2021.</p> | <p>Desafios na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem</p> |
| P2 | <p>Observando em 2019 e 2021, eu considero muito difícil você relacionar porque em 2021 nós estávamos saindo da pandemia e era aquele saindo, não saindo. Aquele que saiu com medo, aquele que voltou para a escola com medo. As famílias que traziam para a escola queriam. Muitos alunos não desenvolveram as atividades, e isso mesmo que não tiveram avaliação em 2020, do SAEB, mas a gente vê aquele aluno que regrediu, aquele aluno que escrevia uma letra bonita e de repente ficou em casa e não escreveu mais nada. Aquele aluno que perdeu aquele percurso, aquele tempo, não desenvolveu as habilidades. E teve uma mudança, considerando a pandemia, muda a equipe gestora, o acompanhamento dos coordenadores também mudou, porque num ano ele está num segmento, no outro ano ele está no outro, então mudam os alunos, mudam os coordenadores, mudam os professores, porque todo ano os professores têm autonomia para escolher a turma que ele quer. Então dificilmente ficam os mesmos segmentos com os mesmos professores, porque tem a questão da escolha por pontuação, é a terceira guerra mundial, e os professores mudam de segmentos. Eles mudam de segmentos por afinidade, por escolha de período, algumas mudam de segmentos já pensando na sua vida financeira, se vai poder complementar ou não, e tudo isso indiretamente afeta esse nível ali da proficiência dos alunos, porque tem professores que acabam não acompanhando esse aluno, então a realidade de 2019</p> | <p>Observando em 2019 e 2021, eu considero muito difícil você relacionar, porque em 2021 nós estávamos saindo da pandemia e era aquele saindo, não saindo. Aquele que saiu com medo, aquele que voltou para a escola com medo. As famílias que traziam para a escola queriam. Muitos alunos não desenvolveram as atividades, e isso mesmo que não tiveram avaliação em 2020, do SAEB, mas a gente vê aquele aluno que regrediu, aquele aluno que escrevia uma letra bonita e de repente ficou em casa e não escreveu mais nada. Aquele aluno que perdeu aquele percurso, aquele tempo, não desenvolveu as habilidades.</p> | <p>Impacto da pandemia de Covid-19 no desempenho dos estudantes</p> |

| | | | |
|----|---|--|--|
| | para 2021, se for ver, diminuiu consideravelmente. Eu atribuo todos esses critérios para essa situação. | | |
| C2 | <p>Então, aqui nos gráficos 2020, as crianças não foram para a escola. 2021 foram parcialmente. O que acontece na questão, tanto na língua portuguesa, como em matemática, mas principalmente na matemática, que a gente percebe até esse ano? As crianças, a matemática é uma sequência. Se ele não entendeu o processo, ele não avança. Então, assim, a criança vai iniciar ali, vamos, de forma simples, vamos às quatro operações. Primeiro a gente inicia com adição e subtração. Simples, material concreto, e aí vai elevando os níveis. Depois, a subtração, popularmente falando, que é o emprestado. A adição de unidade de centenas, centenas, unidade de milhares. Aí vem a multiplicação, vem a divisão. Ele contemplou as 4 operações, ele parte para as outras habilidades, que ele vem aqui para o quarto, quinto ano. É uma sequência. Se o aluno chega no quarto ano ou no quinto ano, ele não entendeu as quatro operações, ele não avança. Como ele vai aprender fração? Como ele vai aprender números decimais? Como ele vai aprender porcentagem? Então, aí, o que aconteceu? Por que caímos aqui em 2021? Porque faltou aqui, 2020, que foi a nossa perda. Então, em 2021, a gente, os professores tiveram que voltar, iniciando ali, introduzindo o processo. Vou falar dos quintos anos, tá? Os quintos anos, os professores receberam no ano passado, em 2022, alunos que não sabiam de divisão, não sabiam de multiplicação. Eles não sabiam, não é que eles não sabiam fazer a conta, eles não sabiam o processo. Então eles tiveram que voltar. Contemplou o processo das quatro operações, foi para as mais difíceis. Quem está na sala, no quinto ano, chega ali, números decimais, perímetro, área, frações, porcentagem, juros, tudo isso pra cabecinha deles, eles não conseguem fazer, se eles não entendem a base, eles têm que ter a base da matemática, que é a introdução. E aí os professores, tendo que voltar com isso, não se conseguiu mesmo, porque a criança não ia evoluir sozinha. PS, nível 1, nível 2, Silábico com valor e sem valor? Se você fizer isso, o aluno tem um nível, mas no dia a dia ele é outro. Aí, quando você vai pra uma avaliação assim, que vai com gráfico, aí é como toda avaliação. Aí é onde a escola está localizada, qual é o público daquela escola, quantas crianças declaradas negras estudam naquela escola, hoje temos os venezuelanos, quantas turmas têm aquela escola, quantos professores? Os professores são velhos ou veteranos? Os professores receberam formações? Então tudo isso, nesse mapeamento, para colocar aqui no final a nota da escola, ela não é. Ela não é que ela não seja, ela não é real. E aí o SAEB nos cobra uma presença, que é o Avalia MT, nos cobra 100%. Quando você tem 100% de seus alunos, você realmente vê uma nota de sua escola. E, se a gente tiver 80% de alunos, quando chegar a esses 20% faltam as crianças com dificuldades na aprendizagem, as crianças especiais, as crianças que quase não vêm na escola, faltou esse público-alvo. Vamos elencar o público-alvo de... Não é problema, problema sim, porque a escola tem que ir atrás deles, né? Os desafios da escola faltaram. Os 80% são só meus alunos bons, minha nota está lá em cima. Mas, quando eu trago 100% dos meus alunos, eu realmente identifico quais são os meus alunos. Qual é a nota daquela escola, entendeu? Porque, se eu pudesse trazer 80% dos meus alunos, falando matematicamente, eu poderia tirar os meus especiais, aqueles que dão trabalho, aquelas crianças que não estão alfabetizadas. Mas ele não, ele nos pede 100%, porque, se você não teve 100% dos alunos, não é viável, porque daí você perde mais do que ganharia, tirando ele entendeu? O coeficiente deles, fazem assim.</p> | Então, aqui nos gráficos 2020, as crianças não foram para a escola. 2021 foram parcialmente. O que acontece na questão, tanto na língua portuguesa, como em matemática, mas principalmente na matemática, que a gente percebe até esse ano? As crianças, a matemática é uma sequência. Se ele não entendeu o processo, ele não avança. [...] Então, em 2021, a gente, os professores tiveram que voltar, iniciando ali, introduzindo o processo. | Impacto da pandemia de Covid-19 no desempenho dos estudantes |
| P3 | Acredito que sim. Que o monitoramento, ele nos dá embasamento de onde a gente pode partir, o que está faltando. Eu acho que a gente olha o resultado anterior | Acredito que sim. Que o monitoramento, ele nos dá embasamento de onde a gente pode | Propósito do monitoramento |

| | | | |
|----|---|---|--|
| | e tenta melhorar aquele que a gente quer. Depende também muito nesse monitoramento, olhar de um todo, que a escola não é só um professor que está ali, mas ela é de um todo. Todos os parceiros, a direção, pais. Então, se tudo funcionar dentro de um nível, com certeza o resultado é melhor. Então, eu vejo assim que dentro da matemática houve um avanço, sim. Mesmo com todos os problemas que a gente teve, as crianças evoluíram, sim. E a gente vê o gosto também pela matemática, o entender. Que a criança, se ela não entende, ela também não consegue. Então, ela disse que não gosta de matemática, né. Então, assim, quando ela aprende, ela entende que a matemática, como todas as outras disciplinas, não carregar com ela aquele medo. Eu acho que, professor, tirando esse medo, as crianças vão evoluir na matemática também. | partir, o que está faltando. Eu acho que a gente olha o resultado anterior e tenta melhorar aquele que a gente quer. Depende também muito nesse monitoramento, olhar de um todo, que a escola não é só um professor que está ali, mas ela é de um todo. Todos os parceiros, a direção, pais. Então, se tudo funcionar dentro de um nível, com certeza o resultado é melhor. | da aprendizagem |
| | | Então, eu vejo assim que dentro da matemática houve um avanço, sim. Mesmo com todos os problemas que a gente teve, as crianças evoluíram, sim. E a gente vê o gosto também pela matemática, o entender. | Evolução do desempenho matemático dos estudantes |
| C3 | Sim, em nossa unidade escolar analisamos, observando as falhas e as suas possíveis correções. Porém, necessita da intervenção constante do coordenador na ação pedagógica. | Sim, em nossa unidade escolar analisamos, observando as falhas e as suas possíveis correções. | Propósito do monitoramento da aprendizagem |

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As respostas às questões apresentadas por intermédio do Tópico IV foram analisadas e registradas no Quadro 24, onde sinalizamos evidências das primeiras impressões resultantes da exploração dos dados produzidos nas entrevistas, os quais resultaram em seis Unidades de Registro, conforme demonstra o Quadro 25:

Quadro 25: Unidades de Registro – Tópico IV.

| Nº | UNIDADE DE REGISTRO | Freq. |
|----|---|-------|
| 01 | Dados do monitoramento condizentes com a realidade de aprendizagem dos estudantes | 2 |
| 02 | Desafios na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem | 4 |
| 03 | Evolução do desempenho matemático dos estudantes | 2 |
| 04 | Impacto da pandemia de Covid-19 no desempenho dos estudantes | 5 |
| 05 | Intervenção pedagógica baseada em dados de monitoramento da aprendizagem | 2 |
| 06 | Propósito do monitoramento da aprendizagem | 6 |

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O Quadro 25 registrou as seis Unidades de Registro, evidenciando que duas delas aparecem com maior frequência, sendo a número quatro, que destaca o impacto da pandemia de Covid-19 no desempenho dos estudantes, e a número seis, que se refere ao propósito do monitoramento da aprendizagem.

Contudo, cabe destacar que, conforme observado na apresentação do roteiro de entrevista, é possível observar que este aborda outros tópicos e questões que foram aplicados nas entrevistas. Estes não serão exploradas nesta pesquisa. Sendo assim, esta pesquisadora continuará explorando tais materiais para futuras publicações.

Dando sequência, apresentamos a consolidação da segunda fase da Análise de Conteúdo, que se refere à exploração do material coletado nas entrevistas. No Quadro 26, foram registradas as recorrências das Unidades de Registro dos três Tópicos apresentados. Assim, segue o agrupamento das Unidades de Registro da pesquisa:

Quadro 26: Recorrência das Unidades de Registro dos três tópicos.

| UNIDADE DE REGISTRO | Freq. |
|--|--------------|
| Desafios na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem | 9 |
| Intervenção pedagógica baseada em dados de monitoramento da aprendizagem | 2 |
| Propósito do monitoramento da aprendizagem | 2 |
| Relevância dos referenciais norteadores na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem | 8 |
| Desafios na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem | 2 |
| Evidências da implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem | 6 |
| Participação do professor no processo de monitoramento da aprendizagem | 3 |
| Propósito do monitoramento da aprendizagem | 6 |
| Dados do monitoramento condizentes com a realidade de aprendizagem dos estudantes | 2 |
| Desafios na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem | 4 |
| Evolução do desempenho matemático dos estudantes | 2 |
| Impacto da pandemia de Covid-19 no desempenho dos estudantes | 5 |
| Intervenção pedagógica baseada em dados de monitoramento da aprendizagem | 2 |
| Propósito do monitoramento da aprendizagem | 6 |
| Total | 59 |

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Com base nas orientações de Rodrigues (2019), foram estabelecidas três cores para representar cada Tópico e suas respectivas Unidades de Registro. Esta decisão foi tomada com a intencionalidade de auxiliar o leitor a fazer a correlação de onde cada Unidade de Registro se originou.

Para as Unidades de Registro do Tópico II – Dos documentos que norteiam os processos de monitoramento da aprendizagem, foi estabelecida a cor azul. Com a mesma finalidade de amparar o leitor, traremos novamente as questões relacionadas a esse tópico: 1. Você tem conhecimento sobre legislações orientativas, diretrizes e outros documentos que norteiam o processo de avaliação e monitoramento da aprendizagem? Caso não conheça, a que associa este fato? Conhecendo, o que você destacaria nestes documentos, ou seja, quais seriam, independente se positivos ou negativos, os pontos principais destes documentos? Você pode citar qual ou quais os documentos você tem conhecimento que faz alguma abordagem sobre avaliação e monitoramento da aprendizagem?. E: 1.1 São apresentados em redação objetiva, de

forma que pela leitura dos mesmos ficam esclarecidos aspectos como: (A) o que deve ser executado, (B) quais são as condições necessárias para a execução, (C) como avaliar a eficiência da execução e (D) qual é o seu papel (professor, coordenador, diretor) neste processo?

Em marrom, estão organizadas as Unidades de Registro do Tópico III – Da participação do professor no processo de monitoramento da aprendizagem implementado na Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT. Neste tópico foram tratadas as seguintes questões: 3. O município tem instituído, em seu DRC, proposta para implementar um sistema de avaliação e monitoramento da aprendizagem desde 2019. O que você pode dizer sobre este assunto? E: 4. A partir desse período (2019), você consegue identificar ações que evidenciam a implementação dessa política de avaliação e monitoramento da aprendizagem? Caso não consiga identificar ações, a que você atribui este fato? Sendo possível identificar, mencione quais ações são evidentes para você e qual a sua participação nesse processo.

Por último, a cor verde refere-se ao Tópico IV – Da relação dos dados produzidos no monitoramento da aprendizagem com o desempenho matemático dos estudantes. Neste tópico, tratamos das seguintes questões: 8. Ao observar os dados produzidos por intermédio da avaliação e monitoramento da Secretaria Municipal de Educação de Lucas do Rio Verde, período de 2019, 2021 e 2022, com foco na etapa de ensino correspondente ao que se destinou sua regência/coordenação pedagógica (4º e/ou 5º ano), especificamente no componente curricular de matemática, qual é a sua avaliação sobre estes resultados? 9. Mediante estes dados, é possível observar relação ou relações entre estes resultados (aprendizagem dos estudantes) e o processo de monitoramento da aprendizagem? Quais evidências ou fatos poderiam embasar sua afirmação? E: 10. Fazendo uma análise sobre a proficiência alcançada pela escola, nas avaliações de larga escala, de responsabilidade do SAEB (resultados de 2019 e 2021 em matemática, 5º ano), é possível fazer relações dos resultados que se apresentam com o processo de monitoramento da aprendizagem? A que você atribui sua afirmação?

Foram registradas 04 Unidades de Registro no Tópico II, 04 no Tópico III e 06 no Tópico IV, totalizando 14 Unidades de Registro extraídas de 59 excertos advindos das respostas dos participantes da pesquisa. Em análise aos referidos dados, foram observadas recorrências de Unidades de Registro nos diferentes Tópicos. Para a organização e continuidade dos procedimentos de Análise de Conteúdo, realizamos o alinhamento semântico, passando a considerar as recorrências apenas uma vez. Segue o Quadro 27, que tem por finalidade registrar este movimento:

Quadro 27: Alinhamento Semântico.

| Unidade de Registro dos Tópicos | Freq. | Unidade de Registro da Pesquisa |
|--|--------------|--|
| Dados do monitoramento condizentes com a realidade de aprendizagem dos estudantes | 2 | Dados do monitoramento condizentes com a realidade de aprendizagem dos estudantes |
| Desafios na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem | 2 | Desafios na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem |
| Desafios na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem | 4 | |
| Desafios na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem | 9 | |
| Evidências da implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem | 6 | Evidências da implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem |
| Evolução do desempenho matemático dos estudantes | 2 | Evolução do desempenho matemático dos estudantes |
| Impacto da pandemia de Covid-19 no desempenho dos estudantes | 5 | Impacto da pandemia de Covid-19 no desempenho dos estudantes |
| Intervenção pedagógica baseada em dados de monitoramento da aprendizagem | 2 | Intervenção pedagógica baseada em dados de monitoramento da aprendizagem |
| Intervenção pedagógica baseada em dados de monitoramento da aprendizagem | 2 | |
| Participação do professor no processo de monitoramento da aprendizagem | 3 | Participação do professor no processo de monitoramento da aprendizagem |
| Propósito do monitoramento da aprendizagem. | 2 | Propósito do monitoramento da aprendizagem |
| Propósito do monitoramento da aprendizagem. | 6 | |
| Propósito do monitoramento da aprendizagem. | 6 | |
| Relevância dos referenciais norteadores na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem | 8 | Relevância dos referenciais norteadores na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem |

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O alinhamento semântico das Unidades de Registro dos Tópicos do roteiro de entrevista analisados resultou em 09 Unidades de Registro da Pesquisa.

Quadro 28: Unidades de Registro da Pesquisa.

| Nº | Unidade de Registro da Pesquisa |
|-----------|--|
| 1 | Dados do monitoramento condizentes com a realidade de aprendizagem dos estudantes |
| 2 | Desafios na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem |
| 3 | Evidências da implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem |
| 4 | Evolução do desempenho matemático dos estudantes |
| 5 | Impacto da pandemia de Covid-19 no desempenho dos estudantes |
| 6 | Intervenção pedagógica baseada em dados de monitoramento da aprendizagem |
| 7 | Participação do professor no processo de monitoramento da aprendizagem |
| 8 | Propósito do monitoramento da aprendizagem |
| 9 | Relevância dos referenciais norteadores na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem |

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Após a definição das Unidades de Registro da Pesquisa, partimos para a constituição das Categorias de Análise. Este movimento requereu articulação minuciosa entre as Unidades de Registro da Pesquisa, de modo que a interpretação das similaridades, confluências e divergências levaram às aproximações para a inter-relação entre as diferentes Unidades de Registro, para então emergirem as Categorias de Análise. Rodrigues (2019, p. 29) orienta que “no movimento de constituição das Categorias de Análise o pesquisador deve realizar diversas idas e vindas ao corpus dos dados proporcionando assim, um maior refinamento das Categorias de Análise devido as releituras dos dados pesquisados.”

Assim, após este processo minucioso, chegamos às seguintes Categorias de Análise:

Quadro 29: Articulação entre Unidades de Registro e Categorias de Análise.

| Nº | Unidade de Registro da Pesquisa | Categoria de Análise |
|----|--|---|
| 1 | Relevância dos referenciais norteadores na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem | Política pública de monitoramento da aprendizagem |
| 2 | Evidências da implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem | |
| 3 | Desafios na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem | |
| 4 | Propósito do monitoramento da aprendizagem | |
| 5 | Participação do professor no processo de monitoramento da aprendizagem | Ensino baseado em evidências |
| 6 | Dados do monitoramento condizentes com a realidade de aprendizagem dos estudantes | |
| 7 | Intervenção pedagógica baseada em dados de monitoramento da aprendizagem | |
| 8 | Evolução do desempenho matemático dos estudantes | |
| 9 | Impacto da pandemia de Covid-19 no desempenho dos estudantes | |

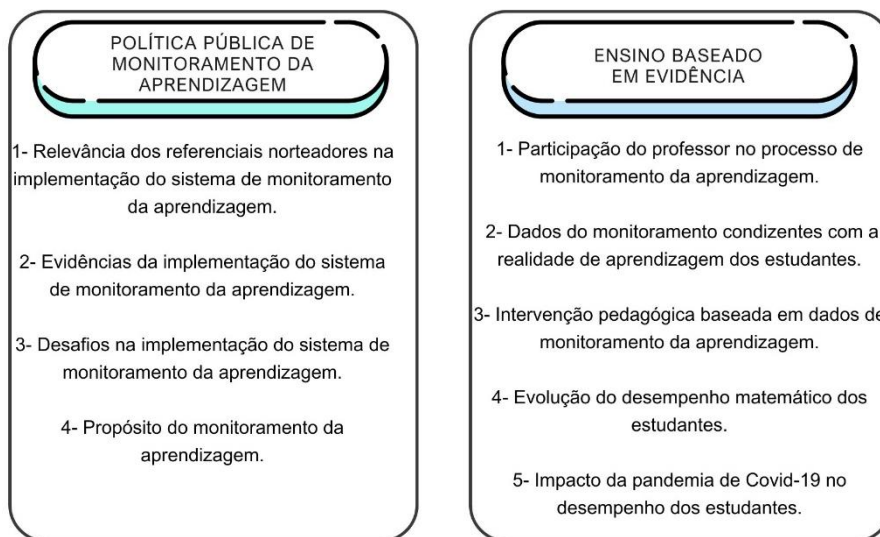
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Apresentamos, no Quadro 29, as duas Categorias de Análise que os movimentos provenientes da Análise de Conteúdo nos proporcionaram, pois Rodrigues (2019, p. 30) esclarece que:

As Categorias de Análise representam a síntese das significações, identificadas no movimento proporcionado pela Análise de Conteúdo dos dados provenientes da comunicação. [...] Corroborando com essas ideias, entendemos o processo de categorização com sendo um processo de redução dos dados pesquisados, pois as Categorias de Análise representam o resultado de um esforço de síntese de uma comunicação, destacando-se, nesse processo, seus aspectos mais importantes.

Neste sentido, apresentamos, na Figura 4, os resultados desse importante movimento que nos conduziu à terceira fase da Análise de Conteúdo, onde ocorre o tratamento dos resultados, inferências e análises crítica e reflexiva com base em nossas interpretações, referenciais teóricos e os próprios dados da pesquisa.

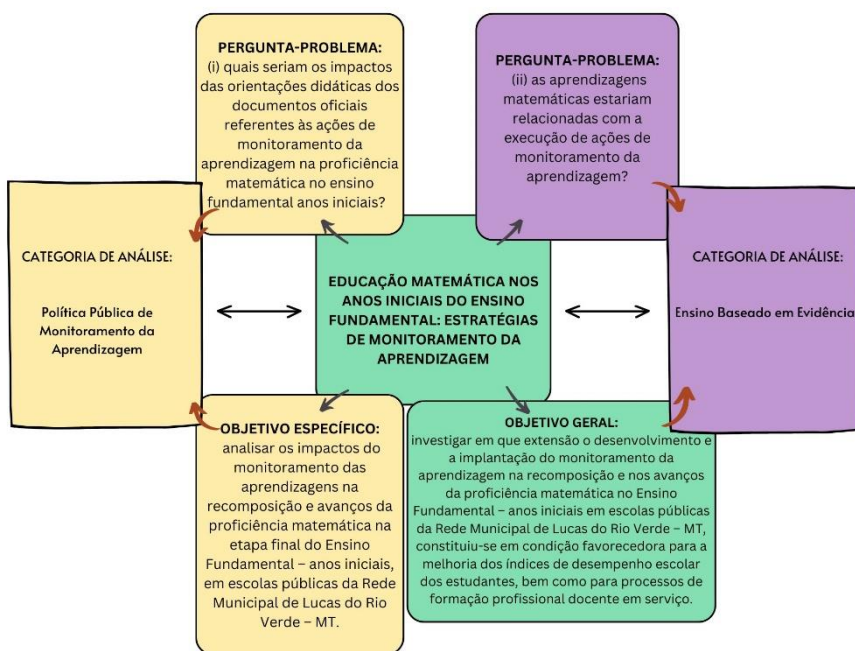
Figura 4: Categorias de Análise.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Antes de apresentarmos as reflexões referentes ao tratamento dos dados da Análise de Conteúdo, ilustramos, na Figura 5, as correlações ocorridas entre os objetivos e perguntas-problema da pesquisa e as Categorias de Análise.

Figura 5: Correlação entre as perguntas-problema, objetivos e Categorias de Análise.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Optamos por demonstrar este movimento explicitado na Figura 5, por acreditar que subsidiará a retomada do cerne da pesquisa, ao discutirmos as Categorias de Análise. Ainda, buscamos ilustrar, através das cores, as relações diretas entre a pergunta-problema, o objetivo específico e a Categoria de Análise, estando em amarelo as relações ocorridas entre a primeira pergunta e, em roxo, as relações com a segunda pergunta. É importante salientar que em verde estão os itens que se relacionam com as demais bases da pesquisa.

Para corroborar as reflexões referentes à primeira Categoria de Análise – Política Pública de Monitoramento da Aprendizagem, recorreremos às bases teóricas para sustentar as interpretações da pesquisadora, os documentos norteadores e as legislações que fizeram parte da pesquisa documental expressa neste estudo. Com estes referenciais norteadores, buscamos as respostas para a seguinte pergunta desta pesquisa: quais seriam os impactos das orientações didáticas dos documentos oficiais referentes às ações de monitoramento da aprendizagem na proficiência matemática no Ensino Fundamental – anos iniciais?

Com relação à segunda Categoria de Análise registrada – Ensino Baseado em Evidências, além das vozes dos professores participantes da pesquisa, trouxemos como principal referencial teórico Maurice Tardif (2014). Estruturados pelo referido aporte teórico, interpretamos os dados sob a ótica dos saberes docentes e sua profissionalidade, para responder à seguinte pergunta desta pesquisa: as aprendizagens matemática estariam relacionadas com a execução de ações de monitoramento da aprendizagem?

Assim, realizamos a descrição e análise interpretativa dos dados que estão classificados nas duas Categorias de Análise mencionadas e exploradas na sequência.

5.2 Evidências da implementação da política pública de monitoramento da aprendizagem disposta no DRC/LRV e a sua relação com os índices de desempenho matemático dos estudantes e atuação profissional docente: da análise interpretativa

Nesta etapa da pesquisa, registramos nossas inferências sobre as duas Categorias de Análise, e as respectivas Unidades de Registro extraídas dos excertos dos posicionamentos dos professores e coordenadores pedagógicos participantes da pesquisa, com base nos aportes teóricos da pesquisa.

A interpretação das Categorias de Análise que emergiram do processo de tratamento dos dados provenientes das entrevistas tem por finalidade possibilitar compreensões sobre o objeto investigado. Neste sentido, para cada Categoria de Análise, registramos nossas

interpretações, que refletem o conjunto de significados presentes nas diferentes Unidades de Registro.

No movimento dialógico, para cada um dos Eixos Temáticos, explicitamos alguns excertos – aspectos significativos – dos participantes, os quais foram constituídos como “núcleos de sentido” no processo de constituição das Unidades de Registro. Os excertos escolhidos auxiliaram-nos apontando aspectos que estão relacionados à compreensão do objeto investigado. Os excertos escolhidos são interpretados à luz do referencial teórico que sustenta a investigação (Rodrigues, 2019, p. 189).

Seguindo este “conjunto de procedimentos sistemáticos”, defendido por Rodrigues (2019, p. 11), apresentamos, primeiramente, a análise interpretativa da Categoria de Análise “Política Pública de Monitoramento da Aprendizagem”. Na sequência, tratamos da Categoria de Análise “Ensino Baseado em Evidências”.

5.2.1 Categoria de Análise: Política Pública de Monitoramento da Aprendizagem

Conforme apresentado em capítulos anteriores, a Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde – MT firma compromisso, através de Ato Normativo, de implementar um sistema de avaliação e monitoramento da aprendizagem para todo o sistema público municipal sob a gestão da Secretaria Municipal de Educação.

Neste sentido, analisamos os documentos norteadores da educação municipal, e proferimos observações que acreditamos serem relevantes no sentido de contribuir para as possíveis reflexões e desenvolvimentos posteriores dessa política pública.

Refletimos também a respeito dos índices de desempenho matemático dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de modo geral e, mais especificamente, das escolas participantes na pesquisa. Contudo, era imprescindível que se buscasse analisar as percepções dos professores protagonistas em todo este processo. Não é concebível tratar de políticas públicas educacionais, sem que haja o registro das marcas reflexivas do profissional docente, considerando que são estes profissionais os responsáveis pela gestão central dos processos de execução junto aos estudantes. Assim, trouxemos as vozes dos professores e coordenadores pedagógicos para tratar sobre a política pública de monitoramento da aprendizagem em Lucas do Rio Verde – MT.

5.2.1.1 Relevância dos referenciais norteadores na implementação do sistema de

monitoramento da aprendizagem

Foi indagado aos professores sobre os conhecimentos deles acerca dos documentos norteadores, legislações ou diretrizes que tratassem sobre o monitoramento da aprendizagem. Diante das respostas, apenas um professor se posicionou relatando que não havia conhecimento de lei propriamente dita, a este respeito. Como os demais professores se posicionaram dizendo conhecer ou conhecer parcialmente, foi solicitada uma análise referente à forma como tais documentos abordam o tema em questão.

De acordo com os depoimentos dos professores participantes da pesquisa, registramos o que segue:

Sim. A questão dos documentos baseados em leis nos foi apresentado desde lá da faculdade. Nós temos a UAB aqui, que a UFMT nos ofertou o curso, e lá em nosso curso, vimos a LDB, ali os PCNs, né. Então, todo esse documento nos foi apresentado de uma forma pra gente já estar a par do que a docência cobra de um bom professor, tanto na base teórica quanto na prática (C2).

A professora C2 trouxe referências importantes para a pesquisa, quando trata da relevância da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica – Lei nº 9394/96 e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, pois, conforme observado através da análise documental, este documento, de fato, apresenta procedimentos que estão relacionados ao processo de avaliação e monitoramento da aprendizagem.

Diante de tal depoimento, é evidente que os documentos que norteiam os processos de implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem são de fundamental relevância para essa professora. Nesta mesma perspectiva, também avaliando como importante e reconhecendo suas finalidades, a professora P3 afirma ter conhecimento de documentos que norteiam o processo de monitoramento da aprendizagem:

Conheço, no momento não lembro os nomes, mas tenho conhecimento, o porquê eles existem e as orientações que neles também existem. E sempre que a gente vai realizar uma avaliação, a gente entende a importância de saber o porquê está acontecendo aquela avaliação naquele momento na escola (P3).

Além de reconhecer a relevância dos documentos, a professora P3 também valida a importância de compreender as razões pelas quais está desenvolvendo determinadas avaliações. Corroborando essa afirmação, entendemos que não cabe apenas ser mero executor das ações, é preciso ter senso crítico e conhecimentos pedagógicos para conduzir os processos que envolvem o monitoramento da aprendizagem. Desse fator depende a efetiva implementação e, inclusive,

a elaboração de políticas públicas de monitoramento da aprendizagem. Para Tardif (2014, p. 186):

De maneira mais global, acreditamos que todo constructo teórico referente a práticas deve ser questionado num dado momento, de maneira crítica, quanto à natureza das idealidades, das abstrações por ele pressupostas ou elaboradas para fixar os limites de seu objeto, isto é, suas ações, seus atores e seus saberes.

Assim, compreendemos que, para além de saber que existem determinadas diretrizes, é preciso ter senso crítico, questionando suas finalidades, intencionalidades e envolvendo-se para uma construção democrática e participativa dos percursos em prol de uma educação de qualidade, equidade e para todos.

Ainda tratando dos referenciais norteadores na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem, registramos os seguintes depoimentos:

Sim. Positivo pelo fato de você acompanhar ali o desenvolvimento do adolescente e da criança e dali você organizar umas estratégias e metas para ir acompanhando esse processo avaliativo dos alunos. Não só os alunos, mas de todo um conjunto da escola e principalmente do professor que acompanha esse processo (C3).

O Fundeb tem pontos positivos, no qual ele nos dá um embasamento, nos fornece a lei, né, que é a lei do Fundeb, porém ele nos dá um norte, ele vai nortear o que eu tenho que fazer, o que nós como escola temos que fazer... como instituição de ensino tem a fazer. Eu acredito que aí que está a questão por que as unidades escolares, a instituição de ensino, tem que alinhar essa lei, para que flua bem. Por exemplo: eu tenho que alinhar mais a escola, a comunidade escolar, pais... então, tem que ser, é uma coisa mais elaborada, mais unidos e juntos (P1).

Então, no meu entendimento da documentação, para nós, enquanto professores que planejamos, ele é o nosso norte [...] Então, eu vejo a importância do DRC para nós. Ele rege, ele norteia o professor para fazer o planejamento anual. O professor precisa ter uma compreensão ampla do planejamento dele. (P2).

Para se obter um ensino de equidade em uma unidade escolar, é preciso seguir documentos que norteiam a educação em um caráter normativo (C2).

Então, o professor precisa receber, enquanto inicia a sua vida docente, é um documento para se nortear. O positivo é que ali vai estar descrito tudo o que ele deve fazer, ou o que não deve fazer na sala de aula (C2).

De ponto positivo é que ele tem que ficar ali registrado para que os demais venham a analisar, a pontuar algo a se melhorar, porque todo o documento precisa ser analisado, observado, e as mudanças precisam acontecer ao longo do tempo. E esses registros são de suma importância (C3).

Nas vozes dos professores que se posicionaram sobre a importância desses documentos norteadores, além de analisar quais seus principais pontos positivos e negativos, estes documentos foram fortemente defendidos, levantando aspectos fundamentais para assegurar a implementação de políticas públicas de monitoramento da aprendizagem.

Foi mencionada a importância de explorar tais documentos dentro dos processos de formação de professores, assim como assegurar a relação entre estes documentos em momentos de planejamento, pois se trata de referenciais norteadores do processo de ensino e aprendizagem.

Neste sentido, observamos que emergem evidências que ajudam a compreender a pergunta-problema (i) desta pesquisa – quais seriam os impactos das orientações didáticas dos documentos oficiais referentes às ações de monitoramento da aprendizagem na proficiência matemática no Ensino Fundamental – anos iniciais?

Compreendemos que, ao apontar para as relações entre a formação profissional docente e os planejamentos dos processos de ensino e aprendizagem, os professores nos apresentam fortes evidências de dois importantes impactos das interferências das orientações didáticas contidas nos documentos oficiais que tratam de monitoramento da aprendizagem.

O estudo nos revela que as interferências ocorrem e que, portanto, há impacto. Porém, é preciso dar prosseguimento aos estudos para que haja possibilidade da verificação da natureza do processo dessas intervenções, ou seja, tais impactos são positivos? Qual a qualidade dessas intervenções? E a frequência dessas intervenções; é pertinente às necessidades observadas para alcançar os direitos de aprendizagem dos estudantes?

Comprovamos que tais intervenções impactam desde a formação inicial do professor, e continuam impactando sua prática pedagógica no ato de planejar. Adiante, veremos se estes impactos são percebidos na aprendizagem matemática dos estudantes da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT.

Concluimos afirmando que, por se tratar de documentos de tamanha relevância para os sistemas de ensino e para a prática docente, é preciso assegurar que sua elaboração, revisão ou reorganização tenha a efetiva participação dos profissionais docentes, para que haja avanços na construção dessas diretrizes de forma a alcançar os objetivos e intencionalidades almejadas.

Não basta propiciar consultas públicas, por exemplo, sem as devidas orientações. É preciso assegurar que estes movimentos cheguem até o professor na escola, com tempo hábil para as devidas reflexões. Que seja proporcionado o devido apoio aos profissionais, para que tenham seus direitos de participação garantidos.

5.2.1.2 Evidências da implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem

Em nossa pesquisa, mostramos, por evidências documentais, a intenção do Sistema Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde – MT de instituir uma política pública própria de

avaliação e monitoramento da aprendizagem dos processos de ensino e aprendizagem da Rede Municipal de Ensino.

Apresentamos os atos normativos que instituíram esta intencionalidade, analisamos as orientações e determinações apresentadas no corpo do texto, assim como proferimos a análise de sua composição e intencionalidade. Sinalizamos também que a consolidação de nossas percepções seria apresentada considerando os diferentes olhares e ponderações dos professores da Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde que participaram da pesquisa.

Neste sentido, trouxemos as percepções dos professores sobre o Documento de Referência Curricular da Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde – MT (DRC/LRV).

O DRC do município foi implementado em 2019. De lá para cá, estamos tentando fazer as adaptações, então ele está sendo implementado ainda hoje (C1).

Sim, consigo identificar. Eu acredito que seja assim: a elaboração de prova, a aplicação da mesma, os dados colocados em tabelas, são essas as intervenções. Eu acredito que anos atrás, nós estamos em 2023... anos atrás, estava tendo um desalinhamento nessa linhagem. Às vezes chegava uma prova, que não estava alinhado com o conteúdo ministrado em sala de aula. Agora, esse ano de 2023, eu percebi uma mudança muito positiva, e relação a anos anteriores. (P1)

Sim, é possível identificar algumas ações para evidenciar essa implementação. Começando já na questão na elaboração do DRC, feito a muitas mãos, com a participação dos professores, coordenadores. E depois mais tarde, também foi proposto, confeccionado um livro de matemática, com a participação dos professores que ensinam matemática na rede municipal, que a secretária implementou em parceria com a UNEMAT, em cima daquele DRC, que serve para os professores trabalharem na escola. Vem vindo junto, a avaliação educacional aplicada no município, que é tudo norteado em cima do DRC nosso, e o próprio trabalho da escola também, que é todo feito em cima do DRC, das habilidades, em preparação a essas avaliações (C1).

A partir de janeiro de 2023, essa equipe da avaliação é uma equipe fixa, que fica uma equipe exclusiva para elaborar itens para avaliação. Então, e é tudo muito transparente, tem o acompanhamento da assessoria e tem uma outra equipe também de professores da rede municipal para validar essas questões (P2).

Em 2023, agora o movimento já está mais amplo, até eu vejo que as ações, elas aumentaram. [...] E essa avaliação, quem oferece para nós é a Secretaria de Educação, ela vem pronta, nós aplicamos, desenvolvemos e eles fazem o mapeamento da sala. Nós fazemos avaliação, eles dão a devolutiva e aí eles já indicam, ó, o tal descritor, essa turma está com dificuldade em tal descritor. É bem detalhado. Essa é uma devolutiva bem detalhada. Tem até, inclusive, os alunos que não conseguem atingir a habilidade tal (C2).

Eu vejo que vem crescendo sim, hoje está mais claro o que se quer. Por quê? Porque, na verdade, é mostrado para nós, através de gráficos, através de números, números e onde está o problema, aonde a pessoa precisa trabalhar. Então acredito que não está como a gente gostaria, mas que já está no caminho (P3).

Foi solicitado aos professores participantes da pesquisa se havia a possibilidade de destacar ações que evidenciassem a implementação dessa política de avaliação e

monitoramento da aprendizagem disposta no DRC/LRV. Conforme observamos nos excertos, os professores trouxeram estas evidências, que corroboram para a compreensão de que há um processo de implementação dessa política pública em andamento na Rede Municipal.

Tratando das evidências apresentadas pelos professores, iniciamos dando destaque para as observações com relação ao alinhamento referente às ações realizadas pela Secretaria Municipal de Educação e escolas. Neste sentido, o professor P1 explica que, anteriormente, as avaliações constituíam-se de conteúdos que os professores ainda não haviam trabalhado, sendo este desafio sanado no decorrer do desenvolvimento da política.

Ainda sobre a elaboração de avaliações, a professora P2 também menciona que, no ano de 2023, a Secretaria Municipal de Educação estabeleceu uma equipe permanente, composta por professores da Rede Municipal em efetivo exercício da docência em sala de aula, para responsabilizar-se pela elaboração das ferramentas de avaliação.

Para colaborar com as interpretações, compreendemos ser relevante recorrer aos documentos que norteiam este processo no município. O DRC/LRV trata o que segue:

Através da implementação de um Sistema de Avaliação da Educação Básica da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde, que envolverá o sistema digital instituído na rede, avaliações educacionais e institucionais e formação continuada, a SME, por intermédio dos resultados mensurados, realizará acompanhamento e intervenções pedagógicas junto às instituições de ensino, garantindo políticas públicas direcionadas.

I. Sistema digital instituído (taxa de aprovação, retenção, abandono, distorção, aprendizagem etc.).

II. Aplicação de Provas para os alunos.

III. Aplicação de questionários para os alunos, professores, equipe gestora, equipe de apoio e pais.

IV. Mensuração de resultados.

V. Análise de Resultados de avaliações externas.

VI. Acompanhamento e intervenção pedagógica (equipe que analisa os resultados e realiza intervenções pedagógicas em cada unidade escolar).

No item VI do DRC/LRV (2019), consta que a Secretaria Municipal de Educação (SME) firma este compromisso de instituir uma equipe responsável pelas demandas advindas da implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem. No Plano Municipal de Educação (2015) e no Planejamento Estratégico da SME (2020), também foi observado o compromisso de aplicar avaliações periódicas para acompanhar, de forma individualizada, a aprendizagem dos estudantes.

Entendemos que, para assegurar a qualidade da execução de todos estes processos, é certa a necessidade de instituir uma equipe para fazer a gestão das ações que emergirem desse movimento. Tanto que, desde 2019, há o registro da importância dessa demanda. Portanto, sem

fazer análise da estrutura estabelecida para a composição dessa equipe, cabe ressaltar que é evidência importante o relato de sua constituição.

Também emergiu das vozes dos professores, como evidência de implementação do disposto no DRC/LRV sobre o monitoramento da aprendizagem, a sua própria elaboração ocorrida de forma democrática, com a participação dos profissionais docentes da Rede Municipal. Também foi mencionada a confecção dos livros didáticos de matemática, também de forma coletiva, em parceria com a UNEMAT no ano de 2020.

Todos estes fatores nos levam a afirmar que a política pública de monitoramento da aprendizagem vem sendo implementada na Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT.

Porém, é necessário inserir elementos de crítica e de reflexão aos dados ora compartilhados. Do período de instituição dessa política pública até o momento da produção dos dados advindos das entrevistas desta pesquisa, registra-se um período temporal de quatro anos. O que, aparentemente, já estava estabelecido, com a participação dos profissionais docentes da Rede Municipal, ainda em 2019, é observado como algo “novo” em 2023, nos relatos das participantes.

A exemplo, menciono os depoimentos dos professores C2 e P3, que trazem como evidência de avanços ocorridos, na atualidade, da implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem, ações consolidadas há anos na Rede Municipal. Para comprovar esta afirmação, trago na sequência o registro realizado no Relatório² de Monitoramento do Plano Municipal de Educação de Lucas do Rio Verde – MT, dados de 2019, publicado em 26 de outubro de 2020, pela equipe técnica de monitoramento e Fórum Municipal de Educação do município, para evidenciar minha afirmação:

2.4 incentivar os sistemas de ensino a criarem seus instrumentos de avaliação e monitoramento. **Executada** através da Avaliação Educacional Municipal - Avalia Lucas e Sistema Escola Campeã.

6.1 Garantir os direitos e objetivos de aprendizagens e desenvolvimento dos alunos para cada ano do ensino fundamental e médio. **Em execução** através dos direitos e objetivos de aprendizagens como critério básico para a elaboração dos planos de aula e planejamentos anuais. Elaboração e aplicação de avaliações educacionais para alunos de 3º, 5º e 9º Anos da rede municipal de ensino com base nos direitos e objetivos de aprendizagem do aluno. Reforço educacional específico para as áreas de Língua Portuguesa e Matemática, Implementação do DRC com base na BNCC para o Ensino Fundamental e em fase de elaboração do DRC com base na BNCC para o Ensino Médio.

6.2 Assegurar que: no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% dos alunos do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de

² Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Educação – dados de 2018 e 2019. Disponível em: https://www.lucasorioverde.mt.gov.br/arquivos/userfiles/educacao/MONITORAMENTO_DO_PME/RELATARIO_DO_PME_REFERENTE_AO_PERIODO_DE_2018_E_2019.pdf

aprendizado em relação aos direito e objetivos de aprendizado e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50%, pelo menos, o nível desejável; no último ano de vigência deste PME, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado o nível suficiente de aprendizado em relação aos direito e objetivo de aprendizagem e desenvolvimento do seu ano de estudo, e 80%, pelo menos, o nível desejável. Em execução pois 71% dos alunos do Ensino Fundamental anos iniciais alcançou nível desejado e suficiente de aprendizado, em língua portuguesa e 63% em matemática. E 50% dos alunos do Ensino Fundamental anos finais alcançou nível desejado e suficiente de aprendizado em língua portuguesa e 28% em matemática. (Lucas do Rio Verde, 2020, grifos nossos).

Para esta pesquisadora, há evidências contundentes de que anteriormente também ocorriam ações da SME que envolviam a elaboração e aplicação periódica de avaliações, bem como que também já eram publicados dados das aprendizagens de cada estudante. Neste sentido, ficamos a refletir sobre a hipótese da existência de aprimoramentos realizados nestas ações que os dados da pesquisa não deram conta de elucidar. Ou mudanças nas representatividades e lideranças educacionais nos levam a repetir ações já instituídas na educação, como algo novo? Certamente, por conta desta indagação, temos o sentimento de que a educação no país está sempre em um recomeço, sem que uma efetiva, eficaz, explícita e convincente análise de resultados possa, ainda que minimamente, orientar as ações, as estratégias e os procedimentos que deveriam ser mantidos neste recomeço pelos comprovados resultados positivos e, por outro lado, ações, estratégias e procedimentos cujos resultados indicariam a necessidade de eliminação.

Em especial, cumpre destacar relatos dos participantes da Escola 3, com níveis de incremento negativo nos desempenhos que salientaram a insuficiência das condições dispostas nos documentos para assegurar um efetivo exercício (atuação) do professor. Em outras palavras, admitimos que, na linha de argumentação dos professores da Escola 3, constatar a necessidade de definir, de implementar e de avaliar a eficácia de estratégias formativas de acompanhamento do desempenho dos professores na implementação da avaliação e do monitoramento seguramente não é conclusão original desta pesquisa. Ao contrário, parece-nos dado saliente de versões anteriores de implantação de política pública educacional, mas que infelizmente não foi disposta de modo intencional e programado, como medida de garantia para o sucesso da implantação das ações de avaliação e de monitoramento.

5.2.1.3 Desafios na implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem

Foram extraídos, dos excertos, aspectos que nos remeteram a compreender que fatores como os que serão apresentados a seguir são desafios enfrentados no processo de implementação de políticas públicas educacionais.

Os professores C1 e P2 relataram que não conhecem ou conhecem parcialmente os documentos que norteiam os processos de monitoramento da aprendizagem, conforme segue:

A lei propriamente dita, eu não tenho conhecimento. A gente busca orientações para ficar a par das orientações que vêm, mas a lei em si, não (C1).

Eu conheço parcialmente a documentação que o município segue, porque são documentos muito amplos. A linguagem desses documentos também não é muito fácil de entender, precisa ter muita leitura para conseguir entender a documentação (P2).

Para que todos os processos relacionados ao monitoramento da aprendizagem sejam de fato instituídos, é primordial que haja conhecimento, interpretação e reflexão a respeito dos documentos que o norteiam.

É fundamental o investimento em formação continuada que oportunize condições necessárias para o desenvolvimento de sua profissionalidade. Neste sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais reforçam:

A formação continuada em serviço é uma necessidade, e para tanto é preciso que se garantam jornadas com tempo para estudo, leitura e discussão entre professores, dando condições para que possam ter acesso às informações mais atualizadas na área de educação e de forma a que os projetos educativos possam ser elaborados e reelaborados pela equipe escolar (Brasil, 1997).

É neste sentido que acreditamos ser possível a efetiva implementação de políticas públicas educacionais. É necessário criar mecanismos que amparem este profissional a investir em sua profissionalidade, para que possa estar sempre buscando assegurar práticas pedagógicas de qualidade.

Além desse desafio, também foram pontuadas pelos professores, como um fator que merece um olhar cuidadoso, as redações subjetivas ou genéricas observadas nesses referenciais norteadores.

[...] eu não consigo só ler uma base teórica, eu sou auditivo, e mesmo eu lendo uma lei, que ele tem figuras, a maioria das leis não tem, elas são só letras, eu preciso pesquisar mais. É como se meu cérebro sempre precisasse de algo pra realmente afirmar que aquilo ali que eu entendi, porque a gente lê uma coisa e tem um entendimento. [...] Na verdade, não é que o documento não nos norteia. De repente tem gente que tem mais facilidade em ler um documento e já entender. Mas é que, quando se dá só teoria, teoria, leitura, eu sozinho, sem ser compartilhado em grupo, dificulta um pouco o entendimento. Porque, quando você faz a leitura ali, você lê, tá, entendeu. Quando você vai na prática, você tem dúvidas (C2).

[...] acredito que os textos, muitas vezes, não são objetivos. Traz-se muitas coisas que ao ler pode ser interpretado de outra forma. Eu acredito que, se fosse mais objetivo, o professor teria uma melhor compreensão em executar a sua ação. Muitas vezes tem que buscar ajuda para saber o que realmente se quer (P3).

[...] é um estudo que precisa sim de mais esclarecimentos em algumas etapas. Quando você tem um documento que ele tem todas, esse embasamento fica de melhor compreensão. [...] algo mais esclarecedor para que a pessoa que está iniciando compreenda melhor (C3).

O ponto negativo, se você olhar apenas a parte teórica, você pode cometer um erro e já avaliar uma criança erradamente (C2).

[...] é a questão da interpretação do documento, que deveria ser mais objetivo (P3).

A forma de como é elementar ali... eu sei que se destacam algumas coisas, que é a questão socioeconômica, que evidencia todo esse processo, mas ainda é a forma de como está sendo trabalhado com esses dados, da forma como estão sendo analisados e aplicados esses resultados (C3).

Hoje evoluiu-se alguns itens lá, um novo sistema que em si foi implementado, porém não deixou de observar os pontos que foram destacados em 2019 (C3).

Sobre este fato, esta pesquisadora também tem se posicionado neste estudo, com preocupações referentes à qualidade daquilo que tem como finalidade nortear os movimentos da educação por todo o país. De fato, é um ponto que merece atenção para que possam ocorrer melhorias nas próximas produções.

Cumpram-se dois aspectos salientes nos dados tabulados. De início, constatou-se que representantes das Escolas 1 e 2 (P1 e P2) reconheceram e admitiram conhecimentos parciais acerca dos documentos que orientam as ações de monitoramento de aprendizagem. Assim, no limite, tais considerações salientam que elevações nos índices de desempenho em avaliações externas de larga escala, e até mesmo a manutenção de índices de desempenho em avaliações subsequentes, não parecem depender de uma compreensão clara, reflexiva, crítica e propositiva dos documentos que deveriam orientar as ações de monitoramento. Investigar mais cuidadosamente esta aparente independência entre o comportamento dos índices das escolas (elevação e manutenção) e o conhecimento parcial dos documentos orientadores apresenta-se como tema para investigações futuras, sob justificativa de melhor qualificar as condições nas quais estes documentos são expostos aos professores. De modo complementar, os relatos sobre a insuficiência dos conhecimentos vinculados aos documentos de orientação das ações de monitoramento são provenientes de representantes da Escola 3, que justamente acusaram maiores dificuldades com os índices de desempenho nas avaliações de matemática. Assim, a necessidade de ações intencionais e planejadas de exposição dos professores aos documentos que definem o monitoramento, bem como de explicações e de acompanhamento sistemático da implantação da política pública educacional, é, no âmbito desta pesquisa, ressaltada por duas evidências: de um lado, pelo reconhecimento de uma compreensão parcial das diretrizes pelas

escolas com desempenho ascendente, bem como por aquelas com índices estáticos em avaliações externas; e, de outro, pela escola que acusa piora nestes índices.

5.2.1.4 Propósito do monitoramento da aprendizagem

Antes de adentrarmos as discussões sobre os excertos desta Unidade de Registro, propomos esclarecimentos referentes ao termo “propósito”. De acordo com *Dicionário Online de Português*, propósito é “o que se quer fazer, realizar; plano, intuito, alvo [...] O que se quer alcançar; aquilo que se busca atingir”.

O substantivo “propósito” aqui empregado deve ser compreendido especificamente como a intenção, ou seja, segundo a ótica dos professores, o que se pretende alcançar quando desenvolvem ações de monitoramento da aprendizagem.

Após este registro, apresentamos as primeiras marcas que nos trouxeram a estes lugares de reflexão, para compreender com qual propósito são abordadas as ações de monitoramento da aprendizagem na rede municipal:

[...] nos dá um alinhamento com o aprendizado do aluno. Então o aluno precisa passar de ano, mas ele precisa alinhar com o aprendizado (P1).

O nível de aprendizagem de cada criança, [...] um olhar, o monitoramento seja não para deixar as crianças sentindo-se mal, mas, sim, para mostrar que elas podem melhorar, [...] Qual o ponto ainda está com dificuldades? Quais os alunos que ainda não atingiram os resultados esperados? (P3)

Eu acredito que esse sistema de avaliação e monitoramento, ela tem que ser feita mesmo, tem que ser feito esse monitoramento de aprendizagem dos alunos, é preciso estar de olho, sempre vendo o que o aluno aprendeu, como disse anteriormente (P1).

Eu acredito que esse monitoramento, ele veio para mostrar realmente como que está a aprendizagem dos alunos (P3).

[...] ele vem para que possamos pegar aqueles dados, absorver, analisar e falar: poxa, pare aí, o que eu posso fazer com aquele aluno? O que eu posso fazer para os meus alunos? O conteúdo é o mesmo, mas eu posso mudar a minha estratégia de ensino (P1).

As vozes dos professores nos remetem à compreensão de que o propósito da política pública de monitoramento da aprendizagem deve ser capaz de assegurar os direitos de aprendizagem de cada estudante. Permitindo que os responsáveis por este processo de ensino e aprendizagem reflitam sobre as causas que levaram a determinada realidade e quais caminhos podem ser percorrido para colaborar com o desenvolvimento integral de cada estudante.

Nesta ótica, não há mais espaço para uma política pública de monitoramento da aprendizagem, que assume uma postura na perspectiva de uma pedagogia de domínio, criando

hierarquias. Mas abre espaço para “delimitar aquisições e os modos de raciocínio de cada aluno o suficiente para auxiliá-lo a progredir no sentido do objetivo” (Perrenoud, 1999, p 148).

O processo de formação continuada também é latente nas falas dos professores quando se posicionam sobre monitoramento da aprendizagem.

Eu acho muito válido, mas eu acredito também que tem que ter uma formação realmente onde que não está se conseguindo atingir. Porque cobrar é fácil, monitoramento é cobrar como que a escola está evoluindo, mas, de que forma o professor que não está conseguindo, a escola que não está conseguindo tem esse respaldo, esse acompanhamento (P3).

Então este processo está em evolução, tendo em vista que foi solicitado também para que tivesse um processo formativo para esses professores que serão avaliados juntamente com as suas turmas. Então, esse processo começou. Então, vamos ver até onde será (C3).

A partir do que agora eles estão tendo um olhar assim para cada escola, até mesmo para cada turma. Eles querem saber por que que na sua escola, exemplo, na minha escola, eu tenho nove turmas do quinto ano, eu tenho seis turmas que estão acima da média da rede, mas eu tenho quatro turmas abaixo da rede. Por quê? Agora, está tendo um olhar diferenciado. o objetivo é verificar o que está acontecendo de falta nesse professor. Será que está faltando formação para esse professor? Será que falta motivação? Será que esse professor está com problema pessoal? Que metodologia ele está usando? Quem são esses alunos? De onde esses alunos vieram? Eles são alunos da escola, de outra cidade, então várias perguntas surgiram nesse movimento deste ano. É o mesmo, porém com outro olhar. A devolutiva veio diferenciada esse ano, para nós, que fez todo o mundo pensar (C2).

Emergem aqui pontos diferentes sobre a formação do professor. O primeiro aspecto direciona para a importância da formação para assegurar que este profissional esteja capacitado para as demandas advindas do próprio monitoramento; e o segundo, uma formação continuada que abra espaços para reflexões sobre o que ainda precisa ser melhorado e de que forma será possível atingir os objetivos propostos. Neste, envolve estudos e pesquisas de concepções teóricas direcionadas ao processo de ensino e aprendizagem.

[...] o trabalho dos professores de profissão deve ser considerado como um espaço prático específico de produção, de transformação e de mobilização de saberes e, portanto, de teorias, de conhecimentos e de saber-fazer específicos ao ofício de professor. Essa perspectiva equivale a fazer do professor — tal como o professor universitário ou o pesquisador da educação — um sujeito do conhecimento, um ator que desenvolve e possui sempre teorias, conhecimentos e saberes de sua própria ação (Tardif, 2014, p. 234).

Compreender que a formação continuada é um espaço que permite a melhoria da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem é transcender os muros de uma educação tradicional, para uma educação que se refletirá na sociedade de modo geral.

Outro propósito do monitoramento da aprendizagem evidenciado pelos professores participantes da pesquisa refere-se à importância dessa política pública para o planejamento do fazer pedagógico.

[...] o monitoramento, ele nos faz ajudar a melhorar o nosso planejamento. Fazer um planejamento de acordo com o nível das crianças, para que a gente consiga aumentar esse ensino aprendido, [...] E, sem o monitoramento do ensino-aprendizagem da minha turma, não tem como eu identificar o que eu tenho que trabalhar e o que eu não tenho. Então, o monitoramento é essencial para que o professor faça um planejamento onde ele consiga atingir os níveis de alunos da sua turma. Tanto os bons, os excelentes, quanto os regulares, os insuficientes (C2).

Acredito que sim. Que o monitoramento, ele nos dá embasamento de onde a gente pode partir, o que está faltando. Eu acho que a gente olha o resultado anterior e tenta melhorar aquele que a gente quer. Depende também muito nesse monitoramento, olhar de um todo, que a escola não é só um professor que está ali, mas ela é de um todo. Todos os parceiros, a direção, pais. Então, se tudo funcionar dentro de um nível, com certeza o resultado é melhor (P3).

Sim, em nossa unidade escolar analisamos, observando as falhas e as suas possíveis correções (C3).

Os dados produzidos em um monitoramento da aprendizagem de fato devem subsidiar as tomadas de decisões para escolha de que caminho percorrer, que ações educacionais demandam maior atenção, quais situações colaboram para o alcance dos objetivos. Em especial sobre os impactos na ação docente, os PCNs propõem:

O acompanhamento e a reorganização do processo de ensino e aprendizagem na escola inclui, necessariamente, uma avaliação inicial, para o planejamento do professor, e uma avaliação ao final de uma etapa de trabalho. [...] A avaliação subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo grupo. Para o aluno, é o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender. Para a escola, possibilita definir prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio (Brasil, 1997).

Implementar uma política pública de monitoramento da aprendizagem como um investimento, subsídio, para oportunizar reflexões contínuas sobre a prática do profissional docente, novos investimentos na educação, valorização profissional, garantia de direitos de aprendizagem é, de fato, assegurar impactos significativos na recomposição e avanços dos estudantes.

Neste sentido, compreendemos que, mediante os relatos dos professores participantes da pesquisa, a forma de implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem dos

estudantes vem impactando a formação do professor, o planejamento da prática e, principalmente, o acompanhamento individualizado do desempenho dos estudantes.

Contudo, cumpre ressaltar que, explicitamente mencionados nos relatos transcritos das entrevistas, professores das três escolas salientaram os múltiplos fatores, e grande parte deles adversos, que devem ser considerados na interpretação dos índices de desempenho considerados. Os índices refletem influências de uma ampla gama de variáveis e de fatores. O grande desafio que se apresenta é em que extensão aprimoramentos e qualificações constantes nas estratégias de monitoramento tornarão tais estratégias capazes de influenciar, de modo mais decisivo e relevante, o desempenho dos alunos, superando efeitos adversos de outros fatores.

5.2.2 Categoria de Análise: Ensino Baseado em Evidências

Ao tratar de ensino baseado em evidências, referimo-nos a uma abordagem que coloca, como foco das intervenções pedagógicas, os resultados advindos de avaliações e acompanhamento dos progressos dos estudantes durante o processo de aprendizagem.

O diagnóstico é inútil se não der lugar a uma ação apropriada. Uma verdadeira avaliação formativa é necessariamente acompanhada de uma intervenção diferenciada, com o que isso supõe em termos de meios de ensino, de organização dos horários, de organização do grupo-aula, até mesmo de transformações radicais das estruturas escolares (Perrenoud, 1999, p. 15).

É sobre essa relação entre a ação, as reflexões necessárias sobre os processos de ensino e aprendizagem e a retomada dos planejamentos, que oportunizará uma intervenção diferenciada em todos os aspectos que asseguram a oferta de uma educação de qualidade, que nos debruçamos nesta Categoria de Análise.

Neste sentido, sob a ótica dos professores participantes da pesquisa, e fazendo as correlações com os dados apresentados neste estudo, tratamos destas cinco Unidades de Registro: Participação do professor no processo de monitoramento da aprendizagem; Dados do monitoramento condizentes com a realidade de aprendizagem dos estudantes; Intervenção pedagógica baseada em dados de monitoramento da aprendizagem; Evolução do desempenho matemático dos estudantes; e Impacto da pandemia de Covid-19 no desempenho dos estudantes.

5.2.2.1 Participação do professor no processo de monitoramento da aprendizagem

A participação do professor no processo de monitoramento da aprendizagem é fundamental para garantir que os estudantes estejam progredindo e alcançando os objetivos

educacionais. Porém, acreditamos que esta participação não deve ocorrer apenas nos momentos de aplicação de instrumentos de coleta de dados, é preciso envolver os profissionais docentes em todas as etapas desse processo.

Assim, verificamos as percepções dos professores da Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde – MT que participaram da pesquisa:

Nesse processo todo, a minha participação é sempre estar em parceria, sempre estar ajudando no possível e no impossível, o que eu posso fazer para estar alinhado, em trabalhar conteúdos que foi proposto pela coordenação da escola, pois a coordenação nos passa o que vem da secretaria, então, essa intervenção do professor trabalhar alinhado com a coordenação escolar, e a coordenação trabalhar alinhado com a secretaria, eu acho que isso só tem positividade na vida escolar dos alunos (P1).

Então, tem essa organização da avaliação ser elaborada por uma equipe específica de professores que estão atuando em sala, eu acho isso muito positivo, porque as questões que são selecionadas para avaliação, elas são construídas, elaboradas pelos professores da rede municipal, sempre considerando as habilidades trabalhadas [...] (P2).

E vejo assim, uma das ações importantíssimas nesse processo é a conversa entre os professores, os pares, para que também quem for fazer esse monitoramento consiga entender onde está o aluno, em que processo está cada escola, porque, se quem está ali no meio ouvindo minha avaliação realmente, que a gente está fazendo, está dentro do nível da rede municipal? (P3)

Os profissionais docentes que participaram da pesquisa sinalizaram que, no processo de implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT, há evidências de que a participação dos professores não é restrita à aplicação de provas e preenchimento de planilhas.

De acordo com a professora P2, são os próprios profissionais docentes da Rede Municipal, atuando em efetivo exercício da docência em sala de aula, quem são responsáveis pela construção dos instrumentos que serão encaminhados para as escolas. Neste sentido, a interpretação positiva da professora nos leva à compreensão de que o ponto positivo neste processo está na coerência entre o que está sendo trabalhado em sala de aula e o que estes instrumentos de avaliação coletam para posteriores análises, sem que haja margem para dúvidas sobre tal relação.

Para Perrenoud (1999, p. 59), “a avaliação jamais cabe a uma única pessoa.” Este fato reforça a relevância da participação dos profissionais docentes à frente desse processo. O autor nos leva à compreensão de que somente os professores regentes e conselhos de classe possuem uma visão geral sobre o desempenho dos estudantes (Perrenoud, 1999, p. 15). Sendo este fator fundamental na tomada de decisão sobre a importância da participação dos professores em todas as etapas que envolvem a avaliação e monitoramento dos processos de ensino e aprendizagem.

5.2.2.2 Dados do monitoramento condizentes com a realidade de aprendizagem dos estudantes

A participação dos professores também se reflete na qualidade dos dados produzidos nos processos de monitoramento da aprendizagem. É da qualidade desses dados que tratamos nesta Unidade de Registro. Assim, trouxemos o excerto de uma profissional coordenadora pedagógica participante da pesquisa, para amparar nossas discussões:

A avaliação, primeiramente, a gente vê assim como chocante, porque há um declínio. Isso não era para se esperar, tendo em vista que o corpo docente definitivo da escola, escola e tem um profissional que atua há muito mais tempo do que eu. Poderia estar consolidada essa defasagem da matemática na escola, mas faltou pertencimento do profissional que estava com essas determinadas turmas nesses determinados anos. Então, é uma realidade, sim, real da escola (C3).

Na fala da coordenadora pedagógica (C3), observamos uma evidência que ampara a compreensão sobre a coerência dos dados apresentados por intermédio do monitoramento da aprendizagem com a realidade experienciada por ela no decorrer do ano. Seu posicionamento emergiu ao fazer análise do Gráfico 8, que trata sobre a proficiência matemática alcançada pelos estudantes nos anos de 2019, 2021 e 2022. Ou seja, mesmo sendo a escola que apresentou um incremento de variação positiva nos resultados alcançados no IDEB, a proficiência de matemática de seus estudantes vem decrescendo ao longo dos anos observados.

Ao fazer a análise dos dados apresentados no Gráfico 8, a coordenadora pedagógica validou-os concluindo que tais dados refletem a realidade da escola. E o movimento de bastante relevância que merece destaque está no fato de, através dos dados, a coordenadora pedagógica levantar motivos que podem estar levando aos referidos resultados. Ou seja, com dados reais e confiáveis, as intervenções pedagógicas se tornam fundamentais para mudanças positivas no processo de ensino-aprendizagem.

O Relatório “Reimaginar nosso futuro juntos”, publicado em 2022 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, resultado do trabalho coletivo da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, instituída por esta organização em 2019, que contou com o professor Dr. António Nóvoa³ presidindo o comitê de pesquisa e redação da Comissão, trouxe reflexões pertinentes para se considerar quando se trata de políticas públicas educacionais. Buscamos neste relatório o fortalecimento para a compreensão sobre a relevância de dados condizentes para as tomadas de decisões em busca de cumprir com os direitos dos estudantes. Assim, apresentamos a seguinte afirmativa:

³ Possui graduação em Ciências da Educação pela Universidade de Lisboa (1976), mestrado em Ciências da Educação pela Université de Genebra (1982) e doutorado em Ciências da Educação pela Université de Genebra (1986). Atualmente é professor titular da Universidade de Lisboa.

Os dados estatísticos têm o poder de apresentar um instantâneo no tempo sobre um determinado indicador e, quando colocados em relação a outros pontos de dados, podem oferecer ideias valiosas sobre correlações, mudanças e condições em tempos e lugares. Eles podem ilustrar as direções que certos indicadores tomaram ao longo do tempo e podem prever uma série de resultados possíveis de acordo com vários cenários, escolhas, eventos ou intervenções (UNESCO, 2022).

Ao discutir os dados do desempenho matemático dos estudantes da Escola 3, a coordenadora pedagógica C3 trouxe para a discussão um importante indicador que se refere ao sentimento de pertencimento do profissional àquela comunidade escolar e os seus impactos em outros indicadores de qualidade – no caso, aqui, o desempenho matemático dos estudantes.

Não é objetivo desta pesquisa aprofundar os pontos de reflexão apresentados pela coordenadora pedagógica que a levaram para esta conclusão. Fizemos esta breve explanação para tratar da importância dos dados que refletem a realidade da escola para embasar as reflexões e decisões futuras.

O que ocorreu com esta escola é que, na nota do IDEB, apresentou incremento de variação positiva, ao mesmo tempo em que um indicador específico sobre o desempenho matemático apresentou resultados que divergem dessa realidade. É sobre esse ponto que queremos refletir. Quando falamos em monitoramento da aprendizagem, é fundamental refletir sobre diferentes perspectivas referentes aos resultados apresentados por este sistema de avaliação e monitoramento da aprendizagem. Não basta apenas um olhar generalizado para uma nota final desse estudante. É preciso refletir especificamente sobre cada indicador de qualidade que compõe o processo de ensino, cada escola, sala de aula, cada estudante, cada professor e cada sistema de ensino.

Assim, entendemos que somente são dados condizentes com a realidade de aprendizagem dos estudantes aqueles produzidos por um monitoramento da aprendizagem capaz de oportunizar esta diversidade de reflexão. Que oportunize novas possibilidades de intervenções, melhorias do ensino, avanços na forma de investir em educação, para, então, ser possível observar, de fato, a oferta de uma educação integral de qualidade para todos.

5.2.2.3 Intervenção pedagógica baseada em dados de monitoramento da aprendizagem

Com dados condizentes, partimos para as reflexões sobre as intervenções pedagógicas baseadas nestes dados de monitoramento da aprendizagem. Assim, os professores participantes da pesquisa sinalizaram que:

[...] o processo pedagógico precisa acontecer e esse acompanhamento, é através dele que a gente vai norteando as novas possibilidades de aprendizagem dos nossos educandos (C3).

Os pontos positivos é que, agora, a gente tem um mapeamento de como as crianças estão realmente. A gente consegue identificar qual o nível de aprendizagem da turma, da escola, do município (P3).

E aí os professores, depois do mapeamento, que teve aquela...

O professor de quarto ano teve que iniciar o ano letivo com o nível de terceiro. Terceiro com o nível de segundo, quinto com o nível de quarto. E assim sucessivamente. Então, os professores, vou citar do quinto ano, os professores de 2021, do quarto ano, eles trabalharam em nível de terceiro até meados do ano e depois iniciaram e levantaram o quarto ano. Aí o quinto ano os recebeu aqui em 2022. Os quais ainda tinham 30, 25% de alunos que precisavam de níveis de melhores do quarto ano. Que trabalharia com as habilidades do 1º ao 5º, porém mais voltadas para o 1º ao 3º. E, aí, eles fizeram da mesma forma (C2).

[...] vem da devolutiva, uma das estratégias que foi viável para eu fazer, foi a elaboração de um projeto. Os meus alunos estavam tendo dificuldades em um determinado conteúdo. Nós juntos conversamos, a partir de uma coleta de informações, eu pude ver a dificuldade dos alunos no determinado assunto, mediante ajuda das formações que nós tivemos, as formações continuadas, cheguei na sala de aula, conversamos em uma roda de conversa de como poder aprender melhor aquele conteúdo. Então nós elaboramos um projeto (P1).

Nos depoimentos dos professores participantes da pesquisa, ficou evidente que o monitoramento da aprendizagem é referência para as intervenções pedagógicas em suas práticas docentes. Desse monitoramento é observado um olhar para novas possibilidades de aprendizagem, identificação dos níveis de aprendizagem dos estudantes em cada turma, escola e na Rede Municipal. E também observados os desafios de aprendizagem e lacunas que precisam ser superadas, além do desenvolvimento de projetos com foco na melhoria da aprendizagem dos estudantes.

Todas as evidências expressas dizem respeito a uma intervenção pedagógica que tem o foco na aprendizagem e que, por esta razão, busca no monitoramento da aprendizagem informações relevantes para tomadas de decisões. Neste sentido, o relatório da UNESCO apresenta o seguinte posicionamento:

[...] a avaliação deve aproveitar as capacidades reflexivas dos que estão dentro dos sistemas educacionais – professores, estudantes e escolas – para não apenas identificar os desafios, pontos fracos ou pontos fortes de uma inovação, mas também propor possibilidades significativas de alterações, melhorias ou rejeição dessa inovação. É importante ressaltar que é necessária uma estrutura analítica clara que garanta a coerência entre os propósitos da concepção, avaliação e recomendações de uma inovação (UNESCO, 2022).

Os depoimentos dos professores participantes da pesquisa nos remetem a esta indicação disposta no relatório “Reimaginar nossos futuros juntos”. São posicionamentos que se

complementam, de forma a trazer elementos fundamentais para compreender que as aprendizagens matemática estão relacionadas com a execução de ações de monitoramento da aprendizagem, conforme questionamos nesta pesquisa. Neste sentido, a avaliação está amparando as reflexões dos atores envolvidos no sistema educacional, conforme destaca o relatório da UNESCO. E, se existe esta conexão, haverá relação com os resultados matemáticos observados.

Neste sentido, acreditamos que a intervenção pedagógica deve ser um ato profundamente relacionado à realidade em que está inserido o profissional docente. Por esta razão, faz-se necessário conhecer esta realidade, para nela poder agir, refletir e intervir.

Neste viés, Tardif (2014) afirma que “o saber dos professores é profundamente social”, que depende das relações entre os indivíduos e consigo mesmo, para transformar a sua prática. O autor complementa ainda:

Portanto, o saber dos professores não é o “foro íntimo” povoado de representações mentais, mas um saber sempre ligado a uma situação de trabalho com outros (alunos, colegas, pais, etc.), um saber ancorado numa tarefa complexa (ensinar), situado num espaço de trabalho (a sala de aula, a escola), enraizado numa instituição e numa sociedade (Tardif, 2014, p. 15).

É deste lugar de fala que colocamos nossas reflexões sobre a relevância das intervenções pedagógicas baseadas em dados do monitoramento da aprendizagem. É da importância da íntima relação que as ações que constituem um sistema de monitoramento da aprendizagem precisam ter com os avanços da proficiência matemática, por intermédio das intervenções pedagógicas, que acreditamos conceber esta política pública educacional.

5.2.2.4 *Evolução do desempenho matemático dos estudantes*

Aprofundando as evidências que levaram a compreender as relações entre as aprendizagens matemática e a execução de ações de monitoramento da aprendizagem, chegamos à Unidade de Registro “Evolução do desempenho matemático dos estudantes”. Neste sentido, trouxemos dois excertos que subsidiaram esta reflexão:

Eu vejo que os alunos foram evoluindo, houve uma evolução e a cada ano, quando ia acontecendo as avaliações, percebia que dentro da matemática eles iam melhorando (P3).

Então, eu vejo assim que dentro da matemática houve um avanço, sim. Mesmo com todos os problemas que a gente teve, as crianças evoluíram, sim. E a gente vê o gosto também pela matemática, o entender (P3).

O primeiro excerto evidencia que os estudantes vêm apresentando evolução no desempenho dos saberes matemáticos. No segundo excerto, amplia-se a percepção sobre os avanços dos estudantes, colocando que é possível perceber que o gosto pela matemática também foi ampliado.

É importante mencionar que os excertos selecionados referem-se ao posicionamento da professora P3 da Escola E3. O foco de suas observações foi baseado no Gráfico 9, que trata da proficiência matemática advinda das avaliações educacionais do ano de 2022, avaliação inicial e final.

Neste sentido, evidenciando melhorias no desempenho de matemática dos estudantes nas avaliações educacionais de 2022, a professora reforça aquilo que se apresenta nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1996):

Um sistema educacional comprometido com o desenvolvimento das capacidades dos alunos, que se expressam pela qualidade das relações que estabelecem e pela profundidade dos saberes constituídos, encontra, na avaliação, uma referência à análise de seus propósitos, que lhe permite redimensionar investimentos, a fim de que os alunos aprendam cada vez mais e melhor e atinjam os objetivos propostos (Brasil, 1996, p. 56).

Em um contexto geral das respostas dos professores, é compreendido que estamos analisando ações de implementação da política pública de monitoramento da aprendizagem de um sistema educacional com professores comprometidos com a evolução do desempenho dos estudantes. Porém, apesar de os resultados do desempenho matemático dos estudantes, nas avaliações de larga escala, não apresentarem avanços, as avaliações municipais de 2022 começaram a registrar melhorias no desempenho matemático dos estudantes.

Este fator legitima o que está posto nos PCNs no que tange à importância das avaliações para redirecionar investimentos para a melhoria dos resultados. É evidente que a implementação efetiva desse sistema de monitoramento impactará de forma expressiva os desempenhos dos estudantes dessa rede municipal de ensino, se, assim, mantiver os esforços dessa política pública direcionada para a melhoria do ensino e aprendizagem.

5.2.2.5 Impacto da pandemia de Covid-19 no desempenho dos estudantes

O ano de 2020, impactado pela Covid-19, foi marcado pelo período de aulas não presenciais causado pela necessidade de manter o isolamento social determinado pelos órgãos competentes de saúde, em que estudantes e professores foram surpreendidos com uma nova

forma de ensinar, estudar e aprender, sem subsídio e preparo para enfrentar os desafios associados a este ensino e aprendizagem de forma remota.

No ano de 2021, as aulas retornaram de forma gradativa. Este marco histórico, que atingiu o mundo de modo geral, também foi abordado nas vozes dos professores participantes da pesquisa:

Analisando primeiro o SAEB, a gente percebe que no ano de 2019 para 2021 houve uma queda muito grande. O que a gente atribui isso é a questão do período pandêmico que vivemos, ao qual os alunos, na maior parte do tempo, estavam estudando em casa, sem o monitoramento do professor (C1).

2020 foi o foco da pandemia. Então, a gente... em 2021, é... estávamos saindo da pandemia, ou seja, as aulas foram ofertadas, 30% dos alunos, os quais optaram não vir para a escola, aulas online, continuaram as aulas online, e os outros 70%, nós iniciamos no mês de março, se não me falha a memória, aulas de 15, aulas que foram divididas por grupos. Tinha um grupo que vinha uma semana na sala e ficava em casa recebendo as aulas online. E isso ia fazendo a troca, semanalmente, ou seja, a criança vinha parcialmente para a escola. [...]. Foi um desafio muito grande para os professores, houve uma preocupação muito grande durante o ensino-aprendizagem dos alunos, porque aqui 2021, né? (C2)

Então assim, aquele ensino não presencial, querendo ou não ele afetou a vida dos alunos, e muito, e essa defasagem foi de 2 anos porque infelizmente ficou essa lacuna. Então essa queda é devida a essa tragédia da pandemia que houve em nosso país e em todo o mundo. Então eu acredito que houve sim o monitoramento, temos, tivemos o amparo, não parou esse monitoramento entre professores, alunos (P1).

Observando em 2019 e 2021, eu considero muito difícil você relacionar, porque em 2021 nós estávamos saindo da pandemia e era aquele saindo, não saindo. Aquele que saiu com medo, aquele que voltou para a escola com medo. As famílias que traziam para a escola queriam. Muitos alunos não desenvolveram as atividades e isso mesmo que não tiveram avaliação em 2020, do SAEB, mas a gente vê aquele aluno que regrediu, aquele aluno que escrevia uma letra bonita e de repente ficou em casa e não escreveu mais nada. Aquele aluno que perdeu aquele percurso, aquele tempo, não desenvolveu as habilidades (P2).

Então, aqui nos gráficos 2020, as crianças não foram para a escola. 2021 foram parcialmente. O que acontece na questão, tanto na língua portuguesa, como em matemática, mas principalmente na matemática, que a gente percebe até esse ano? As crianças, a matemática é uma sequência. Se ele não entendeu o processo, ele não avança. [...] Então, em 2021, a gente, os professores tiveram que voltar, iniciando ali, introduzindo o processo (C2).

Ao analisar os dados advindos do monitoramento da aprendizagem e do SAEB, os professores das escolas E1, que apresentou incremento de variação negativa, e E2, que apresentou incremento de variação nula/mínima no IDEB, fizeram associação dos resultados do desempenho da aprendizagem dos estudantes ao período de aulas não presenciais. Afirmaram que o período pandêmico interferiu nas ações de acompanhamento do desempenho, assim como na forma de ensino e aprendizagem.

Compreendemos que o monitoramento da aprendizagem cumpriu seu objetivo quando permitiu a produção de dados que refletissem os impactos de diferentes acontecimentos externos que alteram os rumos do que poderia estar estruturado.

Por outro lado, também é observado que a escola E3 não sentiu os impactos da pandemia e do período de aulas não presenciais na mesma proporção. Assim, os dados de desempenho apresentados e os relatos da professora e coordenadora pedagógica convergem entre si. Porém, é prudente refletir de forma mais aprofundada sobre os impactos da pandemia na educação, em publicações futuras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados dos dois estudos explorados nesta pesquisa demonstraram que o município de Lucas do Rio Verde – MT vem implementando a política pública de monitoramento da aprendizagem estabelecida no Documento de Referência Curricular da Rede Municipal, por meio do Ato Normativo nº 01/2019.

Para responder à primeira pergunta-problema desta pesquisa, buscamos, na análise documental, evidenciar as contribuições dos documentos oficiais para amparar a implementação de um sistema de avaliação e monitoramento da aprendizagem, para, posteriormente, analisar os impactos das orientações didáticas dos documentos oficiais referentes às ações de monitoramento da aprendizagem da proficiência matemática no Ensino Fundamental – anos iniciais.

Na caminhada por respostas à segunda pergunta da pesquisa, apresentamos os dados referentes ao desempenho matemático dos estudantes da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT e das escolas participantes da pesquisa. Fazendo uso desses dados de desempenho matemático, registramos as percepções dos professores da rede municipal de ensino em análise. Através das entrevistas semiestruturadas, produzimos os dados que foram tratados por intermédio da Análise de Conteúdo.

Mediante os resultados desse procedimento, buscamos resposta para a seguinte pergunta de pesquisa: as aprendizagens matemáticas estariam relacionadas com a execução de ações de monitoramento da aprendizagem? Assim, concluímos o que segue.

6.1 Da análise documental à produção de inferências

De modo consensual, há o reconhecimento de que investigar as abordagens referentes ao monitoramento do desempenho escolar dos estudantes não se apresenta como tarefa fácil. Os documentos observados revelam grande complexidade referentemente a esse assunto, em parte porque temas que envolvem as políticas públicas nada têm de simples. Logo ao primeiro contato com as legislações e diretrizes, percebemos uma variedade de documentos que tratam do campo sobre o qual estamos nos debruçando.

De fato, trata-se de um quantitativo importante de documentos que revelam aspectos envolvendo o processo de avaliação e monitoramento da aprendizagem. Porém, o estudo concluiu que é observada a necessidade de essas diretrizes e normas se complementarem de

forma a aprofundar suas orientações do ponto onde o último documento oficial concluiu suas contribuições sobre avaliação e monitoramento da aprendizagem.

Compreendemos, portanto, que assegurar aspectos que demonstrem um olhar cuidadoso para o que ainda não foi contemplado nas diretrizes e atos legais publicados anteriormente, prezando para que o documento seguinte amplie, aprofunde as orientações, contribuirá substancialmente para o desenvolvimento das ações que envolvem o monitoramento da aprendizagem, norteando os procedimentos bases para a execução desse processo.

Não menos complexo é a própria forma de abordagem do assunto nas documentações observadas. O estudo mostrou que os documentos disponíveis optam por fazer uma breve abordagem sobre a temática em questão, por vezes de maneira fragmentada, sendo necessário buscar, em meio às demais temáticas, os complementos sobre o que se espera para a avaliação e monitoramento da aprendizagem.

Por consequência, esta ruptura no aprofundamento lógico dos processos de orientação para uma política de avaliação e monitoramento da aprendizagem que favoreça os índices de desempenho matemático dos estudantes merece atenção expressiva, considerando que quaisquer tomadas de decisões dependem de informações seguras e de qualidade para que os objetivos sejam alcançados.

Das percepções dos professores sobre tais documentos, o estudo dois também confirmou os aspectos observados nos resultados da análise documental. Aspecto que complementou a análise documental referiu-se à redação dos documentos em discussão, a forma de abordar o assunto. De acordo com as percepções dos professores participantes da pesquisa, é preciso ter um olhar cuidadoso para as redações desses documentos, que, por vezes, se apresentam com uma abordagem subjetiva ou genérica.

Neste sentido, concluímos que as abordagens referentes ao monitoramento da aprendizagem nos documentos oficiais que regem/norteiam a educação nacional e municipal ainda se apresentam de forma fragilizada, comprometendo o alcance dos objetivos propostos nos documentos estudados.

Dando sequência, outro ponto revelado nas entrevistas remete à relevância dos referenciais norteadores (mencionados na entrevista: LDB, PCNs, DRC/LRV, BNCC e Lei do Fundeb) para o processo de ensino e aprendizagem. Neste ponto, respondemos efetivamente à primeira pergunta desta pesquisa, afirmando, primeiramente, que foi possível evidenciar impactos das orientações didáticas dos documentos oficiais referentes a ações de monitoramento da aprendizagem da proficiência matemática no Ensino Fundamental – anos iniciais.

Nesta perspectiva, concluímos que, de acordo com os professores participantes da pesquisa, estes documentos impactam a formação dos profissionais docentes, desde a sua formação inicial, quando os cursos de licenciatura abordam estes referenciais para estudos e discussões, bem como nas formações em serviço, quando norteiam as matrizes da formação continuada.

Outro impacto identificado nos depoimentos dos professores participantes da pesquisa refere-se ao planejamento dos processos de ensino e aprendizagem dos estudantes. Este se evidenciou em diferentes falas dos professores, demonstrando que, para o desenvolvimento de suas documentações de planejamento do ensino, são bases para seus referenciais os documentos e legislações que norteiam a educação, em específico, aqui, aqueles que tratam do monitoramento da aprendizagem.

Ainda sobre os impactos das orientações didáticas contidas nestes documentos, também consideramos como evidência a ausência de conhecimento ou conhecimento parcial dos documentos que norteiam os processos de monitoramento da aprendizagem. Compreendemos como impacto negativo, quando relacionamos que a coordenação pedagógica da escola que apresentou incremento de variação negativa e professora da escola que apresentou incremento de variação nula/mínima manifestaram-se de forma a não conhecer de forma aprofundada tais documentos.

Para nós, é uma forte evidência de que a falta de conhecimento teórico dessas documentações pode comprometer a prática pedagógica. E, como um processo em cadeia, alcança os índices de desempenho dos estudantes. Pois, na escola onde o incremento de variação do IDEB foi positivo, tanto professora como coordenação pedagógica apresentaram evidências de conhecimentos de tais documentações.

Também é impacto das orientações didáticas a implementação do sistema de monitoramento da aprendizagem na Rede Municipal de Ensino. Somente é possível a instituição de uma política pública educacional quando, de fato, está instituída por intermédio de um ato legal. Neste sentido, acreditamos que as evidências da implementação desse sistema somente foram possíveis por haver, prioritariamente, o estabelecimento desse compromisso nos documentos oficiais da Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde – MT e, antes, nos documentos nacionais.

Para finalizar, também considerado como uma evidência dos impactos desses documentos oficiais, o propósito do monitoramento da aprendizagem para os profissionais docentes que participaram da pesquisa. Ao apontar para um monitoramento da aprendizagem condizente com os preceitos legais e diretrizes pedagógicas instituídas em âmbitos nacional e

municipal, os professores fortaleceram sua relevância e os impactos desde suas reflexões até as tomadas de decisão sobre os processos que envolvem o sistema de avaliação e monitoramento da aprendizagem.

Para a segunda parte da pesquisa, que buscou responder se as aprendizagens matemáticas estariam relacionadas com a execução de ações de monitoramento da aprendizagem, prioritariamente refletimos sobre os níveis de desempenho matemático dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde – MT e das três escolas participantes da pesquisa.

Desses resultados, observamos que existem dados para analisar os níveis de desempenho dos estudantes. Porém, os dados produzidos pelo monitoramento da aprendizagem da Rede Municipal de Ensino ainda não têm instituído uma estrutura periódica permanente de aplicação das avaliações, coleta de dados e divulgação dos resultados. Os cronogramas são alterados de um ano para o outro. Este fato dificultou a organização dos dados, porém, quando se tratou de dados comparativos exclusivos da Rede Municipal, optamos por analisar, dentro do mesmo ano, os resultados da avaliação inicial e final de 2022.

Com relação ao desempenho matemático, observamos que há registro de instabilidades no desempenho matemático dos estudantes da Rede Municipal, sendo o maior impacto registrado em 2021, pós-retomada das aulas presenciais.

Com os mesmos dados apresentados no capítulo 4, aplicamos as entrevistas semiestruturadas, que nos ampararam nas análises dos impactos do monitoramento das aprendizagens na recomposição e avanços da proficiência matemática na etapa final do Ensino Fundamental – anos iniciais, em escolas públicas da Rede Municipal de Lucas do Rio Verde – MT.

Neste sentido, ao aplicar a Análise de Conteúdo, chegamos à Categoria de Análise “Ensino Baseado em Evidências”. Esta nos oportunizou compreender que as aprendizagens têm relação com ações de monitoramento da aprendizagem, desde que a política pública de implementação desse sistema de monitoramento da aprendizagem garanta a participação ativa dos professores em todas as etapas do processo. E que assegure dados do monitoramento condizentes com a realidade da aprendizagem dos estudantes, capazes de oportunizar reflexões sobre as individualidades de cada estudante, assim como a coletividade dentro da escola.

Portanto, constatamos que políticas públicas de monitoramento da aprendizagem proporcionam um processo de ensino e aprendizagem baseado em evidências, quando observamos, nas vozes dos professores, o movimento de ação – reflexão – ação, ocorrendo amparado pelos resultados advindos do monitoramento da aprendizagem.

Ou seja, as aprendizagens matemáticas estão relacionadas com a execução de ações de monitoramento da aprendizagem quando subsidiam as tomadas de decisões: para que as intervenções pedagógicas sejam profundamente relacionadas com a realidade dos envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem; para redirecionar investimentos de recursos financeiros para a melhoria da qualidade do ensino.

Assim, concluímos este estudo compreendendo que um monitoramento da aprendizagem com foco na aprendizagem efetiva dos estudantes constitui-se em condições favorecedoras para a melhoria dos índices de desempenho escolar dos estudantes, bem como para processos de formação profissional docente em serviço, quando dá conta de todos os aspectos aqui mencionados.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 25. jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 21 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.349, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 2 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 8 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em: 04 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC/SEB, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 04 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**. São Paulo: Grupo A, 2014. E-book. ISBN 9788565848893. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848893/>. Acesso em: 22 out. 2023.

FME. Fórum Municipal de Educação. **Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Educação**. Disponível em: <https://cmelrv.org/admin/evento/uploads/Relat%C3%B3rio%20de%20Monitoramento%20-%202022%20-%20Aprovado%20pelo%20F%C3%B3rum.pdf>. Acesso em: 21 set. 2023.

GIL, Antonio C. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786559770496. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770496/>. Acesso em: 23 out. 2023.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

LUCAS DO RIO VERDE. **Documento de Referência Curricular de Lucas do Rio Verde (DRC/LRV)**, ato normativo nº 01, de 23 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.lucasdoriorverde.mt.gov.br/arquivos/publicacoes>. Acesso em: 21 out. 2023.

LUCAS DO RIO VERDE. **Gerenciamento de Planejamento Estratégico**. Disponível em: https://www.lucasdoriorverde.mt.gov.br/arquivos/contas/772/apresentacao_de_resultados-2022.pdf. Acesso em: 25 out. 2023.

LUCAS DO RIO VERDE. **Lei nº 2859, de outubro de 2018**. Institui a Política Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional PMCITE, no âmbito da Administração Pública Municipal de Lucas do Rio Verde-MT. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mt/l/lucas-do-rio-verde/lei-ordinaria/2018/285/2859/lei-ordinaria-n-2859-2018-institui-a-politica-municipal-de-ciencia-inovacao-e-tecnologia-educacional-pmcite-no-ambito-da-administracao-publica-municipal-de-lucas-do-rio-verde-mt>. Acesso em: 25 out. 2023.

LUCAS DO RIO VERDE. **Plano de Desenvolvimento Estratégico**. Disponível em: <https://www.lucasdoriorverde.mt.gov.br/site/secretaria/educacao/>. Acesso em: 27 mar. 2023.

LUCAS DO RIO VERDE. **Plano Municipal de Educação**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/l/plano-municipal-de-educacao-lucas-do-rio-verde-mt>. Acesso em: 22 ago. 2023.

LUCAS DO RIO VERDE. **Relatório de Gestão 2017 – 2020**. Disponível em: <https://www.lucasdoriorverde.mt.gov.br/site/secretaria/educacao/>. Acesso em: 14 mar. 2023.

MEC. Avaliação Caed. **Plataforma de avaliação e monitoramento Caed**. Disponível em: <https://plataformadeavaliacaoemonitoramento.caeddigital.net/#!/pagina-inicial>. Acesso em: 21 out. 2022.

MEC. Prova Brasil. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB**. 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb/matrizes-e-escalas>. Acesso em: 21 out. 2022.

MEU MUNICÍPIO. **Evolução do Ideb x despesas em educação por aluno**. Disponível em: <https://meumunicipio.org.br/eficiencia-gastos/5105259-Lucas-do-Rio-Verde-MT?exercicio=2021>. Acesso em: 15 set. 2023.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - Entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

RODRIGUES, Márcio Urel (org.). **Análise de conteúdo em pesquisas qualitativas na área da educação matemática**. Curitiba: CRV, 2019

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, María D. P B. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Grupo A, 2013. E-book. ISBN 9788565848367. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848367/>. Acesso em: 22 out. 2023.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2017. E-book. ISBN 9788524925207. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524925207/>. Acesso em: 22 out. 2023.

SILVA, Ione de Fátima de Souza da. **Produções de materiais curriculares por professores que ensinam matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental em processos de formação continuada.** Barra do Bugres, MT. 2022.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2014.

UNESCO. **Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação.** Brasília: Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, UNESCO; Boadilla del Monte, Espanha: Fundación SM, 2022.